

A educação física no currículo do estado de Pernambuco: operacionalização do ensino fundamental anos finais no Município de Caruaru-PE



# **Anderson Clayton Alves dos Santos**



# A educação física no currículo do estado de Pernambuco: operacionalização do ensino fundamental anos finais no Município de Caruaru-PE

Volume III da Seção Tese e Dissertações na America Latina da Coleção de livros Estudos Avançados em Saúde e Natureza



#### **Equipe Editorial**

Abas Rezaey Izabel Ferreira de Miranda

Ana Maria Brandão Leides Barroso Azevedo Moura

Fernado Ribeiro Bessa Luiz Fernando Bessa

Filipe Lins dos Santos Manuel Carlos Silva

Flor de María Sánchez Aguirre Renísia Cristina Garcia Filice

Isabel Menacho Vargas Rosana Boullosa

#### Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

#### Idioma

#### Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I24 A Educação Física no currículo do Estado do Pernambuco: operacionalização do ensino fundamental anos finais do Município de Caruaru-PE - Volume III. / Anderson Clayton Alves dos Santos. – João Pessoa: Periodicojs editora, 2021.

E-book: il. color.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-89967-14-9

1. Educação física. 2. Currículo. 3. Ensino Fundamental. I. Santos, Anderson Clayton Alves dos. II. Título.

CDD 796

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

#### 1. Educação Física - 796

#### Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Teses e Dissertações na America Latina da Coleção de livros Estudos Avançados em Saúde e Natureza



#### Filipe Lins dos Santos **Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil website: www.periodicojs.com.br instagram: @periodicojs

# Prefácio



A obra intitulada de "A educação física no currículo do estado de Pernambuco: operacionalização do ensino fundamental anos finais no Município de Caruaru-PE" é fruto da pesquisa de mestrado do pesquisador Anderson Clayton Alves dos Santos para obtenção do título de mestre em Ciências da Educação.

A publicação da dissertação de mestrado na integra junto a Editora Acadêmica Periodicojs se encaixa no perfil de produção científica produzida pela editora que busca valorizar diversos pesquisadores por meio da publicação completa de seus pesquisas. A obra está sendo publicada na seção Tese e Dissertação da América Latina.

Essa seção se destina a dar visibilidade a pesquisadores na região da América Latina por meio da publicação de obras autorais e obras organizadas por professores e pesquisadores dessa região, a fim de abordar diversos temas correlatos e mostrar a grande variedade temática e cultural dos paises que compõem a America Latina.

Essa obra escrita pelo pesquisador Anderson Clayton Alves dos Santos nos permite perceber a aplicação do Curriculo do Estado de Pernambuco como instrumento de elaboração dos planos de aula dos professores de educação fisica nos anos finais do ensino fundamental. A força desse instrumento de orientação docente para sua didática nos revela a importância da política educacional municipal ou estadual se comunicarem com a realidade da relação professor e aluno. Dessa maneira,





a nossa editora teve o enorme prazer de divulgar uma pesquisa tão rica e fortalecedora do processo educacional, além de estimular o desenvolvimento e crescimento social.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs





# Sumário



# Capítulo 1

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA

8

Capítulo 2

CURRÍCULO DE PERNAMBUCO E BNCC

51

Capítulo 3

METODOLOGIA

82

Capítulo 4

ANÁLISE DE DADOS

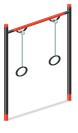
87

Considerações Finais

123



Ć

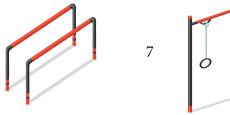


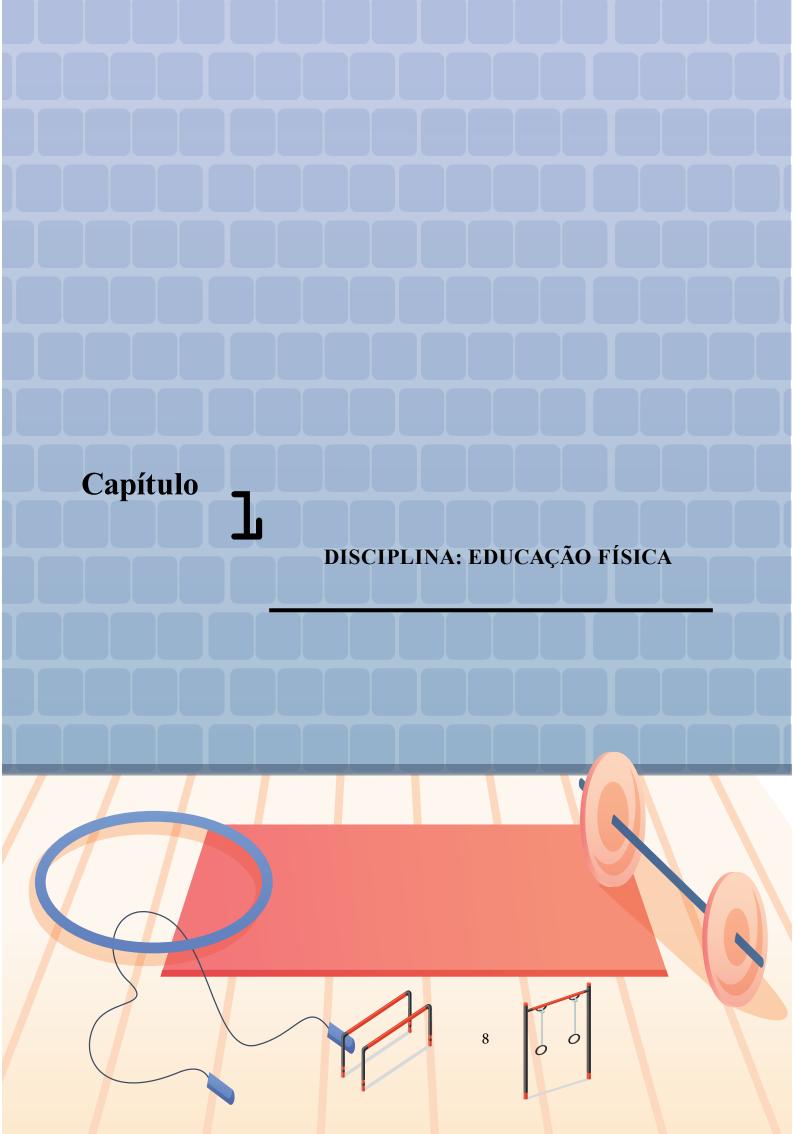
# A educação física no currículo Referências Bibliograficas

128

Anexos

135





#### História da disciplina desde a pré-história

A prática da atividade física está presente na história da humanidade desde sua origem, o homem primitivo tinha a necessidade de se deslocar constantemente em busca de alimentos e defender-se de predadores. Movimentos como trepar em árvores, nadar, pescar, deslocar-se, fabricar e manusear armas para apunhalar ou arremessar eram algumas das principais ações corporais vitais para sobrevivência da espécie humana (TUBINO, 2017).

Pela constante necessidade de sobrevivência, as práticas frequentes dessas ações corporais e seu aperfeiçoamento foram de suma importância para o desenvolvimento do ser humano. Com a evolução da espécie, o desenvolvimento da capacidade cognitiva e motora para realização de exercícios foi aprimorada e favoreceu assim a consolidação da existência humana no planeta. A racionalização e compreensão de sua existência foram fundamentais nesse processo de desenvolvimento das capacidades físicas e predomínio no meio em que habitavam. Além da sobrevivência, estudiosos e historiadores identificaram a utilização de exercícios para ritos, cultos religiosos, preparação para guerra, jogos, luta pela afirmação da existência e condicionamento atlético (PEREIRA; MOULIN, 2006).

A espécie humana aperfeiçoou o funcionamento intelectual, cognitivo, físico e motor pela repetição continua dos exercícios. Inerente a essa luta imposta pela seleção natural, o ser humano passou a predominar e se estabelecer no meio em que habitava através de sua racionalização e movimentos corporais desenvolvidos (OLIVEIRA, 2004). A partir desse desenvolvimento o homem passou aos poucos mudando seus hábitos de vida, ou seja, onde antes tinha uma vida nômade agora ele começa a viver uma vida de seminomadismo ou sedentário.

No entanto, tais mudanças foram marcantes para homem a partir do momento da percepção



9

em criar animais e plantar, como também, da observação do esforço que lhes eram submetidos tendo que mudar constantemente de região para outra (BAGNARA; LARA; COLONEGO, 2010).

A partir dessa grande mudança em ficar em locais fixo, começou a surgir pequenas vilas e, consequentemente, pequenas civilizações. Diante disso, segundo Oliveira (2004) relata que tal mudança no habito de vida gerou outros conflitos como: lutas por posse de terras. Dessa forma, o homem passou a se preparar fisicamente não apenas para caça ou preparação da terra, mas também, para o combate corpo a corpo dos possíveis invasores. Ramos (1982) apud Antunes (2012, p.1) acrescentam que nesse período o homem utilizava-se de exercícios físicos para diversas causas, entre elas: "luta pela existência, ritos e cultos e preparação guerreira e os jogos e práticas atléticas".

Portanto, com a mudança de hábitos o homem passou a ser nômade e, consequentemente, surgiram às civilizações a qual ele passou a pertencer. Com o surgimento dessas sociedades a Educação Física passou a apresentar-se de forma diferente em cada uma delas, conforme esclarece (BAGNARA; LARA; COLONEGO, 2010). Para Oliveira (2004) a primeira civilização a entender a Educação Física, ou seja, o movimento humano de forma racional foi a sociedade Chinesa. "Na China a Educação Física era praticada em caráter de guerra, além da finalidade terapêutica e higiênica" (BAGNARA; LARA; COLONEGO, 2010, p.1).

Além da China, alguns países no período da antiguidade também se destacaram na história da Educação Física, entre eles a Índia que focava na prática do yoga e condicionamento físico e fisiológico. Já os Egípcios desenvolveram os exercícios baseados em princípios de equilíbrio, força, flexibilidade e resistência. Por fim, o Japão tinha como foco métodos médicos, higiênicos, filosóficos, morais, religiosos e guerreiros (PEREIRA; MOULIN, 2006). Desta forma percebe-se que a Educação Física tinha diversas finalidades em cada sociedade.



Ainda no mesmo período histórico, destaca-se a civilização grega, que segundo Oliveira (2004) foi uma das sociedades na antiguidade que teve grande contribuição para ascensão da Educação Física. Tendo como foco o equilíbrio entre corpo e espírito. Segundo Santos (2002, p. 73) apud (RUSSI, 2012, p.1) na Grécia antiga havia a "necessidade de um corpo forte, uma musculatura de combatente e uma estética guerreira, pois as constantes lutas e guerras exigiam-lhes esses requisitos." Corroborando com isso, os autores (BAGNARA; LARA; COLONEGO, 2010, p.1) destacam a importância da Grécia:

Foi na Grécia que surgiram os grandes pensadores, que contribuíram com vários conceitos, até hoje aceitos pela Educação Física e pela pedagogia. Grandes artistas, pensadores e filósofos como Mirón, Sócrates, Hipócrates, Platão e Aristóteles criaram conceitos como o de equilíbrio entre corpo e espírito ou mente, citados por Platão. Também nasceram na Grécia os termos halteres, atleta, ginástica, pentatlo, entre outros.

Percebe-se, assim, que a civilização grega marcou uma espécie de renascimento, não apenas para Educação Física, mas para diversas áreas, inclusive as pedagógicas. Oliveira (2004) esclarece que nesta sociedade as questões filosóficas determinaram novos caminhos fazendo com que se pensasse no valor humano e em sua individualidade. Assim, o autor ainda relata que a Educação Física era parte da cultura do povo helênico, e por isso, estava presente em todos os momentos. Por isso, os movimentos na Grécia aconteciam também "em suas tradições, celebrações que envolviam danças, comemorações que envolviam jogos, rituais, etc., a expressão corporal se fazia presente em diferentes expressões culturais" (RUSSI, 2012, p.1).

Dentre esses momentos, exposto anteriormente (OLIVEIRA, 2004) esclarece que:



O primeiro desses momentos foi consignado pelos poemas de Homero (Ilíada e Odisséia). A educação desta fase (1200/800 a.C), embora não possuísse uma organização institucionalizada, presumia o ideal da sabedoria e da ação; aquela era representada por Ulisses, está por Aquiles. A origem dos famosos Jogos Gregos - entre eles, os Olímpicos - está situada neste período e materializada nos "jogos fúnebres".

Tal importância da Grécia é datada também pelos jogos olímpicos, onde até hoje acontece esse evento grandioso entre todas as nações mundiais. Entretanto, esses jogos tiveram dificuldade de acontecer alguns anos na antiguidade por conta das invasões de Roma (BAGNARA; LARA; COLONEGO, 2010). Foi neste período de domínio romano que se originou a citação tão conhecida derivada de uma sátira "Mens sana in Corpore Sano" ("Uma mente sã num corpo são") do poeta retórico romano Juvenal (OLIVEIRA, 2004).

Com a dominação de vários territórios Roma acabou sendo adquirindo algumas influencias culturais de outros países, principalmente, a Grécia. Entretanto, os romanos tinham maior entusiasmo com as exibições dos gladiadores lutando entre si, ou com animais (VALLADAO, 2009). A Educação Física passa assim por uma visão de força física e uma concepção brutal e trágica.

Anos mais tarde o império romano se reparte em dois, e com isso, acaba marcando a decadência do império romano. Partindo desse acontecimento é datado como o fim da antiguidade e o início da idade média (OLIVEIRA, 2013).

Na idade média o Cristianismo influenciou e causou grande impacto na educação física, pois nessa época o culto ao corpo era considerado pecado e as atividades físicas foram resumidas a torneios de batalhas sangrentas. O ascetismo foi muito valorizado, mas estudantes seguiam e valori-



zavam as teorias de Aristóteles (BAGNARA; LARA; COLONEGO, 2010).

Já no Renascimento a Educação Física foi marcada por um período de transição do feudalismo para o capitalismo. O culto ao físico voltou a ser apreciado e admirado, e a valorização da beleza do corpo, antes reprimida, renasce com figuras importantes, entre eles, Leonardo da Vinci. Para Oliveira (2013, p.1), descreve esse período como:

[...] um movimento intelectual, estético e social que representou uma reação à decadente estrutura feudal do início do século XIV. Representou uma nova concepção do mundo e do homem, havendo um redescobrimento da individualidade, do espírito crítico e da liberdade no ser humano.

A modelagem de estátuas e a dissecação de cadáveres fizeram surgir à anatomia, que trouxe uma grande evolução para a Educação Física que conseguiu dar grande salto no seu nível de conhecimento e foi introduzida na escola, no mesmo nível das disciplinas tidas como intelectuais. Em 1423 foi fundada a escola "La Casa Giocosa" na qual o conteúdo programático incluía os exercícios físicos" (PEREIRA; MOULIN, 2006). Assim, "a Educação Física torna a ser assunto dos intelectuais, numa tentativa de reintegração do físico e do estético às preocupações educacionais" (OLIVEIRA, 2013, p.17).

Por outro lado, o iluminismo foi um movimento intelectual e filosófico que fez surgir novas ideias e foi contrário a todo tipo de abuso de poder no âmbito social (OLIVEIRA, 2004). Dois grandes estudiosos contribuíram para conceitos e metodologia relacionadas à educação física: Rousseau e Pestalozzi. Rousseau abordou a importância da educação física, introduzida na escola, para o desenvolvimento infantil. Pestalozzi foi o educador pioneiro a destacar dois elementos fundamentais na prática dos exercícios, a posição e a execução perfeita, sem os quais os praticantes não conseguiriam



os objetivos traçados (BAGNARA; LARA; COLONEGO, 2010).

Já no início da era contemporânea foi marcada pelo surgimento da ginástica localizada, onde tiveram como responsáveis quatro grandes escolas: a alemã, a nórdica (escandinava), a francesa e a inglesa (BAGNARA; LARA; COLONEGO, 2010).

A escola alemã teve, como precursor de ginástica pedagógica moderna, Johann Cristoph Friederick Guts Muths. Para ele, a ginástica deveria ser organizada pelo estado e ministrada para todos. Outra figura importante para a ginástica localizada foi Friedercik Ludwing Jahn que foi o principal responsável pela disseminação do método entre a população, trouxe ao seu sistema o caráter patriota e militarista. Pereira e Moulin (2006) afirmam que "Ele foi o inventor de aparelhos como a barra fixa, as barras paralelas e o cavalo, dando origem à Ginástica Olímpica".

A outra escola responsável pelo desenvolvimento da ginástica é a escola Nórdica ou Sueca que foi idealizada por Per Henrik Ling, com o objetivo de combater os vícios e regenerar a população através de um caráter mais pedagógico e social que militar. A busca era pela geração de indivíduos fortes com maior utilidade para a pátria. A compreensão de ginástica que temos atualmente começou a tomar forma através da escola sueca de ginástica (BAGNARA; LARA; COLONEGO, 2010).

De acordo com os pesquisadores Pereira e Moulin (2006) falam que Per Henrick Ling em sua introdução da ginástica na Suécia adotou ideias Guts Muths. Ele dividiu a ginástica em quatro partes: Pedagógica ou educativa – voltada para todos, buscando o desenvolvimento dos indivíduos, com o objetivo de prevenir doenças, vícios e problemas posturais; Militar – além das características da pedagógica, incluía exercícios de preparação para a guerra; Médica – baseada também na pedagógica, tinha como finalidade evitar vício e problemas posturais, de acordo com a especificidade de cada caso; Estética – preocupada com a harmonia do desenvolvimento do organismo tinha como objetivo



proporcionar ao corpo beleza e graça, também teve influência da pedagógica (RAMOS, 1982).

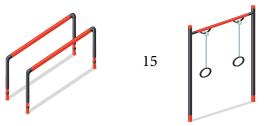
Por outro lado, a escola Francesa teve como principais influenciadores o Dr. Francisco de Amoros y Ondeano e Georges Herbert. Amoros tinha como objetivo formar o "homem completo e universal" para contribuir com o desenvolvimento social dando ênfase as características cívicas e morais criou o método Francês que priorizava atingir seus objetivos com sete maneiras de trabalhos: jogos, flexionamentos, exercícios educativos, exercícios mímicos, aplicações, desportos individuais e coletivos (RAMOS, 1982). Georges Herbert instituiu o método Natural, ele criticava todas as formas de exercícios analíticos, formais e artificiais e defendia que a Educação Física deveria priorizar a utilização de gestos da própria natureza da espécie para adquirir desenvolvimento físico completo.

Por fim, a escola Inglesa, a ginástica até então bem difundida em outras escolas, perde espaço para o esporte que teve as regras institucionalizadas e foi propagado nas escolas através dos jogos esportivos, utilizados para promover a educação e formação dos estudantes. Thomas Arnold foi um grande colaborador para a criação de novos esportes como futebol, rúgbi, tênis, boxe, natação, atletismo e sua introdução no contexto escolar. A escola inglesa também influenciou o treinamento militar (OLIVEIRA, 2004).

Com o eminente desenvolvimento e influência destas quatro grandes escolas, a educação física passou a adquirir maior protagonismo no setor acadêmico como meio de cuidar da saúde e melhorar a qualidade de vida dos seus praticantes.

#### A Educação Física no Brasil

No Brasil, para entender o contexto atual da educação física é necessário fazer um resgate



histórico das principais influências e compreender todo seu processo de construção e modificação ao longo do tempo.

O início da História da Educação Física no Brasil teve como principais idealizadores os médicos e militares, que influenciaram a construção e desenvolvimento destes saberes nas escolas (CASTELLANI FILHO, 1988). No início do século XIX, a educação física esteve estreitamente vinculada às instituições militares e a classe médica. Vínculos motivaram à sua concepção, finalidade, campo de atuação e a maneira de ser ensinado. Com o objetivo de melhorar e modificar os hábitos de higiene e saúde da população os médicos adotaram a função do higienista, assim, a educação física teve a finalidade de contribuir para a aquisição de um físico mais saudável e menos suscetível as doenças (BRASIL 1997).

Nessa época havia uma preocupação com a eugenização da "raça humana", pois o número de escravos estava acentuado e existia um consenso entre os intelectuais da época que a "mistura" poderia "desqualificar" a raça branca (OLIVEIRA, 2013). Assim, a educação física passou a ser associada à educação sexual pra manter a "pureza" e "qualidade" da raça branca. Embora a elite imperial estivesse de acordo com os pressupostos higiênicos, eugênicos e físicos, havia uma forte resistência na realização de atividades físicas por conta da associação entre o trabalho físico e o trabalho escravo (BRASIL 1997). A obrigatoriedade da prática de exercícios na escola sofreu resistência pelo esforço físico estar associado ao trabalho escravo e ser considerado algo "menor".

Segundo Cunha Junior (2003) relata a presença da prática dos exercícios gymnasticos, influenciada pelos médicos como forma de cuidar da saúde, no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, em 1841. Fundado em 1837, o Colégio Pedro II incluiu no ensino público do estado as práticas da ginástica. Esse colégio ofertou uma formação diferenciada em relação às demais instituições, pois seu



currículo abrangia atividades como música, desenho e a própria ginástica.

Em 1851 foi elaborada a Reforma Couto Ferraz, que tornou a educação física obrigatória nas escolas dos municípios da Corte. Houve uma grande resistência dos pais que não queriam seus filhos envolvidos em atividades sem caráter intelectual (BRASIL, 1997). Posteriormente, em 1882, Rui Barbosa emitiu o parecer sobre o Projeto 224 — Reforma Leôncio de Carvalho, Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, da Instrução Pública. O decreto abarcava a inclusão da ginástica nas escolas e equiparação dos professores de ginástica aos das demais disciplinas (BRASIL 1997). Rui Barbosa defendeu no parecer à importância da ginástica na formação de cidadãos fortes e aptos a defender a pátria e como subsídio para adquirir um corpo saudável como alicerce para atividade intelectual (SOARES, 1994).

Os responsáveis pelo ensino da ginástica nas escolas, em geral, eram militares ou professores civis sem instrução superior específica, pois os primeiros cursos de formação em Educação Física datam das primeiras décadas do século XX (PERNAMBUCO, 2013, p. 22).

Essa conjuntura possibilitou que profissionais da educação na III Conferência Nacional de Educação, em 1929, discutissem os métodos, as práticas e os problemas relativos ao ensino da Educação Física (BRASIL, 1997).

Na década de 1930, o Brasil estava inserido em uma conjuntura histórica e política mundial, com influência de ideologias nazistas e fascistas que adquiriram novos conceitos e novamente passaram a realizar associação entre Educação Física e a eugenização da "raça humana". Com um breve ciclo, a eugenia abriu espaço para o higienismo e a prevenção de doenças. Com o apoio das políticas públicas higienistas e a construção ideológica de nacionalismo no governo de Getúlio Vargas a educação física ganhou notoriedade e se desenvolveu no âmbito nacional. Nessa década, o governo Ge-



túlio Vargas oficializou o Método Francês como método oficial, que deveria ser seguido pelas escolas brasileiras e que serviu como base para a intervenção pedagógica da ginástica no contexto escolar em 1931 (PERNAMBUCO 2013).

A finalidade higiênica foi duradoura, pois instituições militares, religiosas, educadores da "escola nova" e Estado compartilhavam de muitos de seus pressupostos (BRASIL, 1997). Nesta mesma década, a Educação Física adquiriu uma importância significativa no desenvolvimento da nação e no processo de industrialização e urbanismo com novos objetivos tais como: aumento da produtividade, impulsionar a coletividade através do desenvolvimento da cooperação e fortalecimento físico dos indivíduos para o trabalho.

A primeira citação direta sobre a educação física em textos constitucionais federais ocorreu durante a elaboração da constituição em 1937, onde a mesma foi incluída no currículo como prática educativa obrigatória (e não como disciplina curricular) em todas as escolas brasileiras. Também havia um artigo naquela Constituição que citava o adestramento físico como maneira de preparação da juventude para defesa da nação e cumprimento dos deveres com a economia (BRASIL, 1997).

Em 1961, houve uma grande discussão sobre o sistema de ensino brasileiro e com isso foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nessa lei ficou determinada a obrigatoriedade da Educação Física no ensino primário e médio. O esporte passou a ser incorporado nas aulas e cada vez mais introduzido no contexto das práticas pedagógicas através do Método Desportivo Generalizado sobrepujando os antigos métodos de ginástica tradicional.

A política governamental de Educação Física entre as décadas de 1960 e 1970 teve como principal objetivo esportivizar a Educação Física, adotando um modelo piramidal, que via na escola a base de formação de atletas de alto nível e de uma população saudável, atlética e ativa [...] (PERNAMBUCO, 2013,



Desse modo, o principal objetivo da Educação Física escolar passou a ser o desenvolvimento de aptidões esportivas, transformando-a de ginástica militar em um treinamento esportivo (SOARES, GÓIS JUNIOR, 2011).

Na época da ditadura militar (1964) a Educação Física/Esportes teve um grande crescimento e foi usado como sustentáculo ideológico, para atender os interesses políticos - ideológicos do governo. A Educação Física Escolar passou a ser associada e subordinada ao esporte, influenciada pelo sucesso da Seleção Brasileira de Futebol nas Copas do Mundo de 1958 e 1962. Em 1970, com o terceiro título na Copa, os conteúdos esportivos passaram a ser predominantes nas aulas de Educação Física. É nessa fase da história que o rendimento esportivo, a seleção dos mais habilidosos e o fim jus¬tificando os meios estão mais presentes no contexto da Educação Física na escola.

O modelo esportivista, também chamado de mecanicista, tradicional e tecnicista, é muito criticado pelos meios acadêmicos, principalmente a partir de 1980 mudando o paradigma. Barroso e Darido (2006), retratam que a partir da década de 80 surgiram novas propostas pedagógicas para a disciplina Educação Física e começaram os questionamentos sobre estas aulas exclusivamente esportivas. Basicamente o esporte era abordado tendo o objetivo em si mesmo, privilegiando aqueles que apresentavam melhores habilidades motoras nas modalidades esportivas, porém com a chegada destas novas abordagens, o esporte passou a ser identificado como um dos meios para contribuir para a formação dos alunos.

O esporte de rendimento e a inclusão do binômio (Educação Física/Esportes) na planificação estratégica do governo da época da ditadura ainda são bastante influentes no contexto das aulas de



Educação Física nos dias atuais, mesmo com o aparecimento de outras tendências pedagógicas.

No início da década de 1980, esse modelo esportivista não surtiu o efeito esperado, pois o Brasil não conseguiu torna-se uma potência olímpico / esportiva nem o número de praticantes de atividade física aumentou, e com isso sua eficácia passou a ser questionada, dando início a uma crise de identidade no discurso e na conjuntura da educação física. A necessidade de mudanças na organização das políticas educacionais foi evidente e a Educação Física Escolar, que priorizava a prática pedagógica de quinta a oitava séries do primeiro grau, começou a desenvolver o processo educacional de primeira a quarta e também na pré-escola. A função de fomentar o esporte de alto rendimento foi excluída da escola que passou a ter uma abordagem no desenvolvimento psicomotor do aluno.

A abertura política ocorrida no Brasil, durante a década de 1980, permitiu que diversos profissionais da Educação Física produzissem uma crítica ao papel que a área havia historicamente desempenhado no país. O chamado movimento renovador passou a questionar a ação desse modelo excludente e essencialmente biológico de Educação Física, exigindo uma ação-reflexão-nova ação sobre as diversas práticas corporais que, para além dos aspectos técnicos, enfatizasse suas dimensões políticas, sociais e culturais (PERNAM-BUCO, 2013, p. 24).

As produções científicas, debates dos profissionais da área, criação dos primeiros cursos de pós-graduação em Educação Física e eventos como cursos e congressos foram fundamentais para o surgimento de novas tendências na educação física. No movimento renovador havia diferentes correntes teóricas e metodológicas, que procuravam romper com o paradigma da aptidão física, através da construção e organização de pedagogias da Educação Física. Como principais produções da área



podemos citar as perspectivas Crítico-Superadora da coletânea "Coletivo de Autores", dos autores Soares et. al. (1992) e Crítico-Emancipatória de Kunz (1994).

O vínculo entre sociedade e Educação Física passou a ser debatido e construído a partir das teorias críticas da educação. Indagações sobre sua função e situação política passaram a nortear discussões acerca da natureza especificada no que se referiam aos seus objetivos, conteúdos e pressupostos pedagógicos de ensino e aprendizagem (BRASIL, 1997).

No primeiro momento, o aluno passou a ser visto de forma integral, não apenas considerando aspectos biológicos, mas também enfatizando suas capacidades psicológicas, sociais, cognitivas e afetivas. No segundo, foram envolvidos objetivos educacionais mais complexos (que fossem além da formação de um físico e que também proporcionem uma sustentação para o intelectual), variedade de conteúdos (não apenas esportes) e pressupostos pedagógicos que dão atenção ao indivíduo em sua integralidade (e não apenas adestramento físico).

As abordagens pedagógicas em Educação Física derivam da articulação entre diferentes teorias psicológicas, sociológicas e concepções filosóficas. Essas teorias têm um nível de compreensão do indivíduo mais ampla em relação à ação-reflexão e o processo de ensino-aprendizagem. Apesar de terem várias concepções científicas e distintas entre si, o maior objetivo da Educação Física é o desenvolvimento do ser humano em sua integralidade.

Como consolidação destas novas abordagens pedagógicas, a Educação Física assumiu um protagonismo no contexto escolar com o papel de contribuir para a formação integral do indivíduo através da criação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), que foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. No seu artigo 26, § 30 explicita que "a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e condições da

21



população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos". Com isso a Educação Física passa a ser desenvolvida como disciplina obrigatória em toda escolaridade do ensino fundamental e médio, não apenas de quinta a oitava séries, como antes.

É perceptivo que a Educação Física passou por diversos processos e várias modificações ao longo do tempo, assumindo diversos objetivos (ideológicos, políticos, científicos) de acordo com a época em que estava inserida. O saber é algo provisório e o contexto histórico, social, político, econômico, cultural e educacional estão em constante transformação. A Educação Física continuará nesse processo de mutação, tendo suas concepções, objetivos e metodologias influenciados pelo contexto em que está inserida.

#### Abordagens pedagógicas em Educação Física

Antes de conhecermos os termos nos quais a disciplina de Educação Física está inserida nas escolas através da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. É preciso compreender os processos pedagógicos e suas abordagens que influenciaram esta disciplina enquanto componente curricular nas instituições de ensino no Brasil.

A Educação Física, como foi vista anteriormente, passou por várias transformações, tendo sempre como objetivo a reestruturação do seu campo de conhecimento definindo novas metas para sua finalidade no contexto escolar. Todavia, para compreendermos essas abordagens é preciso adentrar no saber dos seus conceitos, nas propostas políticas e filosóficas. Desta forma, os movimentos na educação passam a existir com outro enfoque, como vemos a seguir:

Na busca de uma nova dimensão, tais proposições sugerem desde o que entendem como elemento específico (objetivo de estudo) da E.F., passando por



operacionalização de conteúdo do ponto de vista pedagógico, indo até o entendimento de como avaliar em Educação Física (SOUZA JUNIOR, 1999, p. 20-21).

Sendo assim, a cada nova abordagem pedagógica haverá diversas mudanças em todos os elementos que são objetos de estudo e conhecimento da área específica, incluindo até a forma de avaliar. Tal fato pode ser exposto quando comparamos a tendência militar da Educação Física que tinha como forma de avaliação dos alunos na escola apenas através do desempenho físico, já as propostas mais atuais têm como finalidade à busca pela contribuição cada vez maior para um novo olhar sobre a corporeidade. Porém, é preciso lembrar que as abordagens atuais sofreram influência das diversas propostas metodológicas de Educação Física, e todas essas tendências ainda hoje influenciam o profissional na sua formação (DARIDO, 2003).

Portanto, após anos das vertentes tecnicista, esportiva e biologicista a educação brasileira por volta da década 80 passou por mudanças, através do surgimento de novas abordagens. Uma vez que o modelo esportivista começou a sofrer várias críticas a respeito das suas metodologias e propostas para a Educação Física, já que os acadêmicos, naquela época, começavam a valorizar os conhecimentos produzidos pela ciência (BRASIL, 1998).

Diante a discussão gerada na época entorno das abordagens, a autora Darido (2003) destaca que o surgimento destas abordagens dar-se a partir das propostas idealizadas de alguns pensadores naquele tempo que não aderiram ao gozo das praticas pedagógicas mecanicistas que os professores de Educação Física realizavam dentro das unidades de ensino básicas.

Assim, por volta da década de 1980, surge a abordagem psicomotora tendo como principal



autor Le Bouch (1986) na qual buscava garantir o desenvolvimento integral do aluno. Para Darido (2003) essa abordagem critica o modelo esportivista apontando-o como o uso de uma metodologia ligada totalmente a execução perfeita das técnicas dos fundamentos dos esportes, visto que "Nele, o envolvimento da Educação Física é com o desenvolvimento da criança, com o ato de aprender, com os processos cognitivos, afetivos e psicomotores, ou seja, buscando garantir a formação integral do aluno" (BRASIL, 1998, p. 23).

Essa busca, de uma formação integral por esta abordagem, concentra também suas intenções ao fazer relação a diversos conhecimentos corporais e ao aspecto cognitivo. A procura do rompimento da proposta da Educação Física subordinada ao esporte acabou desviando-a da sua autenticidade enquanto componente curricular, ficando voltada como uma disciplina de complemento às demais sem conteúdo próprio, mas servido apenas como auxilio para o ensino-aprendizagem de outras disciplinas.

A Educação Física é, assim, apenas um meio para ensinar Matemática, Língua Portuguesa, sociabilização... Para este modelo, a Educação Física não tem um conteúdo próprio, mas é um conjunto de meios para a reabilitação, readaptação e integração, substituindo o conteúdo que até então era predominantemente esportivo, o qual valorizava a aquisição do esquema motor, lateralidade, consciência corporal e coordenação viso-motora (BRASIL, 1998, p. 23).

Essa proposta de inserir o ensino da Educação Física nas escolas levou ao abandono especifico dos conteúdos como a dança, ginástica, esportes, lutas e entre outros. Dando a entender que eles
não tinham importância para aquisição do conhecimento dos alunos.

A proposta da abordagem construtivista se assemelha com a abordagem psicomotora, pois ambas tem a intenção de buscar a formação do sujeito de maneira integral. Valendo acrescentar que



na perspectiva construtivista são inseridas as dimensões cognitivas e afetivas ao movimento humano. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais estas duas abordagens trazem uma proposta de ensino-aprendizagem nas escolas para crianças com faixa etária até os 11 anos (BRASIL, 1998).

Segundo Darido (2003) a perspectiva construtivista-interacionista está centrada na construção e no desenvolvimento da interação do sujeito com o mundo, onde cada indivíduo para obter determinados conhecimentos precisa realizar uma ação dele sobre o mundo. Para os pensadores dessa abordagem o conhecimento é algo que deve ser construído pelos alunos durante toda a vida.

Dessa forma, os autores que defendiam essa proposta para a educação propunham que a aprendizagem deveria partir dos conhecimentos culturais do aluno, sendo ele o personagem principal na construção do seu conhecimento.

Assim, o método construtivista propõe que a escola tenha como tarefa principal o resgatar a cultura de jogos e brincadeiras dos alunos que participam do processo de ensino-aprendizagem. Dentro desta perspectiva davam uma atenção especial nas aulas de Educação Física às atividades como brincadeiras de rua, as rodas cantadas, os jogos com regras e entre outras que estavam inseridas na vida dos alunos. Logo, percebe-se que o jogo na abordagem perspectiva tem uma suma importância enquanto conteúdo/estratégia, sendo considerado pelos autores defensores desta abordagem um instrumento pedagógico para facilitar o ensino, como também, a aprendizagem dos discentes (DARIDO, 2003).

O construtivismo, então, pode ser entendido como um processo construído pelo individuo onde a aquisição de conhecimento advém de toda a sua vida, implicando um esquema de assimilação e acomodação que está sempre se reorganizando (BRASIL, 1998).

Essa abordagem construtivista contribuiu para os avanços da Educação Física por defender



uma aprendizagem que leve em consideração o conhecimento que o aluno já possui. Dando também, um auxílio aos profissionais da área alertando-os para um novo olhar na Educação Física que valorize a cultura dos alunos, bem como visem a solução dos problemas nas atividades propostas em sala de aula (BRASIL, 1998). Porém, percebe-se que esta abordagem direciona seu olhar apenas para a dimensão procedimental, ou seja, não se dá muita importância para as dimensões afetivas.

Já por volta dos meados da década de 80, surge outra abordagem para área da Educação Física, denominada de desenvolvimentista, que diferente da construtivista tinha como foco alunos com faixa etária até os 10-11anos, a perspectiva desenvolvimentista dirige suas atenções até 14 anos.

Essa abordagem busca uma fundamentação nos processos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento da Educação Física (BRASIL, 1998). Apontando, contudo, para um método desenvolvimentista que visa melhorar as habilidades motoras.

Desta forma, a autora Darido (2003) entende que tais habilidades podem ser compreendidas como básicas ou específicas, definindo as habilidades básicas como locomotora, manipulativa e de estabilização. Com isso, esta proposta defende a ideia de que "o movimento é o principal meio e fim da Educação Física" (BRASIL, 1998, p. 24). Assim, percebe-se que esta abordagem tem como foco principal o desenvolvimento das capacidades físicas dos seus indivíduos.

Essa proposta desenvolvimentista na Educação Física tem a responsabilidade de criar dentro do espaço escolar um ambiente capaz de transformar e desenvolver as crianças de acordo com as suas necessidades a partir da análise do processo de transformação pelo qual ela passa. Essa perspectiva dá ao educando a capacidade dele se autodesenvolver através de padrões de movimentos desenvolvimentistas em exercícios que o nutram (MANOEL, 2008).

Fomentando ainda mais a ideia sobre esta abordagem, Darido (2003) descreve que essa ten-



dência desenvolvimentista atribui seu foco apenas à dimensão procedimental, ou seja, apenas ao saber fazer através de atividades que permitam aos seres humanos resolverem problemas do cotidiano através de seu movimento motor.

O que nos leva a entender que a dimensão atitudinal não estava nos objetivos dos planos curriculares da educação durante esta época. O que pode ser claramente evidenciado no estudo de Jewett Bain (1985) apud Manoel (2008) que descrevem a respeito da importância do desenvolvimento afetivo e sociocultural, pois esses são essenciais para que os indivíduos possam se preparar para ajustar-se à sociedade vigente. Desta forma, os alunos deveriam se desenvolver para se adequar à sociedade e não transformá-la.

A crítica sobre a abordagem desenvolvimentista se fazia com relação ao mecanismo motor em que os alunos eram expostos, a fim de adaptá-los as regras e costumes da sociedade, sem a preocupação de um julgamento capaz de tentar transformar cada vez mais o ambiente deixando-o mais harmonioso, solidário e crítico.

A perspectiva desenvolvimentista teve também suas contribuições para Educação Física nas adequações de conteúdos sistematizados ao longo das faixas etárias através da taxinomia para o desenvolvimento motor, onde classificam hierarquicamente os movimentos a serem executados de acordo com a faixa etária que o indivíduo se encontra (BRASIL, 1998).

Já no início da década de 90, alguns autores defenderam uma perspectiva a qual foi denominada de Saúde renovada. Essa abordagem visava importantes atributos no desenvolvimento de atitudes, aptidões e costumes que podiam dar assistência às pessoas para que elas adotassem um estilo de vida ativo quando elas chegassem à fase adulta (NAHAS, 1997). Assim, a Educação Física Escolar tinha como proposta, diante dessa perspectiva, conteúdos que objetivavam a promoção à saúde ou a



indicação para um estilo de vida saudável.

Segundo Darido (2003), essa proposta para a Educação Física tornou-se importante na medida em que influenciou conceitos relacionados à aptidão física e saúde. Levando os alunos para além da dimensão procedimental, onde agora os educadores preocupam-se com o saber, ou seja, com a dimensão conceitual e também com a atitude de criar hábitos saudáveis desenvolvendo assim a dimensão atitudinal. Embora tenha adquirido uma ampliação nos aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais. Essa abordagem limita os conteúdos da Educação Física apenas ao ensino-aprendizagem de atividades relacionadas à saúde e qualidade de vida.

Logo após essa proposta para a Educação Física, surgem as abordagens críticas que visam desenvolver no aluno uma visão crítica ao ponto de questionar e transformar a sociedade. Segundo Darido (2003) afirma que a partir desta abordagem a Educação Física é compreendida como uma disciplina que tem como foco o desenvolvimento da cultura corporal através do jogo, dança, ginástica, capoeira e esportes.

Assim, a Educação Física passa a definir seus conteúdos a partir dos conhecimentos da cultura corporal que existe na sociedade. Porém, esses conteúdos devem estar entrelaçados com outros temas que busquem desenvolver nos alunos um caráter críticos, afim de que possam superar as contradições e injustiças sociais da classe trabalhadora. Logo, a "Educação Física crítica estaria atrelada às transformações sociais, econômicas e políticas, tendo em vista a superação das desigualdades sociais" (BRASIL, 1998, p. 25).

Para Soares et. al. (1992) relata que o ensino da Educação Física deve influenciar nos alunos o ato de reflexão sobre várias questões vigentes na sociedade, como também fazer uma análise sobre o ensino-aprendizagem onde prevaleçam não apenas o saber ensinar, mas também como se adquirir



tais conhecimentos.

Da mesma forma da Saúde Renovada, as abordagens Críticas abrangem as mesmas dimensões dos conteúdos: procedimental, atitudinal e conceitual. Porém, diferenciam-se na medida em que o seu conteúdo tem uma maior abrangência, não se limitando apenas aos interesses de qualidade de vida e saúde, mas sim, a conteúdos sobre a cultura corporal e valores democráticos.

Já no final da década de 90, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's – que abrangem as diferentes etapas de ensino da Educação Básica, do ensino fundamental I ao Ensino Médio. O ensino fundamental passou a ser divido em quatro ciclos que abrangem da primeira série até a oitava série e se estruturam a partir dos objetivos e conteúdo da área para cada ciclo, dos critérios de avaliação e das orientações didáticas.

Para Darido (2003) os Parâmetros Curriculares Nacionais já vinham sendo discutidos com alguns autores antes mesmo da sua elaboração. Com isso, abrangeu as mesmas dimensões dos conteúdos da abordagem crítica, entretanto, diferenciando-se pelos aspectos relevantes para serem trabalhados durante toda extensão da educação básica, como: princípio da inclusão, princípio da diversidade, características da área e temas transversais.

Desta forma, surge um "ordenamento legal na proposição da atual Lei de Diretrizes e Bases, que orienta para a integração da Educação Física na proposta pedagógica da escola" (BRASIL, 1998, p.26). A contribuição no direcionamento da Educação Física para todos os níveis de ensino na Educação Básica, fica evidente a partir da possibilidade de um norte para as escolas e professores sobre os conteúdos desta disciplina e na adaptação do currículo às diferentes realidades e demandas sociais de cada local especifico nas Regiões do Brasil.

Tal proposta para a Educação Física visou também acabar com a ideia de aulas exclusivas,



mesmo proporcionando liberdade para uma flexibilização dos conteúdos desta disciplina nas escolas. Os PCN's estimulavam que tanto as instituições como os professores propusessem durante o ensino-aprendizagem aulas que fossem capazes de incluir todos os alunos, garantindo com isso o exercício pleno à cidadania e o acesso de todos os discentes aos conteúdos da cultura corporal da Educação Física.

Segundo Darido (2003) descreve que os PCN's abordam a importância do aprendizado sobre os conteúdos relacionados à jogos, esportes, atividades rítmicas e expressivas, ginásticas e conhecimento sobre o corpo.

É possível notar que a Educação Física passou por várias mudanças ao longo do tempo, grande parte destas alterações geraram resquícios para complementação de outras abordagens mais atuais, pois por se tratar de uma disciplina que tem seus conteúdos gerados a partir dos fenômenos culturas e sociais, é evidente que esta prática sofra alterações continuas devido às transformações cultural e social da humanidade.

#### Educação Física na Base Nacional Comum Curricular - BNCC

Elaborada com objetivo de alcançar um aprendizado de qualidade no Brasil, buscando dar uma base para toda a Educação Básica brasileira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é inserida na educação após várias reuniões com especialistas em educação de todas as áreas de conhecimento para atingir um documento completo e contemporâneo que correspondesse às demandas dos alunos para prepará-los e os inserir na sociedade.

Porém, esta nova proposta para educação brasileira não foi inserida no cenário educacional



de uma hora para a outra. A busca por novas concepções sobre o currículo escolar vem acontecendo há décadas. Logo, a proposta da BNCC aconteceu por volta do ano de 2015, onde se tornou pública para que a sociedade apresentasse sugestões (GONTIJO, 2015).

O início dos trabalhos para elaboração de uma nova Base Curricular exigiu reuniões, seminários e eventos envolvendo professores da Educação Básica, pesquisadores e profissionais ligados à Educação, onde foram elencados pontos críticos e sugestivos para formulação deste documento. As sugestões obtidas para mudanças não revogaram as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Brasileira (DCN), mas definiram as áreas de conhecimento para alcançar uma organização do currículo (GONTIJO, 2015).

Apesar da busca do MEC para realizar um documento normativo para a Base da Educação brasileira amparada pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB na construção de um currículo definido a partir de uma política pública democrática, a BNCC na sua primeira versão recebeu diversas críticas sobre sua estrutura e o pouco debate público. "A partir da plataforma, que dispunha de ferramentas para envio de sugestões após o cadastro pessoal ou institucional, o texto recebeu contribuições de vários tipos, oriundas de pessoas, escolas ou organizações distribuídas por todo o território nacional" (GONTIJO, 2015, p. 193).

Após várias discussões sobre a nova proposta para a rede de educação básica, a próxima etapa para formulação da BNCC, que foi discutida através de seminários estaduais que aconteceram:

Nos meses de junho e julho de 2016, dos quais participarão representantes do CONSED e professores da Educação Básica, momento em que o texto será analisado, discutido e novas contribuições serão incorporadas. Somente então, o documento será encaminhado ao Conselho Nacional de Educação para discussão, debate, mais recomendações de mudanças ou aprovação (GONTI-



JO, 2015, p.194).

Diante dessa segunda tentativa com objetivo de fortalecer o documento da Base Curricular através de uma participação popular, MARTINELI et. al. (2016) afirmam que essa segunda versão preliminar da BNCC foi definido através de seus organizadores a forma que seria tratada a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos embasados nos aspectos físicos, afetivos, sociais, cognitivos e emocionais que ocorrem ao longo da vida dos indivíduos.

Por fim, a terceira edição da BNCC que está embasada na Lei de nº 9396/96 que integra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde estabelece que a educação deve ser embasada nos princípios éticos, políticos e estéticos, contribuindo cada vez mais para uma sociedade democrática, justa e inclusiva através de uma formação humana integral.

Portanto, a BNCC é definida como "um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica" (BRASIL, 2017, p.7). Esse direito a aprendizagem e ao desenvolvimento estabelecido pela Base Curricular está alicerçado nos princípios éticos, políticos e estéticos, que deverão estar presente em todas as etapas da educação básica, sendo assegurado pelos componentes curriculares presente na BNCC (Martineli et. al., 2016).

Essa normativa tinha como intuito fomentar um documento estruturado que envolvesse um acervo de conteúdos essenciais para aquisição de conhecimentos dos educandos ao longo de toda a sua permanência na escola. Dessa forma, a proposta pretende descontextualizar os conteúdos desinteressantes para aprendizagem dos alunos, buscando se distanciar cada vez mais dos métodos de uma escola tradicional em que os conteúdos muitas vezes se distanciam do cotidiano dos mesmos.



Todavia, o fundamento que alicerça o ensino através da LDB (1996) também está compreendido na BNCC, na medida em que ele busca tornar o sujeito autônomo, ou seja, que tenha capacidade de ter senso de justiça comum observando situações de preconceitos e injustiça, com também, transformar os alunos em indivíduos capazes de compreender e respeitar a diversidade presente no mundo. Corroborando com isso, Martineli et. al.(2016) afirmam que a BNCC através dos componentes curriculares pretende assegurar essa formação dos alunos a partir dos seus objetivos, e para isso ao longo da educação básica é preciso desenvolver algumas competências estabelecidas pela base.

Essas competências gerais estabelecidas na BNCC contribuem para assegurar o processo de ensino aprendizagem dos alunos nas escolas que é compreendido em dez competências, "definidas como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho". O que orienta os estados e municípios para uma educação que assegurem o desenvolvimento dessas competências que foram definidas nessa base (BRASIL, 2017, p. 8).

Essas competências abrangem todas as etapas da educação básica, diferente dos PCN's que elaboram seu currículo abrangendo apenas o ensino fundamental anos iniciais. Tal afirmação também é exposta no trabalho da autora Gontijo (2015) que diz que "diferentemente das bases e parâmetros mencionados, o documento atual abrange a educação infantil, primeira etapa da educação básica, e o ensino médio, última etapa, conforme preconiza a Lei 9.394/1996".

A mesma autora traz ainda no seu artigo que esse documento "mudará os rumos da formação continuada e os materiais didáticos". Ela demonstra que o empenho sobre os investimentos na educação básica deve proporcionar "formação pessoal, profissional e cidadã". O que compreende que



a BNCC tem a pretensão de renovar e melhorar todo o ensino básico da educação (CONTIJO 2015, p.180 – grifos da autora). A estrutura da BNCC que, conforme exposta anteriormente, está organizada em três etapas da Educação Básica definidas em: educação infantil, ensino fundamental, o conteúdo descreve como as aprendizagens estão organizadas em cada etapa. A primeira etapa da Educação Básica é compreendida pela Educação Infantil, conforme exposto na BNCC. Esta etapa de ensino é dividida em dois blocos, Direitos de aprendizagem e desenvolvimento e também Campos de experiências.

Diante dessa definição descrita pela BNCC para assegurar o direito aos alunos à aprendizagem e o desenvolvimento, o primeiro bloco do eixo estruturante da base é compreendido da seguinte forma:

Na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeiras), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem/desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver (BRASIL, 2017, p. 25).

A segunda etapa do eixo estruturante para aprendizagem durante o Educação Infantil é definida desta maneira: "Considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC estabelece cinco campos de experiências, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver" (BRASIL, 2017, p. 25).

É necessário que os municípios e estados assegurem os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nesta etapa de ensino da educação, onde dentro do eixo estruturante da Educação Infantil se faz necessário que sejam trabalhados os cinco campos de experiências, a saber: conviver, brincar, participar, expressar, explorar e conhecer. Já no eixo campo/experiência os cincos campos para aquisição de aprendizagem são definidos como: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e



movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. No entanto, esses dois eixos são divididos em três grupos por faixa etária os quais podem ser divididos em: bebês (0 – 1 ano e 6 meses); crianças bem pequenas (de 1 ano e 7 meses – 3 anos e 11 meses); e crianças pequenas (4 anos – 5 anos e 11 meses). Onde cada campo de experiência é definido por objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

É preciso lembrar-se que esses objetivos não foram criados de uma hora para outra, pois, Casaril (2017) afirma que é a partir das propostas elaboradas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEIs) que se orientam a BNCC para aprendizagem das crianças na etapa da Educação Infantil. O que garante que os eixos estruturantes possibilitem aos alunos a capacidade de aprendizagem de diferentes formas abonando experiências que permitam o desenvolvimento e socialização através de ações e interações com o ambiente, pares ou adultos.

Por fim, o cuidado com a Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento tanto da escola como para a sociedade. Visto que esta etapa do ensino da Educação Básica compreende o primeiro acesso da criança ao ambiente escolar. E este deve favorecer o desenvolvimento de comportamentos, habilidades e conhecimentos ao indivíduo na fase da infância através dos eixos estruturantes, a interação e brincadeiras que estão compreendidos na BNCC.

A segunda etapa da Educação Básica é denominada como Ensino Fundamental e está dividido em duas fases: anos iniciais (1º ano – 5º ano) e anos finais (6º ano – 9º ano), onde diferente da Educação Infantil, está estruturado em 4 eixos estruturantes: área do conhecimento; competências especificas da área; componentes curriculares; e competências especificas de componentes.

O eixo estruturante denominado de área do conhecimento está organizado em cinco áreas: Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens, Matemática e Ensino Religioso. Sendo que



esses componentes não devem atuar de forma isolada, mas sim, interligadas na formação dos alunos respeitando as especificidades e saberes de cada um deles.

O próximo eixo temático tratado no Ensino Fundamental pela BNCC estabelece o conhecimento de cada área, sendo assim intitulada de Competência específicas da área. O objetivo deste item consiste em desenvolver o indivíduo em uma ordem sistemática do conteúdo ao longo dos noves anos dessa etapa. Assim cada área de conhecimento deverá seguir seu conteúdo específico que é definido pela base e que estão especificados como as dez competências gerais nessas áreas. No próximo eixo da base compreende-se o componente curricular, no qual a BNCC estabelece o seguinte:

Nas áreas que abrigam mais de um componente curricular (Linguagens e Ciências Humanas), também são definidas competências específicas do componente (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Geografia e História) a serem desenvolvidas pelos alunos ao longo dessa etapa de escolarização (BRASIL, 2017, p. 28).

Essa ideia da distribuição do componente curricular em competências especificas contribui de forma articulada entre cada área do currículo, como por exemplo, no componente curricular de Linguagens, onde existe mais de uma competência específica (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, e Língua Inglesa) onde ocorre entre elas uma articulação para garantir o desenvolvimento dos alunos durante o Ensino Fundamental.

Essa proposta de articulação entre os componentes curriculares e as competências especificas é assegurada pela BNCC através de um conjunto de habilidades. Essa proposta criada pela a base contribui para garantir o desenvolvimento dos alunos e a pretensão de assegurar os objetivos de conhecimentos que são propostos a cada área e que estão alinhados com os objetivos gerais da BNCC.



Diferente dos PCN's, a BNCC substitui a palavra conteúdo por unidades temáticas que definem os conteúdos a serem tratados durante todo o Ensino Fundamental por cada área de conhecimento.

As unidades temáticas definem um arranjo dos objetos de conhecimento ao longo do Ensino Fundamental adequado às especificidades dos diferentes componentes curriculares. Cada unidade temática contempla uma gama maior ou menor de objetos de conhecimento, assim como cada objeto de conhecimento relaciona a um número variável de habilidades (BRASIL, 2017, p. 30)

O professor ao elaborar seu plano de ensino seguindo a proposta da BNCC deve orientar-se a partir dos eixos temáticos e assegurar que as habilidades propostas para cada unidade temática e objetivo de conhecimento sejam desenvolvidas durante as aulas para alcançar as aprendizagens essenciais que devem ser alcançadas pelos alunos durante aquela etapa da educação básica a qual está sendo trabalhada.

Também é preciso enfatizar que os critérios de organização das habilidades do Ensino Fundamental na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos (BRASIL, 2017, p. 30).

Os autores Aguiar e Dourado (2018) enfatizam que as habilidades estruturadas pela BNCC, a qual está direcionada para educação básica, se contrapõem ao Plano Nacional de Ensino. Para os



autores, as habilidades não aderem a uma concepção crítica de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Nessa concepção, as habilidades implantadas para aprendizagem dos alunos durante o ensino fundamental não exercem uma função crítica do sujeito para resolução, debate e transformação de fatores existenciais na sociedade.

Desta forma, Macedo (2018) estabelece que essa proposta da BNCC dada às habilidades está relacionada aos primórdios de uma tradição nas demandas do treinamento militar americano durante o período da guerra fria, onde abordavam um conjunto político de teorias de aprendizagem de campos tradicionais — psicológicas, linguísticas, ciências computacionais. Logo, a autora indica que as competências da base são formuladas a partir de comportamentos globais e depois são destrinchados em habilidades. "Estas são descritas em termos comportamentais como aquilo que se espera do aluno não uma base de onde se parte, mas uma descrição de onde chegar" (MACEDO, 2018, p. 30). Com isso, as habilidades são tidas como algo que se deve ser alcançadas pelos alunos, ou seja, uma meta a ser atingida. Ela apresenta através de uma codificação, que de certa forma nos leva, segundo alguns autores, a uma versão contemporânea de uma racionalidade sistêmica codificada que ampara uma elaboração curricular técnica.

Por outro lado, a BNCC esclarece a maneira que são apresentadas as habilidades como forma de proposta para aprendizagem dos alunos durante a Educação Básica, compreende-se em contribuir para o ensino como um método que possibilite alcançar os objetivos e assegurar a clareza, precisão e a explicação do que se espera aprender nos níveis de ensino. Sendo essas habilidades flexíveis ao ponto de serem modificadas pelos professores de diferentes regiões para que alcancem as diversas culturas que fazem parte desta sociedade (BRASIL, 2017).

Saindo do Ensino Fundamental, adentramos agora nas propostas elaboradas pela BNCC para



a etapa da educação básica, o Ensino Médio. Este é compreendido em quatro áreas, as quais foram já definidas pela LDB, e são mencionadas no Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 2017, p. 32).

No ensino médio, a BNCC centraliza as suas ações, durante os três anos de duração, em ações pedagógicas flexíveis que possam se adequar a cada realidade em que as escolas e os alunos estão inseridos no contexto da sua realidade. Assim, as habilidades apresentadas ao Ensino Médio não apresentam seriação. No entanto, as habilidades estão descritas da mesma forma que foram estabelecidas no Ensino Fundamental, conforme exporto pela BNCC:

Para assegurar o desenvolvimento das competências específicas de área, a cada uma delas é relacionado um conjunto de habilidades, que representa as aprendizagens essenciais a serem garantidas no âmbito da BNCC a todos os estudantes do Ensino Médio. Elas são descritas de acordo com a mesma es-



trutura adotada no Ensino Fundamental (BRASIL, 2017, p. 33).

As habilidades que estão descritas para o Ensino Médio são definidas por áreas de conhecimentos (Linguagem e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). O que se intensifica a continuidade das propostas para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, caracterizando uma organização sistemática centrada no desenvolvimento de competências e que se embasa também pelo princípio da educação integral. Essa passagem do Ensino Fundamental para o Ensino Médio compreende uma articulação às aprendizagens essenciais, onde nesta última etapa da Educação Básica, a BNCC traz o objetivo de consolidar, aprofundar e ampliar a formação integral, que irão contribuir para inserção dos alunos as várias vertentes da sociedade a qual ele almeja pertencer com a capacidade de analisar e compreender os princípios (justiça, ética, e cidadania) que lhes foram ofertados durante sua jornada na Educação Básica.

Os objetivos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, para a aprendizagem, a serem alcançados durante essas etapas podem ser melhores elucidados no exemplo exposto pela BNCC:

A área de Linguagens, no Ensino Fundamental, está centrada no conhecimento, na compreensão, na exploração, na análise e na utilização das diferentes linguagens (visuais, sonoras, verbais, corporais), visando estabelecer um repertório diversificado sobre as práticas de linguagem e desenvolver o senso estético e a comunicação com o uso das tecnologias digitais. No Ensino Médio, o foco da área de Linguagens e suas Tecnologias está na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando





seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias (BRASIL, 2017, p. 471).

Percebe-se assim, que os objetivos da BNCC para os níveis de ensino da Educação Básica diferem-se em alguns pontos. Enquanto no Ensino Fundamental concentram-se suas ações no conhecimento, na exploração e compreensão de novos saberes, no Ensino Médio existe a perspectiva de que o professor possa aprofundar o conhecimento obtido durante a etapa anterior permitindo aos alunos terem autonomia suficiente para serem autores críticos das diferentes práticas de linguagem.

Ao direcionarmos nossos olhares para a disciplina de Educação Física na BNCC, observa-se que ela está inserida no componente curricular da Área de Linguagens no Ensino Fundamental, e no Ensino Médio na Área de Linguagens e suas Tecnologias. A sua permanência neste componente curricular está submetida a construção dos componentes nas práticas sociais devido ao seu conteúdo composto por práticas corporais que são compreendidas por movimentos gestuais passiveis de expressividade, leitura e produção. Assim, essa área é definida pela BNCC, como: "As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital" (BRASIL, 2017, p. 63). O que possibilita aos estudantes a capacidade de se expressarem através das diversas práticas, as quais contribuem para a formação de valores, atitudes culturais, morais e éticas. A permanência da Educação Física nesta área dar-se pelo fato de ser "Concebida como forma de ação e interação no mundo e como processo de construção de sentidos, a linguagem é, portanto o elo integrador da área" (MARTINELI et. al., 2016, p. 80).



Essa proposta de pertencer a Educação Física aos fundamentos do componente curricular atende ao que foi abordado pela DCN, que situava esta disciplina na área de Linguagens de acordo com os pensamentos de Neira e Souza Junior (2016). Assim, "A Educação Física, entendida como "linguagem", integrada aos outros componentes curriculares desse núcleo, tem como propósito central contribuir para a subjetividade humana" (MARTINELI et al., 2016, p. 81). Portanto, a Educação Física diante do proposto pela BNCC procura englobar os saberes corporais, estéticos, emotivos e lúdicos capazes de enriquecer a cultura dos alunos. Para que a Educação Física possa alcançar os objetivos que lhes foram dados, para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, a BNCC cita três elementos fundamentais comuns às práticas corporais: movimento corporal, organização interna e o produto corporal.

O que se pretende nesse contexto elencado pela BNCC, sobre as práticas corporais que são fundamentais, para que os alunos detenham durante o ensino da Educação Básica embasa-se em um conhecimento sobre atividades corporais humanas na sociedade, nas quais os indivíduos interagem e envolvem-se por um propósito específico e sem caráter instrumental.

Entretanto, Neira (2018) considera importante a ideia de ter uma prática corporal que seja valorizada enquanto fenômeno sociocultural e um conteúdo altamente diversificado. Porém, critica a BNCC quando ela sugere os elementos fundamentais comuns às práticas corporais, para ele essa proposta impõe a Educação Física uma estrutura fixa dos seus significados. Pois esta disciplina deve ser ofertada na escola como algo integrador e de diversos conteúdos, os quais não poderiam determinar limites para a definição dos temas.

A ideia de movimento corporal como elemento essencial é herança da psicologia desenvolvimentista, que desconsidera as contribuições dos estudos da cultura, nos quais a gestualidade, tratada como forma de linguagem, ganhou



evidência. Nesse quesito, surge a primeira incoerência: por um lado, a BNCC ignora que manifestações pouco exigentes em termos motores possam ser abordadas nas aulas de educação física, tais como brinquedos e jogos de sa-lão, mas apresenta os jogos eletrônicos como objetos de conhecimento para os 6º e 7º anos (NEIRA, 2018, p. 219).

Diante desta narrativa, vale lembrar que a BNCC expõe que o documento tem como proposta orientar as aprendizagens e objetivos a serem alcançados durante cada etapa de ensino, porém, ela deixa flexível que tanto as habilidades e os objetos de conhecimentos quanto as unidades temáticas são de escolha da escola diante do seu cenário cultural.

Visto que ainda é possível encontrar escolas do Ensino Fundamental anos iniciais sem um professor de Educação Física, ficando a disciplina a mercê de um professor não formado para dar as aulas ou muitas vezes não tendo aulas de Educação Física na grade curricular, ficando está apenas como parte recreativa, ou seja, aquele jogo de bola. Desta forma, seria correto que ao ingressar esses alunos no Ensino Fundamental anos finais o professor de Educação Física elabore o seu plano de ensino sem esquecer as deficiências de conteúdo desses alunos, ao não vivenciarem as unidades temáticas da etapa anterior? Ou, o professor deve elaborar um plano de ensino que envolva o aluno a vivenciar as unidades de temáticas e alcançar as habilidades propostas nas etapas anteriores? E com isso ele possa alcançar com maior eficácia as habilidades do objeto de conhecimento na qual estão sendo sugeridas pela base para aprendizagem dos alunos. Já que para a BNCC, o conteúdo escolar deve estar voltado para as vivencias atuais dos alunos, com o intuito de uma aprendizagem capaz de ler e formular hipóteses sobre o mundo.

Quanto às práticas corporais organizadas pela BNCC estão ordenadas em seis unidades te-



máticas que compreendem as seguintes manifestações corporais de movimento: Brincadeiras e Jogos; Esportes; Ginástica; Lutas; Danças e Práticas Corporais de Aventura.

Estas unidades temáticas estão organizadas no Ensino Fundamentais anos iniciais (1º ano – 5º ano) segundo acontecimento social dessas práticas corporais, das esferas sociais mais familiares às menos familiares. Já que nessa etapa a criança vive enormes mudanças no processo de crescimento e desenvolvimento e diante disso é necessária uma maior interação com o mundo. Como podemos observar na Tabela 1, exposta abaixo e extraída da BNCC.

QUADRO 1: Amostra das unidades temáticas e objetos do conhecimento da BNCC para o Ensino Fundamental nos anos iniciais

Unidade Temática	Objetos do Conhecimento		
Cindade Tematica	1º e 2º anos	3° e 4° anos	
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo Brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana	
Esportes	Esportes de marca Esportes de precisão	Esportes de campo e taco Esportes de rede/parede Esportes de invasão	
Ginásticas	Ginástica geral	Ginástica Geral	
Danças	Danças do contexto comunitário e regional	Danças do Brasil e do mundo Danças de matriz indígena e africana	
Lutas		Lutas do contexto comunitário e regional Lutas de matriz indígena e africana.	
Práticas corporais de aventura			

FONTE: (BRASIL, 2017, p. 225).





Percebe-se que algumas unidades temáticas como, Práticas Corporais de Aventura e Lutas não são sugeridas ou parcialmente inseridas como forma de aprendizagem durante essa etapa da Educação Básica, apenas as lutas aparecem nas series finais do Ensino Fundamental anos iniciais.

As unidades temáticas da Educação Física definidas pela BNCC para o Ensino Fundamental anos iniciais integram-se a este documento mediante a sua proposta de desenvolvimento as atividades motoras dos alunos. Neste caso, a unidade temática Brincadeiras e Jogos é inserida nesta etapa de ensino por condizer com a realidade das crianças durante esse momento. Esta unidade caracteriza-se por atividades lúdicas que estão presentes no cotidiano das crianças fora e dentro da escola. Com isso, além da criança poder vivenciar, e ou, resgatar algumas práticas corporais ela desenvolve o conhecimento sobre regras, espaços, tempo, cooperação e o prazer em se divertir, ou seja, o simples ato de brincar. Por outro lado, alguns pesquisadores compreendem que esse tema não é bem explicado quanto a sua intenção e real objetivo (MARTINELI et al., 2016).

A unidade temática Esporte, também é trabalhada no Ensino Fundamental anos iniciais com a intenção de desenvolver um conjunto de organizações entre os indivíduos com regras e toda ações que envolvem os esportes. Essa prática corporal reúne vários tipos de manifestação, estas divididas em esportes: de marca, precisão, técnico-combinatório, rede/quadra dividida ou parede de rebote, campo e taco, invasão ou campo territorial e combate. Para a BNCC estas categorias facilitam a compreensão dos esportes para facilitar a aprendizagem dos alunos.

Por outro lado, Neira (2018) compreende que essa definição pré-fixada ou fixada como proposta para trabalhar nas escolas em todo o país inviabiliza as escolhas do professor, pois o docente estaria irrealizável com outras práticas mais tradicionais ou regionais de determinado público, sendo isso, um fator distinto por não adotar práticas corporais que não levem em consideração à cultura



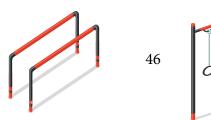
daquele grupo.

Entretanto, não se pode partir apenas para um conteúdo que leve em consideração os temas que mais agradam os alunos, pois dessa forma, segundo Silvera e Pinto (2001) levaria as aulas de Educação Física a uma não diretividade ou de repetição infindável. Pois ao trabalhar os esportes de invasão ou de rede pode acontecer dos alunos daquela região conhecerem apenas o vôlei e o futebol e, consequentemente, o docente trabalharia esses conteúdos todos os anos.

Para Silvera e Pinto (2001) os conteúdos trabalhados nas aulas de Educação Física devem levar em consideração a cultura dos alunos daquela região, os critérios de conhecimentos quanto a pratica corporal a ser desenvolvida no bimestre e desenvolver uma abordagem teórico-prática que se desenvolvam dentro daquele tema, que viabilize os alunos a discutirem sobre os conceitos-chave do tema em questão. Diante dessas questões levantadas é preciso fazer uma reflexão maior sobre a elaboração do plano de curso sobre as unidades temáticas, os objetivos de conhecimentos e as habilidades que serão desenvolvidas durante tal período. Com isso, os professores devem pensar: quais unidades temáticas devem ser desenvolvidas no primeiro Semestre ou Bimestre? Quais habilidades? Os esportes de invasão que devem ser desenvolvidos são apenas os mais conhecidos pelos alunos? Qual a importância de conhecerem e vivenciarem outros esportes de invasão fora do seu contexto regional?

É importante que a Educação Física produza com seus alunos em sala de aula a possibilidade de desenvolver as diversas culturas corporais na escola, onde eles podem conhecer, vivenciar, problematizar e recriar as práticas esportivas que foram produzidas pelo homem durante sua história cultural (VAGO,1997 apud SILVERA e PINTO, 2001).

Por sua vez, a Ginástica enquanto unidade temática do Ensino Fundamental é classificada pela BNCC como: "(a) ginástica geral; (b) ginásticas de condicionamento físico; e (c) ginásticas de



conscientização corporal" (BRASIL, 2017, p. 217).

A unidade temática Dança é caracterizada pela BNCC para ser trabalhada na Educação Básica de forma que:

Explora o conjunto das práticas corporais caracterizadas por movimentos rítmicos, organizado em passos e evoluções específicas, muitas vezes também integradas a coreografias. As danças podem ser realizadas de forma individual, em duplas ou em grupos, sendo essas duas últimas às formas mais comuns. Diferentes de outras práticas corporais rítmico-expressivas, elas se desenvolvem em codificações particulares, historicamente constituídas, que permitem identificar movimentos e ritmos musicais peculiares associados a cada uma delas (BRASIL, 2017, p. 2018).

Já a unidade temática Lutas, não aparece em todos os ciclos da BNCC, está tem início apenas a partir do 3º ano do Ensino Fundamental. E desta forma é compreendida como as diversas formas de disputas corporais, onde os alunos empregam técnicas, táticas e estratégias. Neste conteúdo é importante que o aluno desenvolva o aspecto sócio afetivo dirigida as diversas formas de violência que a sociedade enfrenta, como também, possa aprender fundamentos específicos como: desequilibrar, atingir, imobilizar, excluir o oponente de um determinado espaço. A proposta de lutas na Educação Física pela BNCC enquadra-se em dois temas as lutas brasileiras (capoeira, huka-huka e etc) e as de diversos países do mundo (muaythai, judô, esgrima e etc.).

E por fim, temos as Práticas Corporais de Aventura como unidade temática da BNCC. Este conteúdo procura explorar as diversas formas de experimentação corporal em que o praticante exerça algo desafiador em diversos ambientes. No entanto, esta prática corporal não está presente nos anos



iniciais do Ensino Fundamental, ficando apenas nos anos finais e no Ensino Médio.

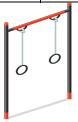
Analisando a proposta da BNCC para o Ensino Fundamental anos finais para a Educação Física, compreende-se que esta disciplina tem o papel de cumprir metas que compreendem a fruição, a experimentação e apreciação de diferentes práticas corporais que levem aos alunos a identificar e recriar as diversas manifestações humanas socioculturais. Para Martineli et al. (2016), a BNCC procura valorizar o trabalho coletivo e o protagonismo. Ou seja, que o aluno seja agente principal do seu desenvolvimento das práticas culturais.

A BNCC propõe que nessa etapa da Educação Básica as práticas corporais sejam ampliadas e aprofundadas, diante das características dos alunos nesta fase em terem maiores capacidades de absorção de informações. Assim, o Ensino Fundamental anos finais foi divido em dois blocos (6º ano e 7º ano; 8º ano e 9º ano) para que dessa forma permita ao professor ampliar a flexibilidade do currículo mediante as várias questões, como por exemplo, a realidade cultural dos alunos e o seguimento da proposta curricular. Assim, a BNCC propõem que o ensino da Educação Física nesta etapa da educação desenvolva no 1 bloco (6º e 7º anos) as unidades temáticas como: brincadeiras e jogos, esportes, dança, lutas, atividades corporais de aventura e Ginástica. Essa compreensão pode ser mais bem observada a partir do quadro 2, abaixo.

QUADRO 2: Amostra das unidades temáticas e objetos do conhecimento da BNCC para o Ensino Fundamental nos anos finais.

Unidade Temática	Objetos do Conhecimento	
	6° e 7° anos	8° e 9° anos
Brincadeiras e jogos	Jogos eletrônicos	
Esportes	Esportes de marca	Esportes de campo e taco
_	Esportes de precisão	Esportes de rede/parede
	Esportes de invasão	Esportes de invasão
	Esportes técnico-	Esportes de combates
	combinatórios	





Ginásticas	Ginástica de condicionamento físico	Ginástica de condicionamento físico Ginástica de conscientização corporal	
Danças	Danças urbanas	Danças de salão Danças de matriz indígena e africana	
Lutas	Lutas do Brasil Lutas do mundo	Lutas do Brasil Lutas do mundo	
Práticas Corporais de Aventura	Práticas corporais de aventura urbana	Práticas corporais de aventura na natureza	

FONTE: (BRASIL, 2017, p. 231).

Nesta etapa todas as unidades temáticas são desenvolvidas para aprendizagem dos alunos, entretanto. Brincadeiras e jogos não estão inseridos pela BNCC para serem trabalhados durante o ciclo (8º e 9º ano). Já as Práticas Corporais de Aventura que não haviam tido espaço no nível anterior, aparecem desde as series iniciais até a última série do Ensino Fundamental anos iniciais.

Já no Ensino Médio, os autores Martineli et al. (2016) descrevem que nesta etapa é importante que os conteúdos ganhem um aprofundamento daquilo que foi visto no Ensino Fundamental e torne os conteúdos interessantes para os alunos para que eles possam desenvolver suas capacidades de abstração, interpretação e ação, que serão uteis para a vida social, profissional, intelectual e política.

Desta forma a BNCC propõem a escola organizar-se diante as diversidades, projetos e o protagonismo dos alunos. Levando em consideração as suas escolhas de vidas, tanto para o trabalho, estudos e orientá-los a terem uma vida saudável, sustentáveis e éticos. O que significa que o ambiente escolar deve preocupar-se em formar alunos "críticos, criativos, autônomos e responsáveis", através de experiências capazes de levá-los a enfrentar os problemas que irão aparecer em seu cotidiano (BRASIL, 2017, p.463).

Por outro lado, alguns autores acreditam que durante essa última etapa da Educação Básica, na qual após ela muitos alunos não terão mais acesso a informações sistematizadas da cultura cor-



poral de movimento. Desta forma, Martineli et. al. (2016) apontam para uma necessidade de a escola desenvolver de forma eficaz o protagonismo comunitário com a importância de o professor trabalhar em sala de aula assuntos relacionados à saúde, lazer e o acesso da comunidade as práticas corporais.

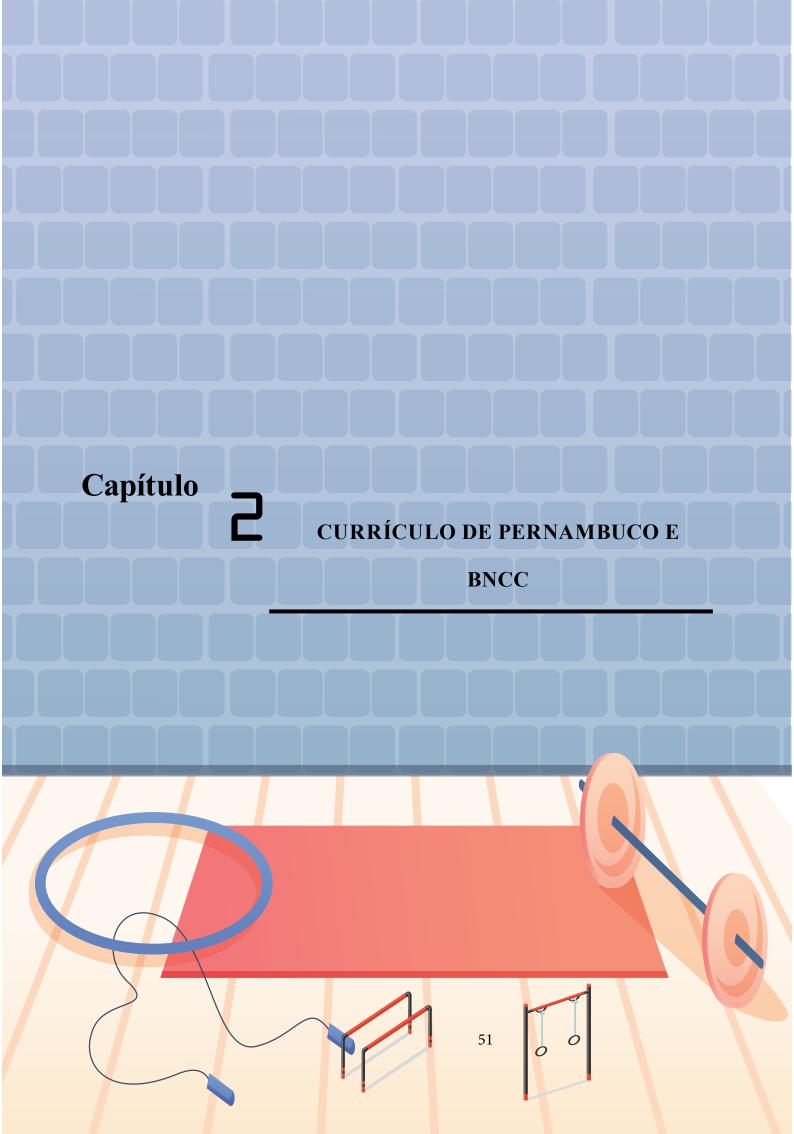
A Educação Física no Ensino Médio na BNCC está inserida na Área de Linguagens e suas Tecnologias e tem como pretensão de possibilitar aos indivíduos:

Explorar o movimento e a gestualidade em práticas corporais de diferentes grupos culturais e analisar os discursos e os valores associados a elas, bem como os processos de negociação de sentidos que estão em jogo na sua apreciação e produção (BRASIL, 2017, p.483).

Essa proposta da BNCC para o desenvolvimento dos alunos durante o Ensino Médio deve estar alicerçada junto com as unidades temáticas da Educação Física que estão compreendidas nessa etapa em: brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura. Entretanto é importante que o professor possibilite ampliar o conhecimento destas práticas e desenvolva de modo que os alunos possam explorar e produzir novos saberes dessas práticas corporais.

Para isso acontecer é preciso que os professores elaborem em suas aulas a possibilidade dos alunos serem protagonistas e se relacionarem com os conteúdos da Educação Física de forma crítica e criativa. Segundo Martineli, et. al. (2016), dessa forma, o aluno poderá compreender os processos de transformações sociais, culturais e políticos e ainda combater alguns valores preconceituosos e estereótipos existentes na sociedade. E com isso, a BNCC procura auxiliar no desenvolvimento da capacidade dos indivíduos de combaterem o "preconceito, o tratamento desigual de gênero, de etnia, religião, classe social, condições de vida e cultura, pois está comprometida com a democracia, a sustentabilidade, a segurança e a saúde coletiva" (NEIRA e SOUZA FILHO, 2016, p. 203).





#### O Processo de Construção do Currículo de Pernambuco para a disciplina de Educação Física.

Atualmente, o Estado de Pernambuco através da Secretaria de Educação de Pernambuco – SEE vem firmando um compromisso em desenvolver a educação do Estado em busca de melhorias e um direcionamento político, econômico, identidade social, e também, para uma valorização da cultura, princípios éticos, morais e humanos. Assim, por intermédio da SEE foram elaborados vários documentos que aglomeram os currículos educacionais para serem inseridos nas escolas do Estado.

Para a elaboração desses currículos a SEE contou com a colaboração de Professores lotados nas Gerências Regionais de Educação Pública – GRE, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), União dos Dirigentes de Educação de Pernambuco (UNDIME/PE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade de Pernambuco (UPE). A elaboração desses currículos, que foram inseridos no contexto educacional do estado, são fundamentados através das DCN, PCNS e a BNCC. Diante dos documentos para Educação Física elaborados pelo Estado para servirem de base para as escolas e professores, vamos destacar os principais norteadores desta disciplina nas unidades educacionais, a saber: Orientações teórico-metodológica Tecnológica – OTMs (2010), Parâmetros Curriculares de Pernambuco – PCPE (2013), Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017) e mais recente, o Currículo de Pernambuco (2018).

Os autores Tenório et. al. (2015) compreendem que as propostas curriculares partem de uma proposição construída ao longo dos anos através de um conjunto de saberes que constituem um processo de seleção, organização e sistematização dos conhecimentos produzidos de uma determinada área.

Assim, o processo de construção do currículo de Pernambuco aconteceu após vários anos de



proposições e estudos, conforme o Quadro 3, que foi extraído dos estudos de Tenório et. al. (2015):

QUADRO 1: Trajetória e denominação das propostas curriculares oficiais de Pernambuco.

Ordem e ano das propostas	Documentação oficial	Denominação neste artigo	Referencia
1° Proposta - 1989/1990	Contribuição ao debate do currículo em educação física: uma proposta para a escola pública Contribuição ao debate em EF Pernambuco	Contribuição ao debate em EF	Pernambuco (1989)
2º Proposta - 1992	Subsídios para organização da prática pedagógica na escola: educação física	Coleção Carlos Maciel Coleção Carlos Maciel -EF	Pernambuco (1992)
3º Proposta -1998	Política de ensino e escolarização básica	Coleção Paulo Freire Coleção Paulo Freire (EF)	Pernambuco (1998)
4º Proposta - 2006	Base curricular comum (BCC) para as redes públicas de ensino de Pernambuco	BCC-EF	Pernambuco (2006)
5° Proposta - 2010	Orientações teórico- metodológicas (OTMs) - Educação física (EF) - Ensino fundamental e médio	OTMs-EF	Pernambuco (2010)

**FONTE**: (TENORIO et al., 2015, p.289).

Analisando o Quadro 3, acima citado, é possível identificar que a SEE construiu aos longos dos anos diversas propostas para embasamento do currículo escolar para as escolas do Estado de Pernambuco. Isso mostra uma grande preocupação do Governo do Estado com as melhorias da educação.

Porém, Tenório et. al. (2015) ao analisarem o processo de construção dessas propostas pelo





estado, expõem que todo esse trabalho não foi realizado apenas por algumas pessoas específicas da área da educação, mas houve também a participação dos professores da rede. Fato esse que mostra a atenção do estado em construir uma proposta educacional democrática para elaboração do currículo escolar de Pernambuco.

Diante desse processo de construções para formulação de um programa educacional que contribuísse para o avanço da educação de Pernambuco, Tenório et al. (2015) afirmam que as primeiras publicações sofreram influência de professores universitários situados tanto na região, como fora da região do estado, ou seja, professores nacionais do campo da Educação Física, resultando assim, em uma reflexão coletiva através de uma discussão com 803 professores da rede.

Já na Coleção Paulo Freire (1998) houve um debate com docentes em diversos fóruns itinerantes de educação, como também com especialistas de diferentes áreas que contribuíram para formulação desta nova proposta para o estado. Já em 2006, criaram um documento o qual foi submetido a avalições de especialistas e que resultou na criação da Base Curricular Comum (BCC) para as redes públicas de ensino de Pernambuco.

Em 2010, foi a vez da discussão sobre as propostas curriculares do Estado de Pernambuco para a Educação Física, e assim surgiram as Orientações Teórico-Metodológicas (OTMs). A elaboração desse documento aconteceu diante de um processo histórico da Educação Física em Pernambuco que se embasaram em várias produções publicadas em periódicos, livros, dissertações e teses que explanavam sobre a Educação Física.

As OTMs têm suas propostas voltadas apenas para as etapas da Educação Básica, o Ensino Fundamental e Médio. Para este documento a Educação Física deve ser fundamentada através de uma cultura corporal que estimule uma ação-reflexão-nova ação sobre os movimentos expressivos que



estão presentes na humanidade, produzidos ao longo da sua existência.

Souza e Souza Junior (2013) descrevem que a surgimento do documento Orientações Teórico-Metodológicas originou-se a partir do documento "contribuição ao debate do currículo da Educação Física: uma proposta para a escola pública" publicado no ano de 1989, que tinha como essência uma educação baseada em um processo de reflexão coletiva.

Esse debate sobre uma educação que leve ao aluno uma pratica reflexiva e torne-o assim um sujeito emancipado, autônomo e cada vez mais crítico serviu de base para o livro "Metodologia do Ensino de Educação Física" conhecido como o Coletivo de Autores, em 1992. Assim, compreende-se que as OTMs tem como base a proposta do Coletivo de Autores para a Educação Física no ambiente escolar.

Este livro - Metodologia do Ensino da Educação Física – foi escrito por diversos autores com teorias diferentes sobre os objetivos da Educação Física para formação do aluno. O intuito do livro é propor aos professores desta disciplina uma nova forma de se trabalhar a Educação Física em sala de aula, visto que o Brasil vinha numa constante transformação e também sofrendo mudanças de abordagens sobre esta disciplina e sua principal função enquanto componente curricular da Educação Básica.

O livro Metodologia do Ensino da Educação Física, tem uma importância fundamental para área da Educação Física, que "continua sendo referência central para a formação inicial e continuada de profissionais de Educação Física, poderíamos dizer, uma leitura imprescindível, um clássico da área, para aqueles que atuam na Educação Física escolar". Esse livro foi de suma importância para o embasamento da Educação Física na perspectiva Critico-Superadora. Sendo assim, esta obra se torna imprescindível para os estudos direcionados à licenciatura em Educação Física (SOUZA JUNIOR et.

55





al., 2011, p. 393).

O livro trata de assuntos importantes a serem debatidos frequentemente nas unidades de ensino da Educação Básica. Assim, Soares et. al. (1992) compreendem que a escola deve ter uma pedagogia emergente, que pode ser chamada de crítico-superadora, e destaca a importância de definir alguns objetivos da escola através do documento que conhecemos como: Projeto Político-Pedagógico – PPP, que devem apresentar três características: diagnostica (constata e lê os dados da realidade), judicativa (julga esses dados da realidade, através de uma ética) e teleológica (por que tem um objetivo específico). O que influencia nas determinações de ensino-aprendizagem do professor a serem definidos a partir das determinações estabelecidas no PPP por toda a classe escolar e extraescolar.

Outro ponto de contribuição para a educação proposta por Soares et. al. (1992) dar-se a partir de uma ampliação do currículo, a qual consiste em que os alunos possam refletir sobre determinadas práticas corporais existentes levando-os ao desenvolvimento da sua capacidade intelectual. Diante dessa proposta, a escola tem como função abordar conhecimentos científicos e confrontá-los com a realidade social dos alunos. Nesse sentido, os autores determinam que a partir de uma direção política na escola um eixo curricular é constituído por três pilares: trato com o conhecimento, organização e normatização escolar.

O conhecimento é tratado metodologicamente de forma a favorecer a compreensão dos princípios da lógica dialética materialista: totalidade, movimento, mudança qualitativa e contradição. É organizado de modo a ser compreendido como provisório, produzido historicamente e de forma espiralada que vai ampliando a referência do pensamento do aluno através dos ciclos já referidos (SOARES ET. AL., 1992, p.28).



Dessa forma, compreende-se que a intenção dessa proposta para a Educação Física embasase em conteúdos que contribuíssem não apenas para o desenvolvimento das capacidades físicas, mas
que nele houvesse algo a mais a ser ensinado. Buscando no aluno uma autonomia, que desenvolva seu
lado crítico sobre determinado assunto da área.

Já a organização é definida como um processo de luta diante da construção do PPP que deve ser estruturado e reformulado na medida em que a sociedade apresenta transformações. Dessa forma, quatro itens são necessários para a construção de uma organicidade do currículo durante a formulação do PPP, sendo necessário:

DESESTABILIZAR, ESTRUTURAR, CONVENCER, CONSOLIDAR concepções práticas e ideológicas que delimitam o contexto sócio histórico, confrontando-as com outras que a elas se opõem, buscando competência e objetividade para levar à frente este projeto de forma a materializá-lo, explicitando assim a conquista de uma outra qualidade de vida para os homens, entendidos enquanto sujeitos históricos e construtores de seu próprio processo de humanização (CHAUÍ, 1991, apud SOARES et. al., 1992, p. 29).

O que mostra aos estudiosos e profissionais da educação que as conquistas educacionais aconteceram a partir de movimentos de lutas, o que levou a escola transformar-se e ser remodelada comprometida com a democracia do país. Com isso, historicamente o homem deve ser entendido sempre como um agente transformador e construtor do processo de humanização. Por fim, a normatização escolar caracteriza-se em forma de normativas do currículo referindo-se aos objetivos propostos pela escola a fim de que possam alcançar as metas propostas.

Outra contribuição do livro – Metodologia do Ensino de Educação Física - dar-se devido ao



tratamento que ele dá a formulação dos conteúdos de Educação Física para serem ministrados em sala de aula. No entanto, Soares et. al. (1992) apresentam um sistema em ciclos, como processo facilitador a aprendizagem dos alunos na escola, onde eles levariam em conta os dados da realidade dos alunos para que eles pudessem contribuir numa construção da identidade das pessoas ao redor deles em suas respectivas comunidades. Assim, eles dividem os conteúdos a serem apresentados na escola de forma simultânea e espiralados, ou seja, em ciclos de escolarização para serem adotados nas escolas. "Dessa forma, os ciclos não se organizam por etapas. Os alunos podem lidar com diferentes ciclos ao mesmo tempo, dependendo do(s) dado(s) que esteja(m) sendo tratado(s)" (SOARES et. al., 1992, p.23).

A partir disso, o Coletivo de Autores, determinou que o ensino nas escolas se baseasse em quatros Ciclos. O primeiro Ciclo com o nível de ensino (pré-escola até a 3º série), este Ciclo é compre-endido como uma fase de: organização da identidade dos dados da realidade. Assim, neste primeiro Ciclo que compreende a Educação Básica, os autores definem as crianças como seres de uma visão global indefinida, abstrusa e fragmentada da realidade, e que dessa forma seria necessário que a escola organize os dados constatados e descritos pelos alunos. E que de certa forma ele possa durante sua permanência nesse Ciclo ter a capacidade de formar sistemas, encontrar as relações entre as coisas e identificar as semelhanças e as diferenças (SOARES et. al., 1992 – Grifos nossos).

O próximo Ciclo é compreendido como: Iniciação à sistematização do conhecimento. Esse período vai da 4º série até a 6º série, aonde os alunos vão desenvolvendo uma consciência sobre as possibilidades de abstração, e confrontando os dados da realidade com as representações do seu próprio pensamento sobre eles. Nesta etapa os alunos conseguem compreender o que é real e abstrato com maior clareza e com isso começam a estabelecer nexos e relações complexas.

O terceiro Ciclo abrange as séries da 7º à 8º séries, logo esse ciclo de ampliação da sistema-



tização do conhecimento. Soares et. al. (1992) descrevem que durante essa fase o aluno deve ampliar as referências conceituais do seu pensamento, para que ele possa discutir sobre questões da realidade através de uma leitura teórica e uma reconstituição da sua imaginação para garantir-lhe uma boa expressão discursiva.

Após o termino do Ensino Fundamental, onde os alunos irão ingressar no Ensino Médio. Soares et. al. (1992) afirmam que nesse ciclo os indivíduos devem ampliar e aprofundar os dados da realidade do pensamento teórico. Esse Ciclo (1º, 2º e 3º série do Ensino Médio) deve ser entendido como Ciclo de aprofundamento da sistematização do conhecimento. Nesta etapa é importante que o aluno aprenda, compreenda e expresse-se sobre propriedades comuns e regulares nos objetos.

Portanto, as OTMs ao tomarem como base o Coletivo de autores, apontam como proposta para as escolas de Pernambuco que os currículos das escolas abordem princípios norteadores quanto à elaboração da compreensão humana, dados da realidade dos alunos e uma dinâmica curricular que favoreçam a formação de alunos críticos, possibilitando assim uma escola capaz de gerar aprendizagens para a formação humana voltada para cidadania, onde os alunos possam respeitar as diversidades existentes no mundo e discriminando qualquer forma de racismo, preconceito e violência sobre qualquer vítima, e também fortalecendo, laços na escola de solidariedade e gestão democrática.

Para a formação do currículo, as OTMs fundamentam-se nos três princípios curriculares no trato do conhecimento citados no livro do Coletivo de Autores de Soares et. al. (1992). Partindo desses princípios, o documento de Pernambuco estabelece, para a formação do conteúdo da Educação Física, seis princípios curriculares de acordo com a realidade do aluno na prática pedagógica da disciplina de Educação Física. São eles: Relevância social do conteúdo; Contemporaneidade do conteúdo; Adequação às possibilidades sócio-cognoscitivas do aluno; Simultaneidade dos conteúdos enquanto



dados da realidade; Espiralidade da incorporação das referências do pensamento; Provisoriedade do conhecimento.

O que nos leva a acreditar que as OTMs possibilitam que a disciplina de Educação Física quando inserida no ambiente escolar favorece a compreensão dos alunos a cerca de uma disciplina voltada as práticas sociais, onde o aluno deve ser o sujeito histórico que reflete sobre as formas de representação dos movimentos da humanidade construídas ao longo do tempo pelo próprio homem.

É preciso que o aluno entenda que o homem não nasceu pulando..., jogando etc. Todas essas atividades corporais foram construídas em determinadas épocas históricas, como respostas a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas. Assim o conhecimento é tratado de forma a ser retraçado desde sua origem, mostrando que a produção humana é histórica, inesgotável e provisória (SOARES et al. 1992, p. 27).

Diante disso, as OTMs seguem a proposta do Coletivo de Autores abandonando a ideia da organização de saberes por etapas, ou seja, a organização por série, tradicional, para aderir a ideia de ciclo. Assim, "podemos dizer que os ciclos de aprendizagem são um processo de organização do pensamento sobre o conhecimento, mediante a formação de representações, generalizações e regularidades, com a finalidade de atribuir níveis sucessivos, sem pontos fixos" (PERNAMBUCO, 2012). Tornando uma educação espiralada de progressão continua fortalecendo os laços de integração social dos alunos.

Ao propor a forma como as escolas devem formar seus currículos a partir dos princípios curriculares, as OTMs estabelecem os objetivos da Educação Física para as escolas trabalharem a disciplina durante o ano letivo. Tais objetivos estão fundamentados a partir dos PCN's e compreende



que a Educação Física estimule seus alunos a refletirem sobre a cultura corporal, desenvolvendo uma pratica pedagógica que enfatize a cultura nacional, como também, a regional atribuindo-lhe valores de solidariedade, cooperação e liberdade de expressão de movimentos. Outro objetivo indica que o professor deve favorecer para que os alunos participem das diversas praticas corporais sem discriminar os outros por suas características. Por fim, as OTMs propõem que a Educação Física alcance como objetivo, que os alunos conheçam a diversidade de padrão de saúde e beleza, e julgue criticamente a cultura do consumismo e do preconceito. Como também, conheçam, organizem e interfiram nos espaços locais da comunidade em busca de melhorias de qualidade de vida e necessidades do ser humano em praticar esportes ou atividades físicas como forma de lazer.

A partir dos objetivos criados para a Educação Física no Estado de Pernambuco, as OTMs abordam os mesmos conteúdos sugeridos pelos PCN da Educação Física, sendo eles: jogo, esporte, dança, ginástica e luta. Explicando e definindo os conhecimentos da cultura corporal da Educação Física, sendo assim, eles estruturam cada conteúdo para ser trabalhado nas escolas de Pernambuco. Tal estrutura é articulada pelas OTMs em série (ciclo), unidade (tempo), objetivos do conteúdo e o eixo temático.

Buscamos tematizar o conhecimento da Cultura Corporal no âmbito da Educação Física enquanto um conhecimento específico, mediante a participação (verbal, escrita, corporal) em aulas, oficinas, seminários, festivais/feiras. Optamos pelas aprendizagens organizadas em ciclos de aprendizagens possibilitando aos alunos um processo de elaboração do pensamento sobre o conhecimento (PERNAMBUCO, 2008, p. 30).

Diante dessa estrutura elaborada pelas OTMs, fica estabelecido que as avaliações sejam



realizadas mediante os eixos temáticos da Educação Física durante cada ciclo e possam seguir a LDB 9.394/96, que define a avaliação na escola como sendo contínua, cumulativa e que o professor quando estiver avaliando os seus alunos possa estabelecer em sua metodologia o aspecto qualitativo sobrepondo o aspecto quantitativo. "Assim sendo, a avaliação não deve ser vista como um fim em si mesmo, mas sim, como um meio de diagnosticar o quanto o aluno se aproximou ou se distanciou do objetivo para que o professor possa tomar as decisões e reorganizar o ensino" (PERNAMBUCO, 2008, p. 57). Portanto, as OTMs estabelecem que a avaliação na Educação Física nas escolas não deve servir para estabelecer os menos habilidosos, defeitos ou incapacidades, mas que favoreça ao professor tomar novas decisões sobre a sua elaboração de aulas ao ponto de analisar e reorientar os alunos para melhoria do processo de ensino-aprendizagem, possibilitando uma educação inclusiva e transformadora de incapacidades em potencialidades.

Partindo agora para o próximo documento criado pela SEE, que também visa contribuir para a educação de Pernambuco, está a publicação dos Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco, que aconteceu no ano de 2012. Resultando na integração das redes municipais e estadual para fundamentação de um processo de democratização do conhecimento que possibilitou a participação de diversas pessoas em sua construção.

Essa proposta dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco – PCPE fundamenta-se nos documentos publicados pelo estado anteriormente, como também se baseia no Coletivo de Autores de 1992. Assim, pode-se dizer que o PCPE também tem em sua essência uma abordagem crítica-superadora.

Logo, os PCPE – Educação Física – propõem que os professores desenvolvam nas escolas os mesmos eixos temáticos expostos pelas OTMs, seguindo também uma estrutura de escolarização



espiralada, ou seja, usando a concepção estabelecida pelas OTMs e Coletivo de Autores, e tendo como objetivo para o ensino dos níveis Ensino Fundamental e Ensino Médio de:

Contribuir para a qualidade da Educação de Pernambuco, proporcionando a todos os pernambucanos uma formação de qualidade, pautada na Educação em Direitos Humanos, que garanta a sistematização dos conhecimentos desenvolvidos na sociedade e o desenvolvimento integral do ser humano (PERNAMBUCO, 2012, p. 14).

Assim, os PCPE – Educação Física- propõem uma meta sobre algo que se espera que os alunos desenvolvam ao longo das séries, estabelecendo assim códigos de expectativas de aprendizagem para cada eixo do currículo em cada ciclo de aprendizagem para que possam garantir a sistematização dos conhecimentos e facilitar a avaliação dos professores no seu dia-a-dia nas escolas do Estado.

Assim, após vários documentos que articulam a educação do Estado de Pernambuco, em 2017 foi consolidada a nova proposta do Governo Federal em elaborar uma nova base para a educação, a BNCC. A partir disso Pernambuco através da SEE realizou diversas reuniões com profissionais da área da Educação para realizarem debates sobre a elaboração de um novo currículo para o ensino nas escolas de Pernambuco. O grande foco desses debates foram temas como: as identidades culturais do país e principalmente do nordeste, e também as culturas locais.

Diferente dos outros documentos elaborados por Pernambuco para a educação, o Currículo de Pernambuco além de referir-se apenas ao Ensino Fundamental e Médio, propõe metas para a Educação Infantil, baseando-se nas instruções da BNCC.

Assim, o Currículo de Pernambuco por meio da portaria nº. 858, de 01 de fevereiro de 2018, que foi publicada no Diário Oficial do Estado teve durante a sua construção a participação da SEE,



UNIME, Conselho Estadual de Educação (CEEPE) e União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

Tal documento estabelece durante a sua criação um importante vinculo do Estado com a democracia incluindo profissionais das redes municipal, privada e estadual que de certa forma contribuíram para a formulação de um currículo que observasse todas as características de cada povo dentro do estado. Dessa forma, o Currículo de Pernambuco

[...] constrói um currículo que valoriza, em diálogo com a comunidade educativa e com a sociedade, a identidade social, cultural, política e econômica de seu povo, como também os princípios éticos e humanos, contribuindo, dessa maneira, para a formação de sujeitos autônomos, criativos e críticos que exerçam plenamente sua cidadania ativa. (PERNAMBUCO, 2018, p. 17).

O que se percebe a partir dessa afirmação sobre a criação do Currículo para a educação do Estado de Pernambuco é a permanência da abordagem crítica-superadora, perspectiva essa que acompanha os últimos documentos publicados pela SEE para Pernambuco. Afirmando o compromisso com a formação dos sujeitos autônomos e críticos. Buscando, assim, possibilitar aos estudantes e professores uma compreensão das distintas manifestações culturais que associam a dimensão humana. "[...] de modo a permitir-lhes (res) significar seus próprios saberes, a partir do diálogo com aqueles socialmente construídos pela humanidade; e garantir a todos a igualdade de acesso aos conhecimentos no espaço escolar" (PERNAMBUCO, 2016, p. 14).

A partir dessa visão para formação de uma sociedade igualitária, justa e democrática em que o Estado de Pernambuco almeja para o seu povo diante a proposta do Currículo para a educação. O currículo de Pernambuco estabelece quatros princípios que devem nortear todas as propostas curricu-



lares nas escolas de todo Estado, sendo eles: equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão.

Esses princípios ora citados constituem os fundamentos de todas as práticas educativas apresentadas no currículo de Pernambuco e, dessa forma, indicam para a sociedade os sujeitos que se deseja formar: indivíduos com valores éticos e humanos, conscientes de suas responsabilidades e direitos, dispostos a construir uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, bem como capazes de intervir na realidade e contribuir para o desenvolvimento da humanidade (PERNAMBUCO, 2018, p. 15).

Assim, Pernambuco mantém um compromisso com a formação de um sujeito histórico e de direitos, no qual, possa contribuir com a sociedade e transformá-la em um ambiente harmonioso, justo e inclusivo. Para que Pernambuco possa alcançar os seus objetivos através do Currículo elaborado para a educação, o documento abre espaço para discutir as concepções sobre o processo de ensino e aprendizagem para as escolas. Sendo assim, o Currículo de Pernambuco se entrelaça com a BNCC e define as competências em que os alunos devem saber e saber fazer.

Nessa perspectiva de concepção da aprendizagem o Currículo de Pernambuco aborda como processo de ensino e aprendizagem:

[...] aprender a conhecer, apontando para o interesse do estudante pelo conhecimento (conteúdos factuais); aprender a fazer, que mostra a coragem de arriscar, de executar, até mesmo de errar, na busca de acertar (conteúdos procedimentais); aprender a conviver, oportunizando o desafio da convivência, do respeito ao próximo e aprender a ser, que traz o objetivo de viver como o papel central do estudante como cidadão (conteúdos atitudinais) (ZABALA,



65

1998; ZABALA & ARNAU, 2009, apud PERNAMBUCO, 2018, p. 19 – grifos dos autores).

Essa proposta de concepção de aprendizagem para o ensino nas escolas pelo Currículo de Pernambuco estabelece um olhar centrado nos educandos, onde através do processo de ensino-aprendizagem possa desenvolvê-los como agentes construtores de sua própria história, respeitando as diversidades existentes no mundo.

Aliando a essa proposta, o Currículo de Pernambuco estabelece a forma de avaliação nas escolas a partir de elementos que envolvam o processo de ensino e de aprendizagem, através de instrumentos que possam servir para acompanhar a evolução dos alunos e suas respectivas construções do conhecimento ao longo do tempo. Como também, "servir ao professor como orientação e direcionamento nos processos de (re)ensino, a partir dos resultados apresentados por eles no decorrer dos processos de construção de conhecimento" (PERNAMBUCO, 2018). Dessa forma, o Estado propõe que o processo de avaliação aplicado pela escola e professor possa servir sempre como um ponto de reconstrução do conhecimento numa perspectiva crítico-reflexiva.

Portanto, o processo de avaliação proposto pelo Currículo de Pernambuco contribui com a promoção do desenvolvimento dos alunos, como também, no direcionamento do professor e toda a equipe escolar, fazendo com que as escolas valorizem a equidade e os processos de construção. Logo, o Currículo de Pernambuco estabelece os tipos de avaliações que deverão ser usadas como praticas avaliativas no ambiente escolar, possibilitando os processos de ensino-aprendizagem. Sendo os tipos:

I. Formativa: tem como objetivo verificar se tudo aquilo que foi proposto pelo professor em relação aos conteúdos está sendo atingido durante todo o processo de ensino-aprendizagem;



II. Cumulativa: permite reter tudo aquilo que se vai aprendendo no decorrer das aulas e possibilita ao professor, por poder acompanhar o estudante dia a dia, usá-la quando necessário;

III. Diagnóstica: auxilia o professor a detectar ou fazer uma sondagem daquilo que se aprendeu ou não, e assim retomar os conteúdos que o estudante não conseguiu aprender, replanejando suas ações, suprindo as necessidades e atingindo os objetivos propostos;

IV. Somativa: tem o propósito de atribuir notas e conceitos para o estudante ser promovido ou não de uma classe para outra, ou de um curso para outro, sendo normalmente realizada durante o bimestre;

V. Autoavaliação: pode ser realizada tanto pelo estudante quanto pelo professor, para se ter consciência do que se aprendeu ou se ensinou e assim melhorar a aprendizagem (PERNAMBUCO, 2018, p. 22).

Ao definir os tipos de avaliação a serem utilizados no processo de ensino-aprendizagem, o Currículo de Pernambuco fortalece uma pratica avaliativa reflexiva sobre os processos de aprendizagem. Onde o professor deve orientar sua proposta pedagógica e metodológica ao ponto de promover as potencialidades de cada aluno e evitar que suas aulas se tornem excludentes.

Contudo, nota-se que o Currículo de Pernambuco reafirma seu compromisso com a formação de uma sociedade democrática, inclusiva e com a responsabilidade de construir junto com alunos e profissionais da educação novas práticas e valores para cada vez mais transformar seus cidadãos em pessoas críticas e criativas.

Propostas do Currículo de Pernambuco e BNCC para o ensino da Educação Física nas escolas.



A BNCC e o Currículo de Pernambuco têm como objetivo nortear a Educação Básica no Brasil, assim, contribuindo para uma definição de diversos conhecimentos de aprendizagem essenciais nas quais os alunos deverão adquirir durante sua permanência nos níveis de ensino da educação.

A Educação Física é compreendida, de acordo com a BNCC, como uma disciplina que visa desenvolver as práticas corporais produzidas ao longo dos anos pela humanidade. Corroborando com isso, o Currículo de Pernambuco complementa essa definição ao entender que o ensino da Educação Física nas escolas do Estado deve tratar "[...] da compreensão, (res)significação e usufruto das práticas corporais como instâncias de manifestação da linguagem corporal" (PERNAMBUCO, 2018, p. 195).

Sendo considerada componente curricular, a BNCC situa a Educação Física na área de Linguagens e cita seis Unidades Temáticas a serem abordada ao longo do Ensino Fundamental. Assim, o Currículo de Pernambuco estabelece que tais conteúdos devem ser ensinados nas escolas de forma que aborde a exploração e valorização de construções humanas.

A inserção da Educação Física na área de Linguagens reflete a relevância hoje atribuída ao movimento corporal humano como instância de comunicação, de interações recíprocas mediante expressões (significação e ressignificação) de gestos corporais culturalmente construídos, legitimados, reconhecidos e compartilhados como expressões das linguagens. (PERNAMBUCO, 2018, p. 195-196).

Levando, assim, uma compreensão da Educação Física como uma disciplina responsável pelo ensino-aprendizagem das práticas corporais. O que possibilita o professor levar para dentro da escola uma vasta ampliação, discussão e descrição dos saberes dessas práticas corporais referentes ao



corpo humano em movimento.

O Currículo de Pernambuco embasado na LDB 9394/96, que define a Educação Física como componente curricular obrigatório em toda Educação Básica. Tem em um de seus artigos a possibilidade de redefinição do currículo nacional para atender costumes culturais regionais e locais, nos quais não foram expostos na base educacional.

#### Assim a LDB estabelece que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (LEI 9394/96, Art. 268).

Com essa possibilidade de uma (re)definição do currículo da disciplina de Educação Física no ambiente escolar, o Currículo de Pernambuco estabelece que o reconhecimento da linguagem corporal é derivada das práticas corporais nas Unidades Temáticas e deve ser desenvolvida no Ensino Fundamental no Estado de Pernambuco. Sendo essas Unidades: Brincadeiras e Jogos, Esportes, Danças, Lutas, Ginásticas e Práticas Corporais de Aventura.

A partir disso, o Currículo de Pernambuco estabelece uma organização progressiva dos conhecimentos a serem desenvolvidos nas unidades escolares do Estado. Com isso, organiza os saberes em Unidades Temáticas. Assim, define a unidade Brincadeiras e jogos como um conjunto de agrupamento de saberes sociais que configuram uma prática corporal de movimento construído pela humanidade em qualquer período de tempo. Onde, tais práticas de movimentos corporais não sejam compreendidos como uma atividade regulamentada com regras rígidas.



Portanto, O Currículo de Pernambuco considera que a unidade Brincadeiras e Jogos deve seguir os seguintes objetivos de conhecimentos:

(1) Brinquedos, brincadeiras e jogos populares (subdividido em brinquedos e brincadeiras populares); e (2) Tipos de jogos (subdividido em: jogos sensoriais; jogos populares; jogos de salão; jogos eletrônicos; jogos teatrais; jogos cooperativos e jogos esportivos) (PERNAMBUCO, 2018, p. 196).

Já na unidade temática Esporte, o Currículo de Pernambuco apresenta-o como uma prática corporal com funções especificas e regras regulamentadas. Assim, aponta os objetos de conhecimento:

(1) Saberes sobre o Esporte (subdividido em: a história dos esportes; a relação entre Jogo e Esporte e as dimensões sociais do esporte); (2) Esportes individuais (subdividido em: esportes de marca e de precisão; esportes de rede/parede; esportes técnico-combinatórios e esportes de combate); e (3) Esportes coletivos (subdividido em: esportes de marca e de precisão; esportes de campo e taco; esportes de rede/parede; esportes técnico-combinatórios e esportes de invasão) (PERNAMBUCO, 2018, p. 196).

A próxima unidade temática é a Ginástica, na qual é compreendida pelo Currículo de Pernambuco como uma prática corporal histórica e que contem diferentes compreensões ao longo do tempo resultando em diversos tipos. Para os autores "a presença da ginástica no programa se faz legítima na medida em que permite ao aluno a interpretação subjetiva das atividades ginásticas, através de um espaço amplo de liberdade para vivenciar as próprias ações corporais". (SOARES et al., 1992, p. 54)



Logo, o Currículo define os seguintes objetos de conhecimento para a Unidade de Ginástica:

(1) Saberes da ginástica (subdividido em: ginástica geral, conhecimentos sobre o corpo em movimento e a história da ginástica); (2) Ginástica e desenvolvimento humano (centrado na tematização das práticas de ginástica em suas dimensões/ manifestações na atividade física, saúde, lazer e qualidade de vida); (3) Modalidades de ginástica (subdividido em: ginásticas de academia; ginástica esportivizada ou de competição e ginástica de conscientização corporal) (PERNAMBUCO, 2018, p. 196).

A importância da sistematização do conteúdo Ginástica torna-se importante na medida em que essa Unidade tem tido diversas definições em vários estados do Brasil, como também, em alguns estados desenvolve apenas um único objeto de conhecimento para todas as séries/ano do Ensino Fundamental. (CARVALHO; DARIDO; IMPOLCETO 2015). Tal fato leva a uma repetição dos conteúdos sem nenhuma sistematização crescente. Dessa forma, os alunos vivenciam os mesmos repertórios motor ao longo de todo ano, sem representatividade de ganho significativo de conhecimento. Entretanto, "apenas os Estados de PE, PR e SE apresentaram conteúdos diferentes para cada ano 6º/7º/8º/9º" (CARVALHO; DARIDO; IMPOLCETO, 2015, p. 61).

Partindo agora para a unidade Dança que está voltada a uma vasta compreensão quanto a sua dimensão expressiva, enquanto movimento corporal, o Currículo de Pernambuco enfatiza o ritmo, o viés estético e simbólico. Dessa forma, seus objetivos de conhecimentos são: "(1) Danças do contexto comunitário e regional; (2) Danças do Brasil; (3) Danças de matriz indígena e africana; (4) Danças do mundo; (5) Danças urbanas e danças folclóricas regionais; e (6) Danças de salão, danças teatrais e dança contemporânea" (PERNAMBUCO, 2018, p. 197).



Para Diniz e Darido (2015), a dança é considerada uma das manifestações corporais que enfrenta diversos dilemas para sua identidade e função, enquanto inserida no contexto escolar, sendo muitas vezes empregadas a ela várias nomenclaturas nas diversas regiões que englobam o país.

Já as Lutas, no Currículo de Pernambuco estão estabelecidas como prática corporal no contexto escolar, como uma atividade que envolve situações de ataque e defesa, onde os alunos devem utilizar-se de técnicas e táticas capazes de desequilibrar e imobilizar.

Portanto, o Currículo de Pernambuco estabelece os seguintes objetos de conhecimento: "(1) Lutas do contexto comunitário e regional; (2) Lutas de matriz indígena e africana; (3) Lutas do Brasil; e (4) Lutas do mundo" (PERNAMBUCO, 2017, p. 197).

Por fim, na Unidade Temática Práticas Corporais de Aventura, este inserido recentemente no currículo escolar de Educação Física pela BNCC. A partir disso, o Currículo de Pernambuco adotou como unidade temática a ser desenvolvida no Ensino Fundamental. Este conteúdo é inserido no ambiente escolar visando possibilitar aos estudantes uma experimentação de movimentos corporais com a natureza. Dessa forma, seus objetos de conhecimentos a serem desenvolvidos na escola são: "(1) Práticas corporais de aventura urbanas; e (2) Práticas corporais de aventura na natureza" (PERNAMBUCO, 2018, 197).

Diante das unidades temáticas do componente curricular da Educação Física, o Currículo de Pernambuco demonstra as unidades a serem seguidas a cada ano no Ensino Fundamental, assim, como mostra o Quadro 4, abaixo.



QUADRO 1: Amostra da organização da estrutura do Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental Anos Iniciais.

ANO	UNIDADE TEMÁTICA	OBJETO DE	
ANU	UNIDADE LEMATICA	CONHECIMENTO	
	Brincadeiras e jogos	Brinquedos, brincadeiras e jogos populares (Brinquedos populares e Brincadeiras populares) Tipos de jogos (Jogos sensoriais)	
1º ANO	Esportes	Esportes individuais (de marca e de precisão)	
	Ginásticas	Saberes da ginástica (Ginástica geral)	
	Danças	Danças do contexto comunitário e regional	
	Brincadeiras e jogos	Brinquedos, brincadeiras e jogos populares (Brinquedos populares e Brincadeiras populares) Tipos de jogos (Jogos sensoriais)	
2° ANO	Esporte	Esportes individuais (de marca e de precisão	
	Ginástica	Saberes da ginástica (Conhecimentos sobre o corpo em movimento e Ginástica geral)	
	Dança	Danças do contexto comunitário e regional	
	Brincadeiras e Jogos	Brinquedos, brincadeiras e jogos populares (Brinquedos populares e Brincadeiras populares) Tipos de jogos (Jogos populares, Jogos de salão, Jogos teatrais e Jogos sensoriais).	
3° ANO	Esportes	Saberes sobre o Esporte (A história dos esportes e A relação entre Jogo e Esporte e As dimensões sociais do Esporte) Esportes coletivos (de campo e taco)	
	Ginástica	Saberes da ginástica (Conhecimentos sobre o corpo e Ginástica geral)	
	Dança	Danças do Brasil Danças de matriz indígena e africana	





1		, .	
		Lutas do contexto comunitário e	
	Lutas	regional	
		Lutas de matriz indígena e africana	
		Brinquedos, brincadeiras e jogos	
	Brincadeiras e jogos	populares (Brincadeiras populares)	
		Tipos de jogos (Jogos populares)	
	Esmantas	Esportes individuais	
	Esportes	(de rede/ parede)	
		Saberes da ginástica	
4° ANO	Ginástica	(Conhecimentos sobre o corpo em	
		movimento e Ginástica geral)	
	Danas	Danças do Brasil	
	Dança	Danças de matriz indígena e africana	
		Lutas do contexto comunitário e	
	Lutas	regional	
		Lutas de matriz indígena e africana	
		Brinquedos, brincadeiras e jogos	
		populares	
	Brincadeiras e jogos	(Brincadeiras populares)	
		Tipos de jogos	
		(Jogos populares)	
		Esportes coletivos	
	Esportes	(de invasão)	
		Saberes sobre o Esporte	
		(A relação entre Jogo e Esporte e As	
		dimensões sociais do Esporte)	
5 ° ANO		Saberes da ginástica (Conhecimentos	
		sobre o corpo em movimento, A	
	Ginástica	história da ginástica e Ginástica geral)	
	Gillastica	Ginástica e desenvolvimento humano	
		(Atividade física, saúde, lazer e	
		qualidade de vida)	
	Dança	Danças do mundo	
	Dança	Danças de matriz indígena e africana	
		Lutas do contexto comunitário e	
	Lutas	regional	
		Lutas de matriz indígena e africana	

**FONTE:** (PERNAMBUCO, 2018, p. 202 – 205).

Diante do exposto do Quadro 4, fica evidente que o Currículo de Pernambuco tem a preocupação de atribuir ao Ensino Fundamental anos iniciais uma valorização ao resgate da cultura, onde é feito através de atividades lúdicas e, assim, busca possibilitar uma construção do conhecimento nessas etapa que estimule nos alunos o senso de habilidades físicas, como também, as sócioafetivas e



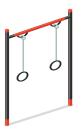
cognitivas. "Nessa fase do ensino fundamental, ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética, inclusiva e intercultural das crianças" (PERNAMBUCO, 2018, p. 198).

Já no Ensino Fundamental anos finais, o Currículo de Pernambuco estruturou as Unidades Temáticas de Educação Física e seus objetos de Conhecimento, conforme exporto no Quadro 5, abaixo.

QUADRO 2: Amostra da organização da estrutura do Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental Anos Finais.

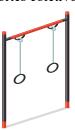
ANO	UNIDADE TEMÁTICA	OBJETO DE CONHECIMENTO	
	Brincadeiras e jogos	Tipos de jogos (Jogos esportivos, Jogos cooperativos, e Jogos teatrais)	
	Esportes	Esportes individuais (de marca, técnico-combinatórios e de precisão) Esportes coletivos (de invasão)	
6° ANO	Ginástica	Saberes da ginástica (A história da Ginástica) Ginástica e desenvolvimento humano (Atividade física, saúde, lazer e qualidade de vida)	
	Dança	Danças urbanas e danças folclóricas regionais	
	Lutas	Lutas do Brasil	
	Práticas corporais de aventura	Práticas corporais de aventura urbanas	
	Brincadeiras e jogos	Tipos de jogos (Jogos de salão e Jogos eletrônicos)	
Esportes		Saberes sobre o Esporte (A história dos esportes e As dimensões sociais do Esporte) Esportes individuais (de precisão) Esportes coletivos (de marca, de invasão e técnico-combinatórios)	





I		
7° ANO	Ginásticas	Saberes da ginástica (A história da Ginástica) Ginástica e desenvolvimento humano (Atividade física, saúde, lazer e qualidade de vida) Modalidades de ginástica (Ginásticas de academia e Ginástica esportivizada ou de competição)
	Danças	Danças urbanas e danças folclóricas regionais
	Lutas	Lutas do Brasil
	Práticas Corporais de Aventura	Práticas corporais de aventura urbanas
	Brincadeiras e jogos	Brinquedos, brincadeiras e jogos populares (Brincadeiras populares) Tipos de jogos (Jogos populares, Jogos cooperativos, Jogos teatrais, Jogos de salão, Jogos eletrônicos, Jogos esportivos e Jogos sensoriais)
	Esportes	Esportes individuais (de combate) Esportes coletivos (de rede/parede, de campo e taco, e de invasão)
8º ANO	Ginástica	Ginástica e desenvolvimento humano (Atividade física, saúde, lazer e qualidade de vida) Saberes da ginástica (a História da ginástica) Modalidades de ginástica (Ginásticas de academia e Ginástica de conscientização corporal)
	Dança	Danças de Salão, danças teatrais e contemporânea
	Lutas	Lutas do mundo
	Praticas Corporais de aventura	Práticas corporais de aventura na natureza
	Brincadeiras e jogos	Tipos de jogos (Jogos esportivos)
	Esporte	Saberes sobre o Esporte (A história dos esportes e As dimensões sociais do Esporte) Esportes individuais (de combate) Esportes coletivos (de rede/parede, de





		campo e taco, e de invasão)
9° ANO	Ginástica	Ginástica e desenvolvimento humano (Atividade física, saúde, lazer e qualidade de vida) Saberes da ginástica (História da ginástica e conhecimentos sobre o corpo) Modalidades de ginástica (Ginásticas esportivizadas ou de competição e Ginástica de conscientização corporal)
	Danças	Danças de salão, danças teatrais e contemporânea
	Lutas	Lutas do mundo
	Praticas corporais de aventura	Práticas corporais de aventura na natureza

FONTE: (PERNAMBUCO, 2018, p. 205).

Logo, percebe-se que no ensino fundamental anos finais o Currículo de Pernambuco atende a necessidade de produzir o conhecimento das práticas corporais de movimento de forma sistematizada e buscando ampliar os conhecimentos dessas práticas ao longo do Ensino Fundamental.

É dessa forma que o Componente Curricular Educação Física, busca mediante articulação entre habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos estudantes e organização do trabalho pedagógico voltado para a tematização de cada Unidade Temática em seus respectivos objetos de conhecimento, estimular o senso crítico, a autonomia e o protagonismo da compreensão e do usufruto das práticas corporais que compõem seu universo cultural (DARI-DO, 2003; RODRIGUES, 2015, apud PERNAMBUCO, 2018, p. 198).

Dessa forma, verifica-se que o Currículo de Pernambuco altera alguns objetos de conhecimentos, sugeridos pela BNCC, para as etapas do Ensino Fundamental. Esse afirmação é simplificada no Quadro 6, abaixo.



QUADRO 3: Amostra do (re)dicionamento dos Objetos de Conhecimento feitos pelo Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental Anos iniciais.

Unidade	Objete de Conhecimente DNCC	Objeto de conhecimento –	
Temática	Objeto de Conhecimento - BNCC	Currículo de Pernambuco	
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional (1º e 2º anos); Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo (3º ao 5º anos); Brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana (3º ao 5º anos);	Brinquedos, brincadeiras e jogos populares (Brinquedos populares e Brincadeiras populares); Tipos de jogos (Jogos sensoriais, populares, Jogos de salão, Jogos teatrais, Jogos cooperativos e Jogos esportivos).	
Esporte	Esportes de marca (1° e 2° anos); Esportes de precisão (1° e 2° anos); Esportes de campo e taco (3° ao 5° anos); Esportes de rede/parede (3° ao 5°); Esportes de invasão (3° ao 5° anos);	Saberes sobre o Esporte (A história dos esportes); A relação entre Jogo e Esporte e As dimensões sociais do esporte; Esportes individuais (Esportes de marca e de precisão e Esportes de rede/parede); Esportes coletivos (de invasão).	
Ginástica	Ginástica geral; Ginástica de condicionamento físico; Ginástica de conscientização corporal;	Saberes da ginástica (Conhecimentos sobre o corpo em movimento, A história da Ginástica e Ginástica geral); Ginástica e desenvolvimento humano (Atividade física, saúde, lazer e qualidade de vida).	
Danças	Danças do contexto comunitário e regional (1º e 2º anos); Danças do Brasil e do mundo (3º ao 5º anos); Danças de matriz indígena e africana (3º ao 5º anos);	Danças do contexto comunitário e regional; Danças do Brasil; Danças de matriz indígena e africana.	
Lutas	Lutas do contexto comunitário e regional (3º ao 5º anos); Lutas de matriz indígena e africana (3º ao 5º anos);	Sem sugestões de alteração	
Praticas corporais de aventura	Só a partir do 6º ano	Sem sugestões de alteração	

FONTE: Autoria própria (2019).





Já as alterações feitas pelo Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental, anos finais

são:

QUADRO 4: Amostra do (re)direcionamento dos Objetos de Conhecimento feitos pelo Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental Anos finais.

Unidade	Objeto de Conhecimento - BNCC	Objeto de conhecimento –	
Temática		Currículo de Pernambuco	
Brincadeiras e jogos	Jogos eletrônicos (6º e 7º anos);	Brinquedos, brincadeiras e jogos populares (Brinquedos populares e Brincadeiras populares); Tipos de jogos (Jogos sensoriais, Jogos populares, Jogos de salão, Jogos eletrônicos, Jogos teatrais, Jogos cooperativos e Jogos esportivos).	
Esporte	Esportes de marca (6° e 7° anos); Esportes de precisão (6° e 7° anos); Esportes de campo e taco (8° e 9° anos); Esportes de rede/parede (8° e 9° anos); Esportes de invasão (6° ao 9° anos); Esportes técnico-combinatórios (6° e 7° anos); Esportes de combate (8° e 9° anos);	Saberes sobre o Esporte (A história dos esportes; A relação entre Jogo e Esporte e As dimensões sociais do esporte); Esportes individuais (Esportes de marca e de precisão; Esportes de rede/parede; Esportes técnico-combinatórios e Esportes de combate); Esportes coletivos (Esportes de marca e de precisão; Esportes de campo e taco; Esportes de rede/parede; Esportes técnico-combinatórios e Esportes de invasão).	
Ginástica	Ginástica geral; Ginástica de condicionamento físico; Ginástica de conscientização corporal;	Saberes da ginástica (Conhecimentos sobre o corpo em movimento, A história da Ginástica e Ginástica geral); Ginástica e desenvolvimento humano (Atividade física, saúde, lazer e qualidade de vida); Modalidades de ginástica (Ginásticas de academia, Ginástica esportivizada ou de competição e Ginástica de conscientização corporal	
Danças	Danças urbanas (6° e 7° anos); Danças de salão (8° e 9° anos).	Danças urbanas e danças folclóricas regionais; Danças de salão, danças teatrais e dança contemporânea.	
Lutas	Lutas do Brasil (6º e 7º anos); Lutas do mundo (8º e 9º anos);	Sem sugestões de alteração	





Praticas corporais de aventura	Práticas corporais de aventura urbanas (6° e 7° anos); Práticas corporais de aventura na natureza (8° e 9° anos);	Sem sugestões de alteração
--------------------------------------	--	----------------------------

Fonte: Autoria própria (2019).

Algumas Unidades Temáticas no Currículo de Pernambuco apresentam uma ampliação quanto ao número séries/ano para o Ensino Fundamental. Como é o caso da Unidade Brincadeiras e jogos que de acordo com a BNCC está inserida no currículo de Educação Física até o sétimo ano do ensino Fundamental, anos finais. Porém, o Currículo de Pernambuco compreende que está Unidade deve ser ensinada nas aulas de Educação Física até o 9º ano. Dessa forma, Pernambuco visa manter suas características de identidade da cultura corporal de movimento.

Busca-se, assim, potencializar a apropriação por parte dos estudantes da Cultura Corporal de Movimento com ela interagindo (aprendendo, refletindo, reconstruindo, resignificando...) em sua materialidade como práticas corporais. [...] Ensinar Educação Física, na etapa do ensino fundamental, significa, portanto, considerar as especificidades de suas fases constituintes, quais sejam: a dos anos iniciais (do 1º ao 5º anos) e a dos anos finais (do 6º ao 9º anos). É importante destacar que o ensino fundamental é a etapa mais duradoura da educação básica, atendendo a estudantes de diferentes faixas etárias, ao longo desse período marcado por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais (PERNAMBUCO, 2018, p 198).

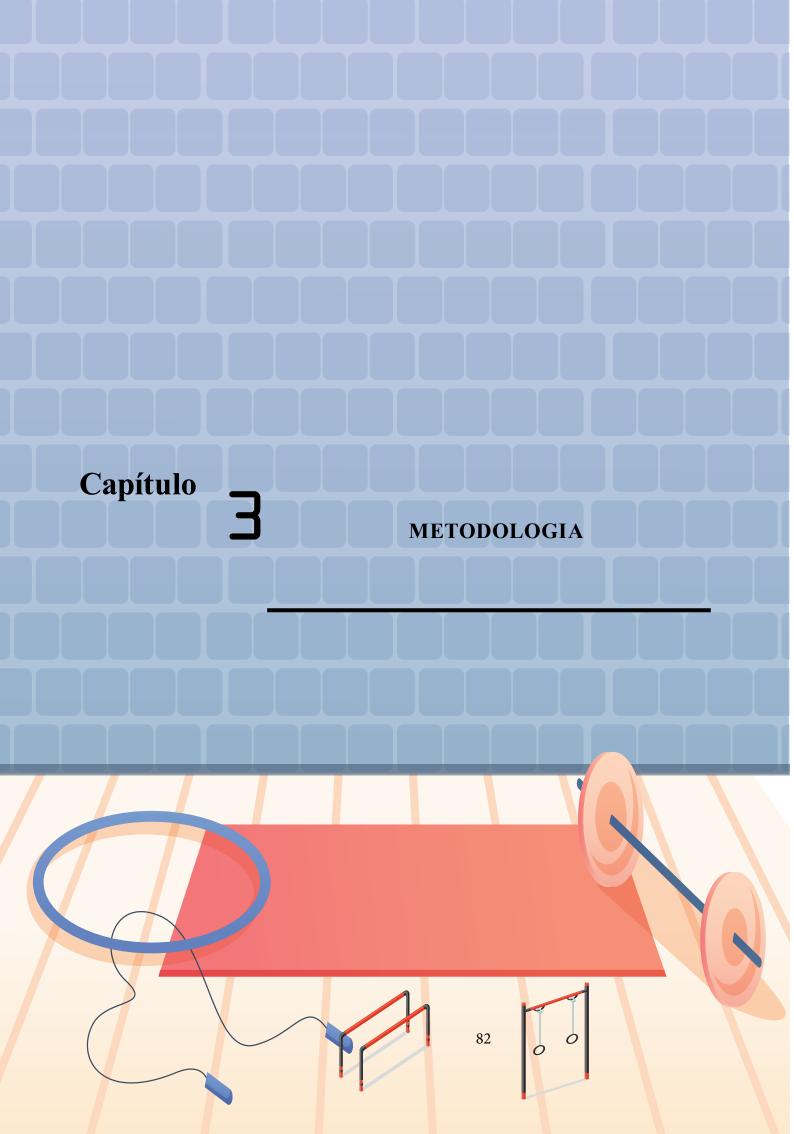
Contudo, o Currículo de Pernambuco dentro das suas possibilidades procura manter sua identidade cultural, como também, a sua essência da perspectiva crítico-superadora. Buscando apri-



morar o processo de ensino-aprendizagem através de um documento normativo que articula as competências e habilidades que deverão ser desenvolvidas na sala de aula para produzir aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.







O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo de natureza quantitativa de cunho descritivo. Onde, nos permitirá uma maior compreensão sobre o estudo. A escolha pela pesquisa descritiva é devido a sua definição

Trata-se do estudo e da descrição das características. Comumente se incluem nesta modalidade os estudos que visam identificar as representações sociais e o perfil de indivíduos e grupos, como também os estudos que visam identificar estruturas, formas, funções e conteúdo (MANZATO; SANTOS, 2012, p. 4).

A definição da pesquisa quantitativa para realização do estudo pauta-se na necessidade de quantificamos os dados colhidos na pesquisa resultando em processos estatísticos. Assim, a abordagem quantitativa pode ser definida por: "empregar a quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informação, quanto no tratamento dos dados, mediante procedimentos estatísticos" (RICHARD-SON, 1999, apud SOUZA; KERBAUY, 2017, p. 61). Essa opção se faz necessária para que a pesquisa possa alcançar os objetivos propostos contribuindo para uma análise estatística sobre as respostas dos participantes.

Quanto ao universo de estudo, a pesquisa será realizada no município de Caruaru que localiza-se a 136 km da capital do estado de Pernambuco, nas Escolas Municipais do Ensino Fundamental Anos Finais, da zona urbana. A cidade de Caruaru está localizada na mesorregião do Agreste Central Pernambuco, numa área de transição entre a Mata úmida e Sertão semiárido. Com uma área territorial de 920,6 km² e 314 912 habitantes, segundo último censo. O município conta com uma densidade demográfica é de 342,1 habitantes por km² (PE-AZ, 2019– portal eletrônico).

Portanto, a pesquisa de campo será de cunho descritivo, com o uso de um instrumento de



coleta, que será através de questionário estruturado fechado com perguntas elaboradas pelo próprio pesquisador.

#### Consentimento Livre e Esclarecido e Confidencialidade

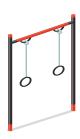
Os participantes da pesquisa receberam todas as orientações necessárias para à realização da pesquisa. Foram conscientizados sobre a participação, que aconteceu de acordo com a vontade dos próprios, estando livres para desistência após a leitura e explicação de todos os tópicos do formulário, uma vez esclarecidas às possíveis dúvidas interpretativas ou pontuais referentes ao termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). O termo de consentimento livre e esclarecido foi elaborado baseado na resolução número 466/12 de 12 de dezembro de 2012, do Ministério da Saúde (CNS/MS), e assinado pelos participantes da pesquisa antes dos mesmos serem inseridos no projeto. Esse procedimento foi realizado pelo pesquisador responsável. Tendo seus dados preservados conforme o respaldo da resolução Nº 466/12 de dezembro de 2012. Este projeto de integração curricular só foi iniciado após aprovação do Conselho de Ética de Pesquisa em Pernambuco, de acordo com a Resolução Nº 466/12 de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (CNS/MS).

#### Amostragem

A amostra foi constituída por 20 professores de Educação Física que lecionam no ensino fundamental anos finais, em 31 Escolas de ensino público que fazem parte da rede municipal de Caruaru



84



no Estado de Pernambuco.

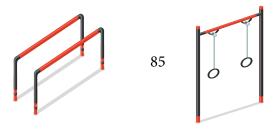
#### **Procedimento**

A pesquisa foi apresentada aos professores de Educação Física das escolas selecionadas, onde aqueles que voluntariamente concordaram em fazer parte da pesquisa assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Após esclarecimento, foi realizada a aplicação do questionário de múltipla escolha (fechado). No primeiro momento após aceitação para participar da pesquisa, foi apresentado um texto norteador, apêndice A, para que os professores pudessem ter clareza e maior entendimento sobre a pesquisa. Após essa etapa, foi entregue o questionário para serem respondidas as perguntas de acordo com a compreensão dos participantes acerca do objeto de estudo da pesquisa, os mesmos foram informados que caso preferissem poderiam desistir da participação na pesquisa a qualquer momento.

#### Critérios de inclusão

- Professores de escolas públicas do Ensino Fundamental anos finais do município de Caruaru;
  - Professores com graduação em Licenciatura em Educação Física;
- Professores que lecionam em Caruaru e também em outros munícipios situados na mesma região do Agreste Central de Pernambuco;

#### Critério de exclusão

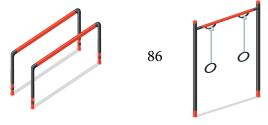


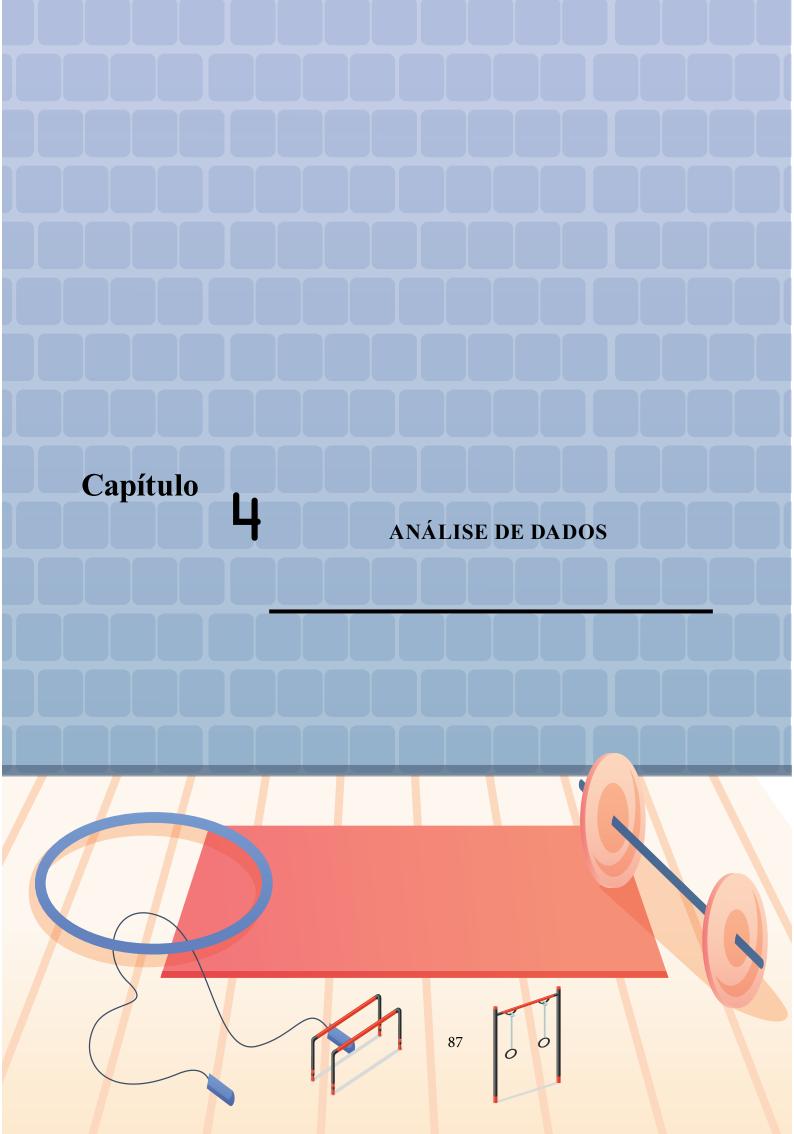
- Professores de escolas da rede particular e zona rural do município de Caruaru;
- Professores de outra graduação a não ser de Educação Física;
- Professores de escolas do Ensino Médio e Fundamental anos iniciais;
- Professores que desistissem da participação na pesquisa ou se recusassem a participar da mesma.

#### Riscos e Benefícios

Pode haver riscos ao participar da pesquisa através do instrumento da coleta de dados. O instrumento utilizado foi um questionário semiestruturado, o único risco oferecido é o entrevistado não sentir-se confortável para participar da entrevista pelo fato de que o ambiente não o deixa seguro para responder as perguntas.

Para amenizar uma situação constrangedora como essa citada acima, a resposta ao questionário aconteceu em salas reservadas nas escolas que os participantes trabalhavam ou em ambientes escolhidos pelos próprios, para que ficassem confortáveis e com isso conseguir uma melhor participação na pesquisa, respondendo às perguntas do questionário de maneira livre e sem fatores de inibição. Como benefícios da pesquisa, acreditamos na contribuição para uma melhor compreensão sobre as possibilidades de participação do professor de Educação Física no processo coletivo, que tem como objetivo um maior desempenho da ação docente que implica diretamente na melhoria da qualidade do ensino/aprendizagem dos discentes, através de um entendimento do Currículo de Pernambuco.





O presente estudo entrevistou 20 profissionais atuantes no Ensino Fundamental anos finais nas escolas municipais de Caruaru. Assim, a tabela 1, abaixo citado, mostra as características dos participantes entrevistados que compuseram esta pesquisa e aceitaram participar após a leitura e assinatura do T.C.L.E. Entretanto, vale ressaltar que nenhum dos profissionais abordados nas escolas se recusou em participar deste estudo.

Tabela 1: Amostra das características dos participantes desta pesquisa referente ao tempo de formação acadêmica e faixa etária.

TEMPO DE FORMAÇÃO		FAIXA ETÁRIA		
ACADÊMIC	_	Entre 20 e 29 anos	Entre 30 e 39 anos	Mais de 40 anos
MENOS DE 5	6	2	3	1
ANOS	O	2	3	I
ENTRE 5 A 10	7	0	3	4
ANOS	,	0	3	4
MAIS DE 10	7	0	2	5
ANOS	,	U	2	3

FONTE: autoria própria (2019).

Diante da exposição da tabela 1, observa-se que nas escolas do ensino público municipal de caruaru, a maior parte dos professores de Educação Física desta região estão inseridos na educação a mais de 5 anos. Logo, percebe-se também que a grande parte desses dois grupos (entre 5 a 10 anos e mais de 10 anos) os professores tem sua idade maior que 30 anos. Contudo, os professores entrevistados com menos de 5 anos de formados e faixas etárias entre de 20 a 29 anos são 3 professores, entre 30 e 39 anos são 3 professores e na faixa etária acima de 40 anos nenhum professor. Partido para o próximo grupo de professores com relação ao tempo de formado entre 5 a 10 anos, a faixa etária desse grupo não foi detectado nenhum profissional de Educação Física com a idade entre 20 a 29. Porém, entre as idades 30 e 39 anos detectaram-se 3 professores, já na faixa etária acima de 40 anos são 4 professores. Por fim, o último grupo com o tempo de formado acima dos 10 anos, também não foi

encontrado nenhum professor com idade inferior a 29 anos. No entanto, os professores entrevistados acima de 10 anos de formado apresentam com faixa etária entre 30 a 39 anos são 2 professores, já na faixa etária acima de 40 anos há 5 professores de Educação Física atuante nas escolas.

Vale destacar que os professores que estão inseridos nas escolas e tem a sua formação superior a mais de 10 anos, possivelmente eles não vivenciaram dentro das Universidades as discussões sobre os documentos norteadores da educação a partir das OTMs, do Estado de Pernambuco.

A importância dada a essa pesquisa com relação ao tempo de formação acadêmica dos professores está baseada justamente na compreensão e discussões dos professores enquanto universitários em determinada época sobre as propostas curriculares para as aulas de Educação Física, como também, na necessidade de construir uma prática acadêmica capaz de atender as exigências das escolas em seu cotidiano.

Logo, "A universidade da contemporaneidade deve ser reelaborada no sentido a formar o ser humano capaz de intervir social e politicamente, ter capacidade de solucionar problemas e buscar em seus projetos a qualidade de vida pessoal e da comunidade a qual faz parte" (MACHADO, 2010, p. 41).

Para que possamos compreender melhor e destrinchar a discussão de forma mais prática, ousamos identificar os nossos atores da pesquisa em grupos de acordo com o seu tempo de contribuição e sua faixa etária. Dessa forma, a Tabela 2 está compreendida da seguinte forma:

Tabela 2: Amostra da identificação por grupo dos participantes.

Grupo	Sigla	Formação acadêmica	Faixa etária	Total de professores
Grupo 1A	G1A <sup>*</sup>	Menos de 5 anos	20 a 29 anos	2
Grupo 1B	G1B	Menos de 5 anos	Entre 30 a 39 anos	3





Grupo 1C	G1C	Menos de 5	Acima 40	1
Grupo 10	O10	anos	anos	ı
Grupo 2A	G2A	Entre 5 a 10	Entre 30 a 39	3
0.up0	<b>32</b> , t	anos	anos	J
Grupo 2B	G2B	Entre 5 a 10	Acima de 40	4
0.upo 22	012	anos	anos	·
Grupo 3A	G3A	Mais de 10	Entre 30 a 39	2
Crupo on	OUA	anos	anos	2
Grupo 3B	G3B	Mais de 10	Acima de 40	5
Stape ob		anos	anos	

FONTE: Autoria própria (2019).

As faixas etárias entre 20 e 29 anos dos professores que tiveram a sua formação acadêmica entre 5 a 10 anos e acima de 10 anos, não foi possível computar por não existir participantes que se enquadrem nesses itens.

Partindo para a próxima etapa da pesquisa relacionada ao tempo de atuação na escola, especificamente, no Ensino Fundamental Anos Finais. Esta pergunta torna- se importante na medida em que nos possibilita uma vasta compreensão sobre o tempo que os professores atuaram neste nível de ensino da Educação Básica e propuseram no processo de ensino-aprendizagem as práticas estabelecidas pelos documentos de Pernambuco, como também, os seus saberes construídos ao longo do tempo servindo de base para que os professores não se limitem apenas aos conteúdos sugeridos pelos programas de ensino. Assim, os saberes:

[...] abrangem uma grande diversidade de objetos, de questões, de problemas que estão todos relacionados com seu trabalho. Além disso, não corres-



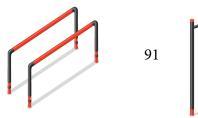
<sup>\*</sup> A partir de agora o estudo irá utilizar-se das siglas abordada na TABELA 1 para referir-se aos grupos de professores selecionados e organizados de acordo com sua faixa etária e formação acadêmica.

pondem, ou pelo menos muito pouco, aos conhecimentos teóricos obtidos na universidade e produzidos pela pesquisa na área da Educação: para os professores de profissão, a experiência de trabalho parece ser a fonte privilegiada de seu saber- ensinar. Notemos também a importância que atribuem a fatores cognitivos: sua personalidade, talentos diversos, o entusiasmo, a vivacidade, o amor às crianças etc. Finalmente, os professores se referem também a conhecimentos sociais partilhados, conhecimentos esses que possuem em comum com os alunos enquanto membros de um mesmo mundo social, pelo menos no âmbito da sala de aula (TARDIF e RAYMOND, 2000, p. 213 – grifos dos autores).

Tais saberes aqui expostos não são apenas advindos da vida acadêmica, mas também, das observações de outros professores desde a sua infância e dos conhecimentos diversos que foram adquiridos durante sua vida cotidiana fora e dentro da escola e dentro ao longo da sua vida.

Os saberes profissionais dos professores parecem ser, portanto, plurais, compósitos, heterogêneos, pois trazem à tona, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e manifestações do saber-fazer e do saber - ser bastante diversificados, provenientes de fontes variadas, as quais podemos supor que sejam também de natureza diferente (TARDIF e RAYMOND, 2000, p. 213 – grifos dos autores).

Portanto, evidencia-se que os saberes dos professores são advindos de diversas fontes e com isso eles acabam usando-lhes em sala de aula, atividades culturais, escolares, nos planejamentos, debates e reuniões de país.



De fato, os professores utilizam constantemente seus conhecimentos pessoais e um saber-fazer personalizado, trabalham com os programas e livros didáticos, baseiam-se em saberes escolares relativos às matérias ensinadas, fiam-se em sua própria experiência e retêm certos elementos de sua formação profissional (TARDIF e RAYMOND, 2000, p. 214).

Os saberes como foram evidenciados surgem de diversas formas advindas de diversos lugares ou pessoas. Para compreender de uma forma mais sucinta. Os autores Tardif e Raymond (2000) elaboraram o quadro com o intuito de apresentar os possíveis saberes dos professores expostos no quadro 8, abaixo.

QUADRO 8: Amostra dos saberes dos professores.

Saberes dos	Fontes sociais de	Modos de integração no
professores	aquisição	trabalho docente
Saberes pessoais dos professores	Família, ambiente de vida, a educação no sentido lato etc.	Pela história de vida e pela socialização primária.
Saberes proveniente da formação escolar exterior	A escola primária e secundaria, os estudos pós-secundários não especializados etc.	Pela formação e socialização pré - profissionais
Saberes provenientes da formação profissional ao magistério	Os estabelecimentos de formação de professores, os estágios, os cursos de reciclagem etc.	Pela formação e socialização dos profissionais nas instituições de formação de professores
Saberes provenientes dos programas e livros didáticos usados no trabalho	Na formação de  "ferramentas" de  professores: programas,  livros, cadernos de  exercícios, fichas e etc.	Pela utilização das ferramentas de trabalho, sua adaptação as tarefas





Saberes provenientes de	Na prática do ofício na	Pela prática do trabalho e
sua própria experiência	escola e na sala de aula,	pela socialização
de profissão na sala de	a experiência dos pares	pela socialização profissional
aula e na escola	etc.	profissional

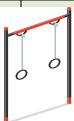
FONTE: (TARDIF e RAYMOND, 2000, p. 215).

Dada a importância dos saberes dos professores, percebe-se que eles são provenientes das diversas formas de experiências do docente ao longo da sua vida social ou profissional. E durante seu trabalho ele adquire com o passar tempo através de formações pedagógicas, de programas, livros e situações sociais envolvendo as relações entre "professor-professor", "professor-corpo escolar" e "professor-aluno". Assim, a Tabela 3 aborda a relação dos grupos com o tempo de formação e de atuação.

Tabela 3: Relação dos participantes com o tempo de formado e de atuação na área escolar.

	TEMPO DE	TEMPO DE ATUAÇÃO NA EF(AF)*		
SIGLA	FORMADO	MENOS DE 5	ENTRE 5 E 10	MAIS DE 10
		ANOS	ANOS	ANOS
G1A	Menos de 5	2	0	0
GIA	anos		Ŭ	O
G1B	Menos de 5	2	1	0
GIB	anos	2	'	0
G1C	Menos de 5	0	1	0
GIC	anos		'	0
G2A	Entre 5 a 10	1	1	3
OZA	anos	ľ	ľ	3
G2B	Entre 5 a 10	0	1	1
GZB	anos			
G3A	Mais de 10	0	1	1
GJA	anos	U		
	NA 1 40			





G3B	Mais de 10	0	0	5
GSB	anos	U	U	3

FONTE: autoria própria (2019).

\*Ensino Fundamental Anos Finais

Desta forma, evidencia-se na Tabela 3 que alguns grupos não preenchem todas as etapas de duração profissional dos professores entrevistados. Onde temos no G1A 2 professores com menos de 5 anos de atividade na escola atuantes nas aulas de Educação Física no Ensino Fundamental anos finais. No G1B, encontrou-se 2 professores com menos de 5 anos de atuação e 1 professor entre 5 a 10 anos de trabalho. Já no G1C, apenas 1 professor com atuação entre 5 e 10 anos.

O grupo GB2A, composto pelos professores com faixa etária acima de 30 anos, identificou-se 1 professor com atuação com menos de cinco anos, 1 professor entre 5 e 10 anos e 3 professores
com mais de 10 anos de profissão atuando no Ensino Fundamental anos finais. O grupo GB2B contém
1 professor entre 5 e 10 anos de carreira e mais 1 professor acima dos 10 anos de atuação com professor de Educação Física no Ensino fundamental anos finais.

O grupo GB3A apresenta 1 professor entre 5 e 10 anos de atuação e outro acima de 10 anos.

O grupo GB3B apresenta 5 professores acima dos 10 anos de trabalho lecionando em sala de aula do Ensino Fundamental anos finais.

Para visualizar de forma mais clara e sucinta de forma que venha a esclarecer qualquer questão de dúvida. Elaborou-se o Gráfico 1, demonstrando o tempo de atuação dos participantes no EF (AF).



G1A\*
G1B
G1C
G2A
G2B
G3A
G3B
TEMPO DE ATUAÇÃO NO EF(AF)\* MENOS DE 5 ANOS
TEMPO DE ATUAÇÃO NO EF(AF)\* ENTRE 5 E 10 ANOS
TEMPO DE ATUAÇÃO NO EF(AF)\* MAIS DE 10 ANOS

Gráfico 1: Demonstrativos sobre o tempo de atuação profissional dos grupos dos participantes.

FONTE: autoria própria (2019).

Diante da exposição do tempo de atuação em forma de gráfica (Gráfico 1) observa-se que o grupo G1A tem menos profissionais e também com menos tempo de atuação na Educação Física Escolar o que marca apenas a presença da barra em azul que caracteriza os profissionais que trabalham no Ensino Fundamental Anos Finais em um período de tempo menor que cinco anos, por outro lado, o grupo G3B apresenta 5 professores com tempo de atuação com mais de dez anos de atuação no Ensino fundamental II que está caracterizado no gráfico 1 com a barra de cor verde. Apenas o grupo G2A apresenta as três categorias (tempo de atuação no EF Anos Finais) neste grupo além dos professores que atua em menos de 5 anos e outros a mais de 10 anos, tem-se também, os profissionais que atual neste nível de ensino entre 5 e 10 anos que estão caracterizados pela barra vermelha.

Entretanto, o G2A e G2B apresentam 4 professores com o tempo de atuação acima de 10 anos, fato esse que poderia estar certo, porém ambos os grupos têm como tempo de formado entre 5 e 10 anos. O que implica que tais professores trabalharam na rede de ensino durante sua formação acadêmica ou trabalhavam na escola com o diploma de Bacharelado, quando o pré-requisito é a formação



em Licenciatura em Educação Física. Quando questionados durante as pesquisas, os professores falaram que trabalhavam nas escolas como um profissional provisionado. Entretanto, vale salientar que mesmo com início do século XXI, a Educação

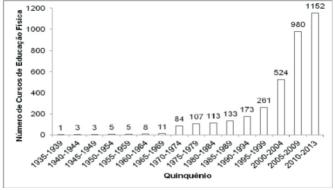
Física não havia expandido totalmente seus cursos por todo país, inclusive, no Estado de Pernambuco haviam poucas ofertas do Curso para Licenciatura ou Bacharelado em Educação Física, que naquela época muitas universidades ofertavam os dois cursos que conhecemos como Licenciatura Plena, onde os indivíduos após formados podiam exercer funções dentro da escola como fora do ambiente escolar. Logo, sabemos que essa construção da Educação Física não aconteceu de imediato, foi resultado de diversas lutas, que aconteceu diante:

Dois momentos marcantes: o primeiro refere-se a presença da Educação Física no âmbito escolar e, [...] houve a inserção da Educação Física no âmbito escolar em 1823 com a proposta de elaborar um tratado completo de Educação. O segundo momento se deu com o surgimento da formação de professores no ensino superior na área de Educação Física a partir da década de 1920, e a partir deste período que a pesquisa se deteve (CORRÊA et. al., 2006, p.29).

Assim, grande parte dos cursos de Educação Física era pública e estavam centrados nas capitais e com o passar do tempo foram sendo criados novos centros acadêmicos inclusive as Instituições de Ensino Superior – IES privadas. A figura 1 extraída de uma pesquisa mostra o número de Universidades de Educação Física em todo país durante um período de tempo.



Figura 1: Amostra do Quantitativo de Universidades de Educação Física no País entre certo período de tempo

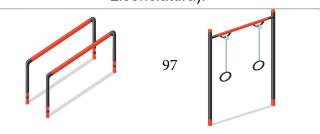


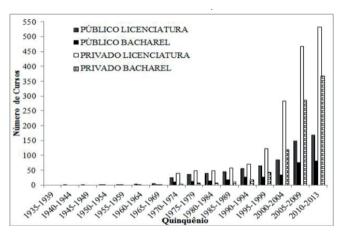
FONTE: Corrêa et. al (2016, p.30).

Ao analisar a figura 1 percebe-se que a partir da década de 90 houve um acréscimo progressivo no número de cursos ofertados de Educação Física para a população e continuou com o passar dos anos. Onde, no início do século XXI o Brasil todo contabilizava com 524 Universidades de Educação Física entre Bacharelado e Licenciatura. No entanto, diante da dimensão territorial e do número da população brasileira pode-se afirmar que esse número era insuficiente para atingir grande parcela da população, onde muitas vezes os indivíduos tinham que buscar este curso nas capitais de seus Estados ou até mesmo fora dele.

Com base nesses argumentos, a imagem 2 extraída dos estudos de Corrêa (2016), mostram a evolução quantitativa dos cursos públicos e privados.

Figura 2: Aumento do número de cursos de Educação Física em função do tempo, para as diferentes instituições (Pública e Privada) e currículos (Bacharel e Licenciatura).





FONTE: Corrêa et. al. (2016, p. 33).

Logo, percebe-se que a partir da década de 80 os Cursos de Educação Física em instituição privada em todo país passam a ter um acréscimo maior do que os cursos públicos, ou seja, cursos ofertados pelo governo. Entretanto, esses números chegam a atingir grandes percentuais a partir dos anos 2000 a 2003, como mostra a imagem 2. Essas mudanças podem surtiram efeito após diversos processos ao longo da história.

A repressão militar inicia seu processo de declínio, o que estimulou novas mudanças no âmbito político. A liberdade sentida vem com as reformulações no setor político, materializado especialmente com a nova Constituição em 1988. E para Educação Física a mudança mais significativa esteja na configuração de sua formação, tendo em vista o Parecer 215/87, a Resolução no Art. 1º pontua que a formação dos profissionais de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título de Bacharel e/ou Licenciado em Educação Física (CORRÊA et. al., 2016, p. 33).

A partir da criação da lei 9.696/98 na qual surgiu o Conselho Federal de Educação Física/ Conselho Regional de Educação Física - CONFEF/CREF's - com o objetivo de regulamentar e nor-

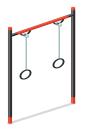


matizar a Educação Física em todo o Brasil. Após a criação do CONFEF elaborou-se uma resolução de nº 13, que teve com intenção normatizar os profissionais que já atuavam como professores de Educação Física na escola ou academias (CONFEF, 2019). Assim, os profissionais que já atuavam há muito tempo na área da Educação Física mesmo sem ter diploma passar a ser considerados provisionados.

Feito o registro como provisionado é preciso assegurar que a intervenção deste profissional, doravante referendado pelo Conselho da Classe, não coloque em risco a saúde da população. Afinal, nunca é demais frisar, a Educação Física trabalha com o Ser Humano. Para isso, o Provisionado deve aprofundar a Ética; conhecer bem o corpo humano, sua anatomia e fisiologia; saber como esse corpo aprende, ou seja, sua psicologia e aprendizagem motora. Para fazer a repassagem, necessita aperfeiçoar procedimentos didáticos e metodológicos (CONFEF, 2019 – extraído do portal eletrônico).

Apesar de isentar o profissional provisionado da graduação dos cursos de Educação Física, o CONFEF se preocupou com o risco que poderia causar a população, já que este trabalho envolve contato social na qual poderá colocar em risco a vida dos indivíduos, dessa forma, estabeleceu que o provisionado aprofundar-se em diversos assuntos dos conteúdos da Educação Física, como também, das condutas morais e éticas que devem existir em um profissional inserido no mercado de trabalho. Assim, de acordo com a lei 9.696/98 em seu Art. 20 estabelece a forma que serão inscritos os profissionais no Conselho Regional de Educação Física. O capítulo III deste artigo descreve: "os que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física, nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física". O CONFEF através da lei 9.696/98 estabelece a função e a designação do profissional de





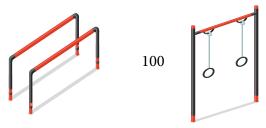
Educação Física. Onde diz no Art. 1º: "O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física" (BRASIL, 1998).

A criação desta lei como podemos observar anteriormente, foi de grande importância para regulamentação da Educação Física tanto no ambiente escolar como disciplina tanto para o trabalho na área da saúde, qualidade de vida, rendimento atlético/esportivo com em academias de musculação e centro de treinamento esportivo. Pois assim, possibilitou que área da Educação Física tivesse profissionais qualificados para atender as suas demandas vigentes na sociedade. Essa qualificação acadêmica partiu da obrigatoriedade a partir da lei em 1998, onde exigiu que as atividades referentes ao curso de Educação Física sejam elaboradas e exercidas por um profissional da área com graduação em licenciatura para trabalhar em escolas e Bacharelado para desenvolver práticas corporais extraescolares.

Reafirma-se, assim, que no contexto da nova regulamentação, o licenciado em Educação Física está habilitado a atuar com a docência na componente curricular Educação Física, ofertada na Educação Básica. Já o bacharel em Educação Física está habilitado a atuar nas atividades físicas e/ou desportivas que não estejam vinculadas à componente curricular Educação Física, ofertada na Educação Básica (CONFEF, 2012).

Assim, pesquisas apontam a importância das práticas corporais serem acompanhadas e orientadas por um profissional de Educação Física. Caso contrário, o hábito de realizar exercícios sem esse profissional pode piorar e agravar algumas doenças (OLIVEIRA et. al., 2011).

Partindo para a próxima pergunta da pesquisa estruturada em forma de questionário, onde foi indagado aos participantes a respeito da utilização dos documentos curriculares de Pernambuco



elaborados a partir de 2010, se os mesmos já utilizaram algum documento para elaboração e sistematização curricular para o ensino da disciplina de Educação Física na escola. Tais resultados são expostos na tabela 4.

Tabela 4: Amostra dos professores participantes que utilizaram os documentos curriculares de Pernambuco para sistematizar as suas aulas.

	DOCUMENTOS ORIENTADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO			
SIGLA	OTMs *	PCEF – PE**	CP***	NUNCA UTILIZEI (N.U)
G1A	0	2	2	0
G1B	1	3	2	0
G1C	0	1	1	0
G2A	3	3	3	0
G2B	3	4	2	0
G3A	2	2	2	0
G3B	2	2	2	2

FONTE: autoria própria (2019).

Diante da tabela 4, observa-se que os grupos dos docentes com menos tempo de formação e atuação na escola apontaram diante o questionário que não utilizaram o documento curricular OTM para estruturar suas aulas de Educação Física. Entretanto, apenas 1 professor do G1B relatou que já utilizou esse documento para sistematizar suas aulas em algum momento durante sua trajetória de ensino nas escolas. Vale ressaltar que essa pergunta do questionário poderia marcar mais de uma opção.



<sup>\*</sup> ORIENTAÇÕES TEORICO METODOLOGICA

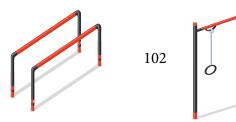
<sup>\*\*</sup> PARAMETROS CURRICULARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE PERNAMBUCO

<sup>\*\*\*</sup> CURRICULO DE PERNAMBUCO

Essa possibilidade foi permitida por se tratar de uma questão de múltiplas escolhas, pois sabemos que durante o processo histórico de construção da educação tanto nacional, como estadual aconteceram várias mudanças de direcionamento do ensino-aprendizagem para as escolas. Assim, fica evidente que um professor pode passar por várias abordagens durante sua carreira e com isso ele pode mudar seus planos de aula de acordo com as novas diretrizes sugeridas pelos órgãos responsáveis da educação. Assim, é essencial que os professores ao longo da sua carreira tenham em mente um costume de sempre está se atualizando, ou seja, ser atualizado sempre.

É uma das características pessoais do bom professor de Educação Física. [...] a atualização foi um dos requisitos necessários para o exercício da profissão docente citado pelos professores. [...] a sociedade exige serviços específicos e de alto nível na área de Educação Física com acesso à conhecimentos recentes, pois esta desperta para novas necessidades e exige serviços de qualidade na área, sendo necessário que os profissionais de Educação Física dominem esses conhecimentos, portanto à uma necessidade permanente de atualização (BARROS, 1993, apud KRUG; KRUG, 2008, p.1).

Os grupos G2A e G2B apresentam diferença no resultado dos grupos anteriores, onde dos 7 entrevistados, 6 apontaram que já utilizaram as OTMs como base de estruturação de suas aulas. Com isso, o G2A e G2B apresentam 15% cada do total dos professores participantes que afirmaram utilizar esse documento curricular sugerido pelo Estado de Pernambuco. Já os grupos G3A e o G3B apresentam 10% cada dos 20 professores participantes. O restante dos professores representados no Gráfico 2 como (N.U.) foi equivalente a 45% que afirmaram que não utilizaram esse documento em suas aulas. Tais dados são elucidados no gráfico 2, abaixo citado.



DOCUMENTOS ORIENTADORES DO ESTADO
DE PERNAMBUCO - OTMS

G1A

G1B

G1B

G1C

5%

0%

G2B

15%

G3B

10%

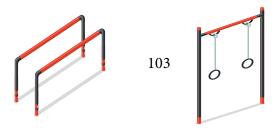
Gráfico 2: Demonstrativo das porcentagens dos grupos referente à utilização do documento OTM

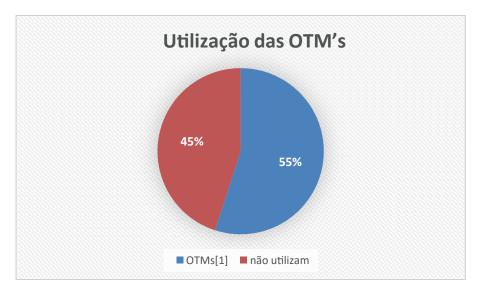
**FONTE**: Autoria própria (2019).

A não utilização das OTMs na sistematização das aulas de Educação Física pela maioria dos grupos, principalmente o G1A, G1B e G1C pode ser devido ao tempo de formação acadêmica dado que esses se formaram no período entre últimos cinco anos, desse modo, durante a fase acadêmica vivenciaram mais os Parâmetros Curriculares de Educação Física de Pernambuco, visto que esse documento surgiu após as OTMs.

Após analises minuciosa de como cada grupo de professores respondeu essa alternativa, elaborou-se um gráfico 3 na expectativa de detectar de forma geral o quantitativo de professores que utilizam ou já utilizaram as OTMs em seu plano de aula.

Gráfico 3: Amostra do percentual geral dos participantes a respeito da utilização do documento das OTMs.



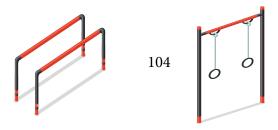


FONTE: Autoria própria (2019).

O gráfico 3 representado pelas cores vermelho e azul mostra o percentual geral dos participantes à respeito da utilização das OTMs, onde 55% representados pela cor azul, afirmaram que utilizavam ou já utilizou este documento como referência para elaboração das suas aulas. E 45% dos professores, representados pela cor vermelha, disseram que nunca utilizaram este documento.

Quando indagados se já utilizaram os PCEF-PE, grande parte dos professores afirmou que já empregaram esse documento em seus planos de ensino para ser utilizado como ferramenta para sistematizar o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos da Educação Física. Logo, diante o exposto no Gráfico 4, observa-se os grupos G2B, G2A e G1A tiveram maiores porcentagem referente a utilização dos PCEF-PE.

O grupo G1C apresenta menos profissionais que incluíram esse documento em sua rotina na escola, ficando com apenas 10% do total de professores pesquisados. Mantendo a mesma porcentagem, o grupo G3B e G3A apresentam também 10% cada. Por sua vez o grupo G2A tem 15% e o G2B tem 20%. O restante dos professores participantes que afirmaram que nunca utilizaram esse



documento corresponde a 15% do total de 20 professores que participaram da pesquisa. Após análise minuciosa de como cada grupo de professores respondeu essa alternativa, elaborou-se um gráfico 4 na expectativa de detectar de forma geral o quantitativo de professores que utilizam ou já utilizaram o PCEF - PE em seu plano de aula.

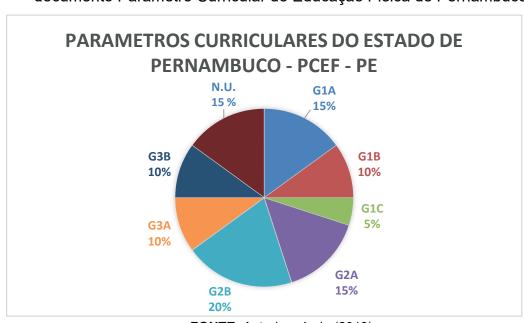
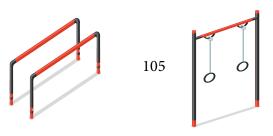


Gráfico 4: Demonstrativo das porcentagens dos grupos referente a utilização do documento Parâmetro Curricular de Educação Física de Pernambuco

FONTE: Autoria própria (2019)

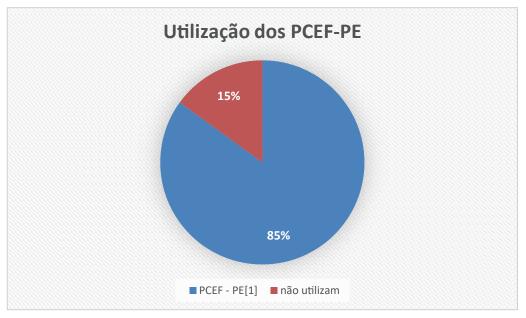
Após análises dos grupos, o gráfico 4 demonstra o percentual total dos participantes à respeito da utilização dos Parâmetros Curriculares de Educação Física de Pernambuco. Observa-se até aqui que grande parte dos professores do município se utilizam dos documentos elaborados pelo governo do estado Pernambuco para elaboração de suas aulas.

Visto que, torna-se importante o planejamento para o bom sucesso nas aulas, pois, para (CARVALHO et al, 2011, p.1) "o planejamento, para ter significado e validade precisa de uma ação participativa por parte do aluno. Assim, o plano de ensino/trabalho deve ser construído, analisado e



aprovado em conjunto por professores e alunos".

Gráfico 5: Amostra da porcentagem geral dos participantes a respeito da utilização dos PCEF-PE.

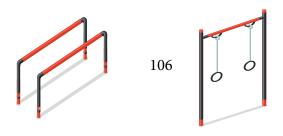


FONTE: Autoria Própria (2019)

Na visão geral apresentada pelo gráfico 5, observa-se que 85% dos professores participantes, representados pela cor azul, afirmaram que já utilizaram os Parâmetros Curriculares de Educação Física de Pernambuco para organização e estruturação das suas aulas. E apenas 15% dos professores falaram que nunca utilizaram este documento para elaborar seus planos de ensino nas escolas.

Com isso, percebe-se um aumento de professores que afirmam utilizar o PCEF-PE, onde obteve um percentual de 85% e enquanto as OTM tiveram um percentual de 55% dos professores participantes que afirmaram utilizar ou já utilizaram este documento. Com isso, houve um acréscimo de 30% de professores que passaram a utilizar o documento curricular elaborado pelo estado.

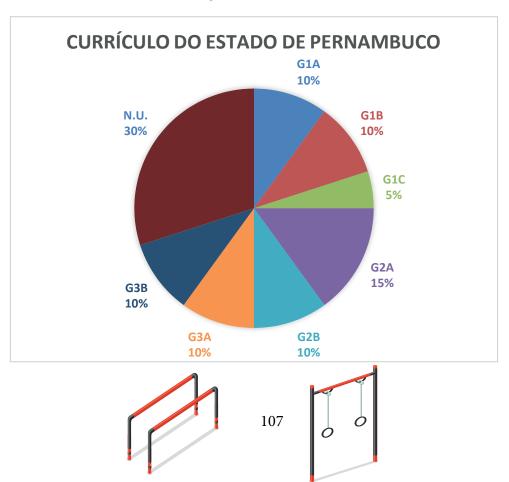
O fato acima desse acréscimo pode está incluído a partir da formação de novos professores e consequentemente o grupo de professores com menos de cinco anos de atual e formação influenciou



nesse aumento. Outro ponto é que além da inclusão de novos professores no mercado de trabalho, ou seja, no ambiente escolar, está relacionado as novas abordagens e a grade curricular dentro das Universidades, onde sua pratica pedagógica pode está direcionada para a importância do currículo na elaboração das aulas de Educação Física.

Quando questionados sobre a utilização do Currículo de Pernambuco para sistematização do ensino da Educação Física nas escolas. O grupo G1A, G1B tiveram a mesma porcentagem com 10% cada, onde afirmaram que utilizam este documento para orientar suas aulas. Entretanto, o Grupo G1C ficou apenas com 5% do total dos professores participantes. Entretanto, vale lembrar que este grupo está representado com apenas um integrante, e dessa forma, totaliza que 100% desse grupo que utiliza o Currículo de Pernambuco como forma de orientação de suas aulas. O grupo G2B apresenta 10% dos professores. O Grupo G2A tem o maior índice ficando com 15%. Já o Grupo G3A e G3B tiveram a mesma porcentagem ficando 10% cada.

Gráfico 6: Demonstrativo das porcentagens dos grupos referente a utilização do documento Currículo de Pernambuco

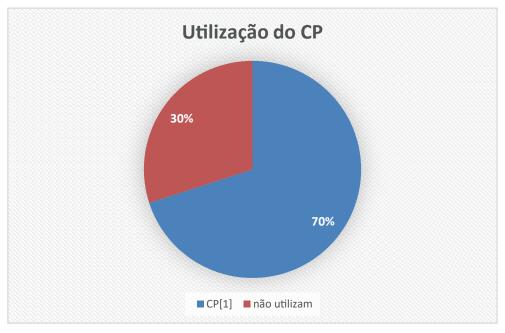


FONTE: Autoria Própria (2019).

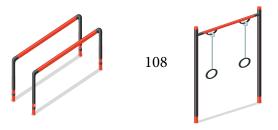
O gráfico 7 mostra o percentual geral a respeito dos professores participantes que afirmaram que utilizam o documento Currículo de Pernambuco elaborado pelo Estado de Pernambuco.

Desta forma, observa-se que 70% dos participantes afirmaram que utilizam este documento para elaboração do seu plano de aula. Já o restante que totalizam 30% afirmaram que não utilizam o Currículo de Pernambuco. Este pequeno declínio do percentual de professores que afirmaram que utilizam o Currículo de Pernambuco com correlação ao Parâmetro Curricular de Educação Física de Pernambuco pode ser justificado por conta do Currículo de Pernambuco ter sido elaborado recentemente, com processo de formação e discussão acontecendo de maneira gradativa e as próprias secretarias de educação se apropriando acerca do mesmo, talvez seja alguns dos motivos que não tenha sido explorado por alguns professores.

Gráfico 7: Amostra da porcentagem geral dos participantes que utilizam o Currículo de Pernambuco



FONTE: Autoria própria (2019).



Alguns desses professores que ainda não utilizam o Currículo de Pernambuco (2018) afirmam que utilizam uma abordagem esportivista para Educação Física, ou seja, aulas voltadas apenas para a prática de esportes e formação de atletas. O que também é revelado na pesquisa onde diz que:

> A escola é uma principal veiculadora da visão de mundo do indivíduo e por trabalhar a psicomotrocidade a Educação Física tem funções importantes na sociedade ao ajudar na formação dos alunos, mas atualmente a Educação Física escolar tem sido de certa forma burlada até mesmo pelos professores uma vez que são conferidas à disciplina demasiadas práticas esportivas de treinamento e rendimento esquecendo-se das práticas sócio-culturais e de formação intelectual do aluno que devem ser inseridas nos conteúdos das aulas (SOU-ZA; e FONSECA JUNIOR, 2010, p.1).

Apesar do Esporte contribuir para diversos fatores para melhorias de um indivíduo, o professor não pode ficar apenas ministrando esse conteúdo, também é preciso despertar nos alunos a curiosidade e a motivação para outras práticas corporais criadas pelo ser humano.

> O professor precisa buscar meios de intervenções que quebrem as barreiras que a sociedade como um todo criam e impõem sobre os seres que nela vivem. Sexualidade, racismo, discriminação seja por diferenças sociais ou de habilidades são fatores que podem e devem ser trabalhados nas aulas para melhor socialização entre os alunos (SOUZA; FONSECA JUNIOR, 2010, p.1).

Desta forma, o professor precisa despertar não apenas a curiosidade para novas práticas corporais, mas também, despertar capacidades de trabalhar em equipe e desenvolver características próprias de cidadão.



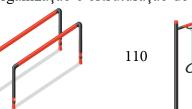
Kunz (1994) faz críticas ao processo de como o esporte está inserido na escola com a característica de rendimento no contexto escolar, onde o esporte era muitas vezes utilizado para favorecer "os mais habilidosos", e com isso, o autor destaca que essa forma de ensino favorecia apenas um pequeno grupo de alunos. Entretanto, Kunz (1994) ainda relata que é importante que o esporte seja vivenciado na escola, pois o mesmo faz parte da cultura, mas é preciso utiliza-lo como uma ferramenta capaz de transformar o aluno.

Corroborando com a mesma ideia,

Evidencia-se que o esporte é um forte integrante cultural de nossa sociedade, e a partir do momento que foi inserido na escola, sempre teve grande influência na Educação Física escolar, inclusive sendo inúmeras vezes praticamente o único conteúdo ministrado nesta disciplina. Não compartilhamos da ideia de que o esporte contemple todas as necessidades da Educação Física escolar, como também discordamos dele ser trabalhado com o objetivo nele mesmo. Em nosso entendimento o esporte deve sim estar presente na escola, essencialmente na disciplina de Educação Física, pois é um conhecimento próprio desta área, porém devemos fazer dele um meio para formação dos alunos, formação esta que deve ter como eixo norteador uma pedagogia para a cidadania (DARIDO; BARROSO 2006, p.104).

Assim, a pesquisa realizada com os 20 professores resultou que 18 professores já utilizaram algum documento elaborado pelo Estado de Pernambuco para orientar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas e apenas 2 professores afirmaram não trabalhar com nenhum documento.

A próxima pergunta do questionário deste estudo está relacionada acerca da importância do Currículo de Pernambuco para organização e estruturação do currículo educacional nas escolas do



Estado.

Tabela 5: Amostra acerca das opiniões dos participantes sobre a importância dos Documentos Curriculares do Estado de Pernambuco

	Importância do	Currículo de Perna	ambuco para as escolas
SIGLA	SIM	NÃO	Não tem uma posição formada sobre o assunto
G1A	2	0	0
G1B	2	0	1
G1C	1	0	0
G2A	3	0	0
G2B	4	0	0
G3A	1	1	0
G3B	3	1	1

FONTE: Autoria Própria (2019).

Dos 20 professores participantes, apenas 2 afirmaram não ter uma opinião formada sobre o assunto. Já o restante, 16 afirmaram que achar importante o uso do documento Curricular de Pernambuco para orientação e estruturação das aulas nas escolas do Estado e 2 professores consideram que não é importante a elaboração de um currículo para Estado. Os 2 participantes que afirmaram que não consideram importante a estruturação e elaboração do Currículo de Pernambuco estão inseridos no grupo acima de 10 anos de formados.

Entretanto, a importância de um currículo para Educação é entendida como:

Como o percurso da formação escolar, ou seja, ele se refere a tudo que acontece na escolarização. Enquanto projeto político que forma as novas gerações, o currículo é pensado para garantir a organização, o controle e a eficiência social. O currículo, por transmitir certos modos de ser e validar certos conhecimentos, está intimamente ligado ao poder. O currículo, pelos seus modos de endereçamento nos chama a ocupar determinadas posições de sujeito. O



currículo, por regular as ações dos sujeitos da educação, forma identidades (NUNES; RÚBIO, 2008, p. 56).

Assim, o currículo quando selecionado e elaborado para ser desenvolvido no ambiente escolar visa valorizar que todos os alunos aprendam determinada habilidade para aquela faixa etária e nível de ensino, onde os conteúdos que compõem cada disciplina de um currículo tornam-se importante por contribuir para construção das identidades de cada indivíduo para se engajarem na sociedade.

[...] a escolha de determinados conteúdos do currículo privilegia um tema em detrimento de outro na inter-relação entre saberes, identidade e poder e promove os conhecimentos e os valores tidos como adequados para as pessoas atuarem na sociedade. Esse fator torna a escola um dos mais importantes espaços sociais responsáveis pela construção da representação de quem somos e de quem não é desejado ser. O currículo, pensado em um sistema nacional de ensino, busca modificar e produzir as identidades ideais para constituir o Estado-Nação (SILVA, 1999, apud NUNES; RÚBIO, 2008, p. 57).

No caso do Brasil, o Currículo é pensando em forma geral para todo o país, porém, o próprio documento reconhece a pluralidade da cultura brasileira e estabelece que os estados e municípios com base na BNCC possam modificar alguns pontos para atingir os alunos de determinada região. Assim, durante a formação de um currículo são feitas diversas análises entre os estudiosos e profissionais da área para consolidar um currículo que abrange a construção de processos sociais como a democracia e eliminar condições de opressões que existem na sociedade. "As reformas curriculares estão diretamente vinculadas com a constituição de identidades culturais desejáveis para a consolidação dos



interesses em voga" (NUNES; RÚBIO, 2008, p. 57).

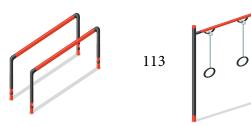
Para dar sequência a discussão deste estudo, a próxima questão do questionário aborda sobre o uso do Currículo de Pernambuco nas escolas municipais do Agreste Central de Pernambuco, região esta que o município de Caruaru está inserido. O estudo visou, também, ter uma referência sobre a utilização desse documento, recém organizado, para elaboração da sequência curricular anual das aulas de Educação Física, em municípios circunvizinhos. Resultado exposto conforme Tabela 6, abaixo.

Tabela 6: Informação sobre o uso do Currículo de Pernambuco nas escolas municipais do Agreste Central de Pernambuco

Siglas		rnambuco nas escolas Central de Pernambuco
	SIM	NÃO
G1A	2	0
G1B	2	1
G1C	1	0
G2A	3	0
G2B	4	0
G3A	2	0
G3B	2	3

FONTE: autoria própria (2019).

A cidade utilizada no estudo foi Caruaru que fica no Agreste Central de Pernambuco, porém na pergunta número 7 (vide questionário que está no apêndice C), a região abordada foi todo o Agreste Central de Pernambuco, ou seja, os participantes trabalham em Caruaru e mais outro município da região do Agreste Central. O objetivo desta pergunta não é delimitar o perfil de utilização do Currículo e Pernambuco por parte dos municípios do Agreste Central de Pernambuco, mas apenas ter um norte para traçar o perfil dos municípios circunvizinhos e futuramente poder ser utilizado como instrumento de estudo.



Percebe-se que de um total de 20 professores participantes da pesquisa, 80% deles disseram que na região citada no estudo, o Currículo de Pernambuco é utilizado para realização da prática pedagógica. E 20% dos participantes referem que não utilizavam o Currículo de Pernambuco. Esses dados foram expostos no gráfico 5.

Utilização do CP nas escolas municipais de Caruaru

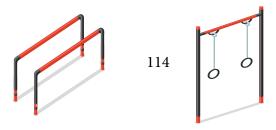
Não 20%

Sim 80%

Gráfico 8: Amostra geral dos professores participantes que utilizam o Currículo de Pernambuco.

FONTE: Autoria Própria (2019).

O grupo G3B apresentou um índice alto dos pesquisados que não utilizam o Currículo de Pernambuco. E por sinal, este grupo tem de formado na área acima de dez anos, como também, alguns tem uma atuação no ambiente escolar acima de dez anos. É preciso levantar questões sobre esse grupo a respeito da não utilização do Currículo de Pernambuco ou até mesmo de outro documento curricular seja nacional ou regional. Diante disso, surgem algumas indagações: como estes professores sistematizam suas aulas? Quais conteúdos estão inseridos durante o ano letivo? Durante



a realização das aulas de Educação Física, utilizam alguma(s) abordagem(ns) pedagógica(s)? Quais os conceitos que eles usam para selecionar os conteúdos que os alunos iram aprender e desenvolver durante as aulas? As aulas de Educação Física são esportivistas, construtivista, desenvolvimentista, militarista? Será que os alunos vivenciam todos os conteúdos, como dança, luta, ginástica, jogo? Como podemos perceber a não utilização de um currículo levanta várias dúvidas sobre a prática pedagógica. Pois sabe-se que o currículo tem diversas funções para a educação e não deve ser inflexível, mas deve buscar atender e subsidiar o trabalho pedagógico com flexibilidade na utilização de acordo com características sociais, culturais, econômicas da região onde os alunos estão inseridos.

Para que possamos entender melhor tais respostas da questão anterior, foi realizada outra pergunta sobre o Currículo de Pernambuco se o mesmo atende as necessidades da disciplina de Educação Física no ambiente escolar. Assim, a Tabela

7 tem o intuito de informar a expectativa sobre a possibilidade do Currículo de Pernambuco atender tais demandas da área.

Tabela 7: Amostra das opiniões dos participantes sobre a expectativa do atendimento do Currículo de Pernambuco para as aulas de Educação Física.

SIGLA	-		Atende parcialmente	
G1A	0	0	0	2
G1B	0	0	0	3
G1C	0	0	1	0
G2A	0	0	1	2





G2B	0	1	3	0
G3A	0	0	1	1
G3B	1	3	1	0

FONTE: Autoria própria (2019).

Diante a exposição da tabela 7, observa-se que os grupos G1A e G1B afirmaram totalmente que o Currículo atende as necessidades completamente. Já os grupos G1C, G2B avaliaram que o documento de Pernambuco atende parcialmente as demandas da disciplina para o ambiente escolar. Já o grupo G3A ficou dividido entre atente completamente e parcialmente.

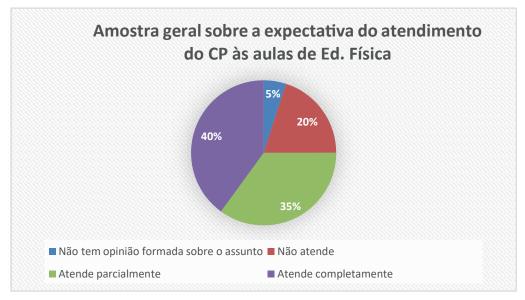
Entretanto, o Grupo G3B, a maioria (3 professores), marcaram a opção que não atende, outro marcou não ter uma opinião sobre o assunto e, também, outro acha que o documento atende parcialmente.

As respostas do G3B em que a sua maioria afirmaram que o documento elaborado pelo Estado de Pernambuco não atende as necessidades da educação no ambiente escola. Diante dessa resposta podemos conciliar com a pergunta anterior onde a maioria respondeu que não utilizavam esse documento para organização de suas aulas. Pois assim, como exposto nessa pergunta eles compreendem que não é útil para prática pedagógica.

Após análises detalhadas sobre como cada grupo compreende que o Currículo de Pernambuco quanto a sua capacidade de atendimento as aulas de Educação Física no Ensino Fundamental anos finais no Estado de Pernambuco, o gráfico 9, situado abaixo, tem como função mostrar de forma geral a opinião dos professores participantes nesta pesquisa para que possa contribuir de forma mais clara a compreensão sobre essa temática.



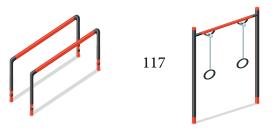
Gráfico 9: Amostra da porcentagem geral das opiniões dos professores participantes sobre a expectativa do Currículo de Pernambuco para as escolas do Estado



FONTE: Autoria Própria (2019).

A partir desse gráfico observa-se que 40% do total dos pesquisados acreditam que o Currículo de Pernambuco atende completamente às demandas das escolas. Ver-se também que 35% acreditam parcialmente neste documento. O restante dos participantes 20% acreditam que não atende as necessidades das escolas de Pernambuco. E apenas 5 % não tem uma opinião formada sobre o assunto.

A próxima pergunta estabelece uma relação da abordagem pedagógica crítico- superadora com o Currículo de Pernambuco. Sabe-se que esta perspectiva pedagógica subsidiou os documentos educacionais do Estado de Pernambuco, as Orientações Teórico-Metodológicas e os Parâmetros Curriculares. A partir da construção do Currículo de Pernambuco, documento de caráter obrigatório, desde que o município não construa sua própria proposta baseado na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), não faz menção a nenhuma proposta pedagógica, diferente dos documentos anteriores que teve como base a abordagem crítico superadora, assim, proporciona uma maior liberdade para a escolha da abordagem pedagógica de acordo com a realidade histórica, social, política, cultural. De



tal modo, a Tabela 8 mostra a opinião dos participantes sobre a abordagem crítico-superadora vinculada ao Currículo de Pernambuco se atende às necessidades da educação no município de Caruaru.

Tabela 8: Informação sobre atendimento da abordagem critico-superadora na Educação do Estado de Pernambuco

	Abordagem critico-superadora no Currículo do Estado de Pernambuco				
SIGLA	Não tem opinião formada sobre o assunto	Não atende	Atende parcialmente	Atende completamente	
G1A	0	0	1	1	
G1B	0	0	2	1	
G1C	0	1	0	0	
G2A	0	0	2	1	
G2B	0	2	2	0	
G3A	0	0	1	1	
G3B	1	3	1	0	

FONTE: autoria própria (2019).

Os professores que participaram da pesquisa, do G1A 1 afirmou que a abordagem críticosuperadora atende parcialmente no trato do Currículo de Pernambuco, e 1 professor entende que a
abordagem atende completamente. O G1B 2 professores afirmaram que atende parcialmente e 1 que
atende completamente. O G1C compreende que a abordagem crítico-superadora não atende as demandas educacionais do Estado. O grupo G2A teve sua maioria marcando a questão atende parcialmente,
2 professores, e apenas 1 professor compreende que esta perspectiva atende completamente. Já o G2B,
2 professores citam que a abordagem atende parcialmente e 2 compreendem que a abordagem não é
suficiente para o desenvolvimento da Educação Física em sala de aula. Já o G3A ficou empatado em



atende parcialmente e completamente. Diferente desse resultado, o G3B afirma em sua maioria que essa abordagem não contempla a necessidade e características da Educação Física no ambiente escolar, sendo assim, 3 professores. 1 professor acredita que contempla parcialmente e 1 professor não tem uma opinião formada sobre o assunto.

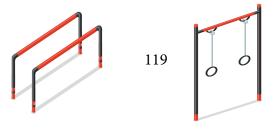
Podemos perceber que o grupo formado com graduações mais recentes (G1A, G1B, G1C) diferencia, em sua maioria, sobre a opinião dos grupos G3A e G3B. Onde, o primeiro grupo acredita que a abordagem crítico-superadora, que subsidiou as propostas anteriores ao currículo de Pernambuco, contempla as necessidades da Educação Física. Já o grupo formado por professores que tiveram suas graduações há mais de 10 anos, considera insuficiente o Currículo de Pernambuco para organização e sistematização do conhecimento.

Gráfico 10: Amostra da porcentagem geral dos professores participantes sobre a Abordagem critico-superadora no Currículo do Estado de Pernambuco



Fonte: Autoria Própria (2019).

Percebe-se que 45% dos pesquisados, representados pela cor verde no gráfico 10, afirmaram que a abordagem crítico-superadora, na qual está como base para os documentos anteriores (OTMs e PCPE) e possui elementos no Currículo de Pernambuco, atende parcialmente. Já os 30% no gráfico re-



presenta os professores que compreende que esta abordagem não atende as necessidades da Educação Física, os 20% representados pela cor azul no mapa estabelece os professores que marcaram a opção atende completamente. E por fim, 5% dos participantes afirmam não ter uma opinião sobre o assunto.

Essa apresentação exposta nesse trabalho deve ser fruto de novas investigações a respeito dessa divergência de grupo a respeito do entendimento da Educação Física e sua respectiva função para o ambiente escolar. Surgem algumas hipóteses que o grupo com menos tempo de formação tende a ter uma opinião sobre a Educação Física com base numa abordagem mais crítica, visando suas aulas voltadas a esta abordagem. Já o grupo com mais tempo de formação (G3A e G3B), nascem dúvidas nesta análise sobre os possíveis entendimentos desses professores a respeito dos objetivos da Educação Física para o ambiente escolar. Onde, talvez estes professores optam por uma Educação Física Esportivista (tradicionalista), ou seja, visando aulas para formação de atletas, ou, apenas deixando a Educação Física naquela antiga dicotomia de ser uma disciplina recreativa ou só "bola para os meninos" e "corda para as meninas". Essa suposição partindo das respostas dos participantes surge diante do tempo e contexto histórico de graduação desse grupo, podendo ser que na época de suas respectivas formações ou até mesmo vivencia de conteúdos da Educação Física enquanto aluno, levaram a adotar métodos diferentes, e assim tendo como metodologia de trabalho uma visão do esporte como era tratado na Educação Física antigamente.

Basicamente o esporte era abordado tendo o objetivo nele próprio, privilegiando aqueles que apresentavam melhores habilidades motoras nas modalidades esportivas, porém com a chegada destas novas abordagens, o esporte passou a ser identificado como um meio para uma melhor formação dos alunos (DARIDO; BARROSO 2006, p.111).



Por fim, a última pergunta do questionário buscou obter informações sobre opinião dos professores participantes a respeito da compreensão deles sobre a estruturação do Currículo de Pernambuco. Esta pergunta foi realizada com cinco alternativas, onde cada participante teve que marcar apenas uma delas. Conforme exposto na Tabela 9, a seguir:

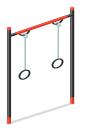
Tabela 9: Amostra sobre a opinião dos participantes a respeito da estruturação do Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental Anos Finais.

	Estruti		culo de Pernam damental Anos f	•	Ensino
SIGLA	Não tem nenhuma opinião	Ótima	Воа	Regular	Ruim
G1A	0	0	2	0	0
G1B	0	0	3	0	0
G1C	0	0	0	1	0
G2A	0	1	2	0	0
G2B	0	0	3	1	0
G3A	0	1	1	0	0
G3B	1	0	1	1	2

FONTE: autoria própria (2019).

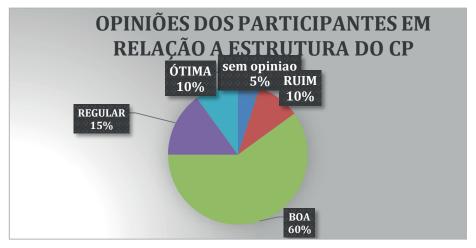
Os resultados obtidos nessa questão, foram 2 professores do G1A que consideram Boa a estrutura do Currículo de Pernambuco para a disciplina de Educação Física. Todos do G1B também avaliam a estrutura do Currículo como sendo Boa. Já o G1C considerou o Currículo como sendo Regular. O G2A a maioria dos participantes, 2 professores, assinaram a alternativa que corresponde a Boa a estrutura do Currículo. E apenas 1 professor entende que a estrutura elaborada pelo Estado de Pernambuco é Ótima. O G2B também teve sua maioria considerando como Boa a estrutura do currículo e apenas 1 professor considerou como sendo regular. O Grupo G3A ficou empatou nas al-





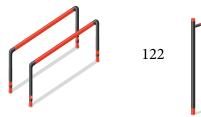
ternativas, sendo considerada entre Ótima e Boa. Por outro lado, o G3B considerou que a estrutura do Currículo era ruim e os demais professores participantes desse grupo marcaram as alternativas Boa e Regular e apenas 1 professor afirma não dominar o assunto e marcou a opção de ter uma opinião formada sobre o assunto.

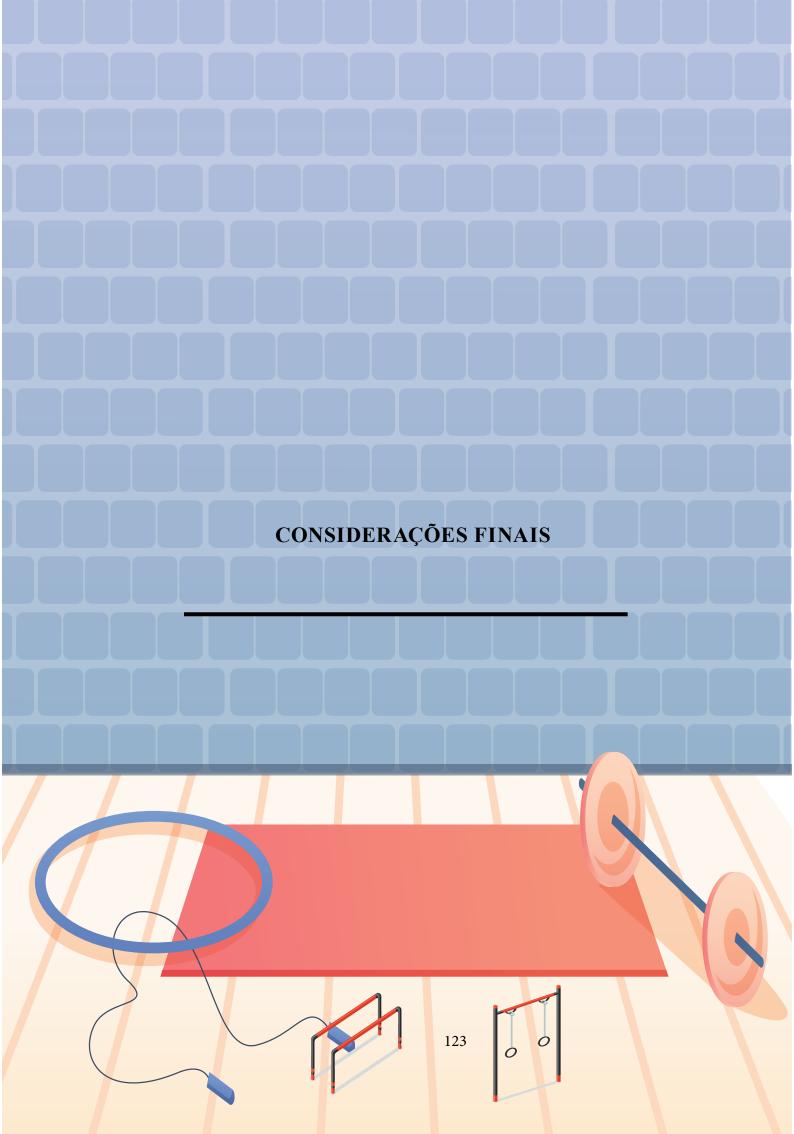
Gráfico 11: Informação das opiniões dos participantes à respeito da estrutura do Currículo de Pernambuco.



FONTE: Autoria Própria (2019).

Ao analisar o gráfico 11, observa-se que a maioria dos professores participantes consideram como Boa a estrutura do Currículo de Pernambuco para nortear as aulas de Educação Física nas escolas, sendo assim, obteve-se um total de 60% dos participantes. Já outros professores consideram Regular a estrutura do Currículo contabilizou 15% dos participantes. Os professores que consideram como Ótima o documento elaborado pelo Estado são 10% dos docentes. Esse percentual também tem o mesmo número na alternativa Ruim, contabilizando 10% dos professores participantes. E apenas 5% dos professores afirmaram não estar por dentro do assunto e preferiram não opinar, marcando assim esta alternativa presente no questionário fechado.





Diante do processo histórico das bases curriculares que norteiam ou nortearam a educação brasileira, A BNCC surge como um documento que visa suprir as demandas das escolas nos tempos atuais, definindo assim um Currículo repleto de conhecimentos essenciais para o ensino-aprendizagem dos alunos nas escolas, onde segundo a LDB todos os alunos têm o direito de aprender tanto no ensino público que é ofertado gratuitamente, como no ensino privado. Portanto, a BNCC busca proporcionar ao ensino nas escolas uma equidade educacional dando autonomia para essas instituições de todas as regiões do Brasil a capacidade de serem autônomas para a elaboração do seu currículo, suas metodologias, suas práticas pedagógicas e seus processos de avaliações.

Dada a possibilidade de flexibilizar o currículo para os estados e município o governo estadual de Pernambuco estabeleceu a criação de um documento norteador para direcionar a educação de toda região do Estado. Entretanto, observou-se que o Estado de Pernambuco ao longo do tempo busca desenvolver documentos que norteavam os processos de ensino-aprendizagem da educação para as escolas do Estado. Partindo disso, o estado buscou embasar esses documentos numa perspectiva pedagógica crítico-superadora que busca conceber uma educação voltada à autonomia e uma conscientização crítica dos alunos com os temas diversos da sociedade. Para prática de Educação Física escolar dentro dessa perspectiva pedagógica compreende-se que o professor deva abordar seus conteúdos de forma a entender que ela trata da cultura corporal de forma diferente da mecanicista, onde deve trabalhar com seus alunos a capacidade de assimilar de forma crítica a sua cultura corporal, com resgate, contextualização e contestação dos diversos movimentos dessas práticas corporais, como também despertar o senso de justiça e contribuir para superar os fatos da realidade existentes na sociedade.

A partir disso, torna-se preocupante os dados revelados nessa pesquisa quando 30% dos participantes afirmam que esta abordagem não atende à necessidade das aulas de Educação Física. Pois,



essa abordagem contempla os três últimos documentos do Estado de Pernambuco. Por outro lado, 45% afirmaram que compreendem que atende parcialmente e 20% afirmaram que atendem completamente as demandas pedagógicas e filosóficas da Educação Física.

Apesar de alguns professores criticarem a estrutura do Currículo e também compreenderem que o mesmo não abrange a necessidade da Educação Física na escola, o estudo mostra que a maioria dos participantes da pesquisa compreendem que o documento elaborado pelo estado para a educação tem uma boa estrutura, como também, a maior parte considera importante e útil a elaboração deste Currículo e dos demais documentos que foram criados pelo Governo do Estado de Pernambuco para organizar e estruturar toda rede da educação.

Nota-se que os grupos G1A, G1B com faixa etária entre 20 a 30 anos e com menos tempo atuação na área e também com tempo de formado igual ou menor que cinco anos, seus integrantes afirmaram que utiliza o Currículo de Pernambuco. Já os restantes dos grupos ficaram divididos. Entretanto, os grupos G3A e G3B apresentaram maior taxa entre os outros grupos dos integrantes que nunca utilizou tais documentos elaborados pelo Estado. Esses dois grupos têm como característica a conclusão da formação acadêmica superior a dez anos e a faixa etária acima de 40 anos. Desta forma, evidencia que os professores recém-formados do curso de licenciatura em Educação Física têm maior probabilidade de usar o currículo de Pernambuco ou outro documento que venha a ser elaborado pelo Estado de Pernambuco. Assim, a pesquisa detectou que 90% dos professores participantes usam algum documento de base curricular elaborado pelo Estado e 10% dos participantes nunca utilizaram nenhum dos documentos abordados na pesquisa. O que nos leva a pensar sobre quais praticas metodológicas e pedagógicas que esses docentes utilizam para desenvolver as suas aulas.

A inclusão de um Currículo para nortear e sistematizar o processo educacional em toda rede



escolar é um passo complicado e que exige um processo complexo de discussão, formação continuada e trocas de experiências para que todos possam aderir a tal documento.

Entretanto, é de suma importância que os professores tenham como base o currículo para elaboração do plano de ensino para que as aulas tenham um direcionamento de acordo com o que foi construído para determinada área. Pois, caso contrário, a não utilização de um currículo pode comprometer a organização e sistematização dos conteúdos, transformando a prática pedagógica e, consequentemente, a disciplina em uma mera prática educativa, ou seja, os professores podem incluir assuntos que seriam do Ensino fundamental Anos Iniciais na etapa de ensino Anos Finais. Não que esse fato seja errado, porém para isso acontecer é preciso avaliar o contexto sócio - histórico da cultura corporal e do contexto onde os alunos estão inseridos e a partir daí elaborar um planejamento que abranja conhecimentos essenciais e inerentes à própria disciplina, com resgate dos conhecimentos prévios e relevância dos conteúdos para cotidiano do aluno.

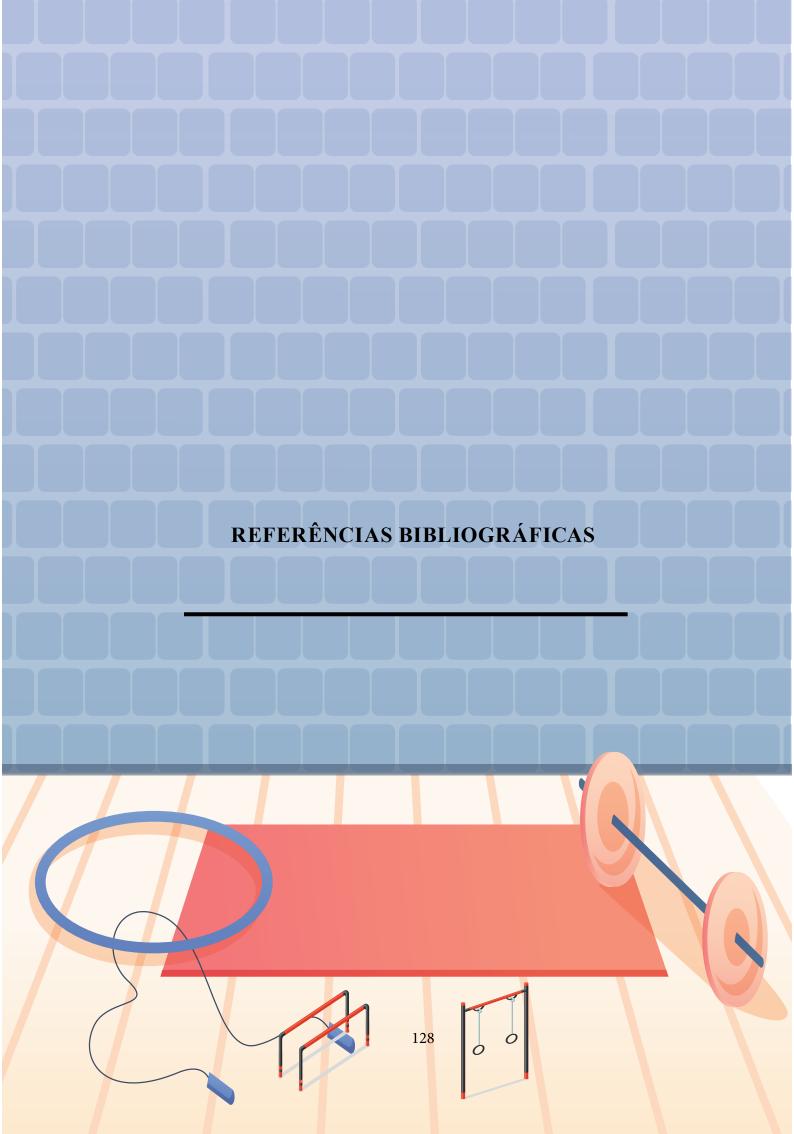
A partir das análises da coleta de dados, na qual identificou-se que 20% dos professores que lecionam na Região do Agreste Central de Pernambuco não utilizam o Currículo de Pernambuco para elaboração e organização das aulas e 80% utilizam o Currículo. Diante disso, é preciso surgir novas investigações com intuito de buscar informações mais aprofundadas sobre as possíveis causas da não utilização deste documento por esses professores. Como também, podendo comparar tais dados com faixa etária dos participantes, seu tempo de formação acadêmica e seu tempo de atuação nas aulas de Educação Física. Tais ampliações para novas pesquisas podem ser relevantes, também, comparar os dados obtidos por grupo (faixa etária e tempo de experiência no campo do Ensino fundamental anos finais) com outras cidades e regiões do estado, afim que possa-se compreender o processo de organização da Educação Física e o seu possível progresso e sistematização através do Currículo de



Pernambuco.







AGUIAR, Márcia Ângela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes. A base é a base". E o currículo o que é? Elizabeth Macedo. In.: AGUIAR, A. A., DOURADO, L. F., A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: http://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC- VERSAO-FINAL.pdf. Visualizado em: 21/06/2019.

ANTUNES, Alfredo Cesar. Pré-história: reflexão sobre sua importância para a Educação Física. EF-Deportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 15, Nº 166, Março de 2012.

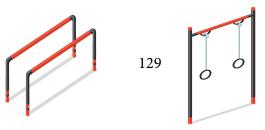
BAGNARA, Ivan Carlos; LARA, Aline da Almeida; CALONEGO, Chaiane. O Processo histórico, social e político da evolução da Educação Física. EFDEPORTES. Com, Bueno Aires, ano 15, número 145 — junho de 2010. Disponível em: https://www.efdeportes.com/efd145/o-processo-historico-da-educação-fisica.htm. Visualizado em: 23/10/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília, 2017. BRASIL. Conselho Regional de Educação Física. Educação Física: provisionado. Disponível em: http://www.confef.org.br/confef/comunicacao/revistaedf/3470. Visualizado em: 03/07/2019.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.

CARVALHO, Amarilis Oliveira; DARIDO, Suraya Cristina; IMPOLCETTO, Fernanda Moreto. Análise do conteúdo de ginástica nos currículos estaduais brasileiros. Arquivos em Movimento, v. 11, n. 1, p. 54-73, 2015.

CORRÊA, E A; SILVA, L H; PIMENTA, T F da F; DRIGO, A J. A constituição dos cursos de forma-



ção inicial em Educação Física no Brasil. R. bras. Ci. e Mov 2016;24(1):27-42.

CONFEF – Conselho Federal de Educação física, nota técnica CONFEF nº 3/2012. Disponível em; https://www.confef.org.br/confef/conteudo/838. Visualizado em: 10/11/2019.

CONFEF - CONFEF - Conselho Federal de Educação física, Atuação do provisionado. 2019.

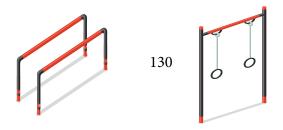
DARIDO, S. C. Educação física na escola: questões e reflexões. Educação física na escola: questões e reflexões. Educação física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DARIDO, s. c. BARROSO, A. L. R. Escola, educação física e esporte: possibilidades pedagógicas. Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, v. 1, n. 4, p. 101-114, dez. 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\_teses/EDUCACA O FISICA/artigos/escola ed fisica.pdf. Disponível em: 07/07/19.

KRUG, Rodrigo de Rosso; KRUG, Hugo Norberto. As características pessoais do bom professor na opinião dos acadêmicos da licenciatura em Educação Física do CEFD/UFSM. Revista Digital Lecturas: Educación Física y Deportes, Buenos Aires, a, v. 10, p. 1-15, 2008.

KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Unijuí, 1994.

MACHADO, Lizandre Maria Lins. Docência na Pós-Graduação em Educação: Repercussões da Prática Docente Participativa na Formação do Pesquisador. 300f - Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Educação. Recife –PE 2010.



MARTINELI, Telma Adriana Pacifico et al. A Educação Física na BNCC: concepções e fundamentos políticos e pedagógicos. Motrivivência, v. 28, n. 48, p. 76-95, 2016.

MANOEL, E. de J. A abordagem desenvolvimentista da educação física escolar-20 anos: uma visão pessoal. Journal of Physical Education, v. 19, n. 4, p. 473-488, 2008.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. Departamento de Ciência de Computação e Estatística-IBILCE-UNESP, p. 1-17, 2012.

NAHAS, M. V. Educação Física no ensino médio: educação para um estilo de vida ativo no terceiro milênio. Anais do IV Seminário de Educação Física Escolar/ Escola de Educação Física e Esporte, p.17-20, 1997.

NEIRA, Marcos Garcia; JÚNIOR, Marcílio Souza. A Educação Física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos. Motrivivência, v. 28, n. 48, p. 188-206, 2016.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 40, n. 3, p. 215-223, 2018.

NUNES, Mário Luiz Ferrari; RÚBIO, Kátia. Currículo (s) da educação física e a constituição da identidade de seus sujeitos. Currículo sem fronteiras, v. 8, n. 2, p. 55-77, 2008. Disponível em: https:// s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/46247973/nunes- rubio.pdf?response-content- disposition=inline%3B%20filename%3DOSCurriculoSDaEducacaoFisicaeaC.pdf&X- Amz=-Algorithm-AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190707%-1%2Fs3%2Faws4 request&X-Amz-Date=20190707T142211Z&X-Amz-2Fus-east-Expi-



res=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=4a7cf36d46caca601e62e2c76b97c965b-0c07f5b93b9f8e8d6cd6ce48c7fbe ef. Visualizado em: 07/07/2019.

OLIVEIRA, Clélia da Silva et. al. O profissional de Educação Física e sua atuação na saúde pública. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 15, Nº 153, fevereiro de 2011. Disponível em: https://www.efdeportes.com/efd153/o-profissional- de-educacao-fisica-na-saude-publica.htm. Visualizado em: 05/07/2019.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de, 1943 – o que é educação física/ Vitor Marinho de Oliveira – ed. 11<sup>a</sup>. 4º reimpressão. São Paulo: Brasileiro, 2004.

PE-AZ – SEU PORTAL EM PERNAMBUCO. Agreste Central. 2019. Disponível em: www.pe-az. com.br/o-estado/regioes/287-agreste-central. Visualizado em: 21/06/2019.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Secretaria de Educação. Orientações teórico-metodológicas – Educação Física – Ensino Fundamental e Ensino Médio. Recife, 2010.

PEREIRA, M. M; MOULIN, A. F. V. Educação Física para o Profissional Provisionado. Brasília: CREF7, 2006.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. Parâmetros para a educação básica do estado de Pernambuco: parâmetros curriculares de educação física – ensino fundamental e médio. Recife, 2013.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. Parâmetros para a educação básica de Pernambuco: parâmetros na sala de aula: educação física – ensino fundamental e médio. Recife, 2013.



PERNAMBUCO. Governo do Estado. Secretaria de Educação. Currículo de Pernambuco. Ensino fundamental – área de linguagens: educação física. Recife, 2018.

RUSSI, Ana Claudia Rodrigues. A Educação Física se resume a prática? EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 16, Nº 164, Janeiro de 2012.

SILVEIRA, Guilherme Carvalho Franco da; PINTO, Joelcio Fernandes. Educação Física na perspectiva da cultura corporal: uma proposta pedagógica. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 22, n. 3, 2001.

SOARES, C. L. et al. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992

SOUZA JÚNIOR, Marcílio et al. Coletivo de autores: a cultura corporal em questão. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 33, n. 2, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbce/v33n2/08. pdf. Visualizado em: 01/06/2019.

SOUZA, Fábio Cunha, SOUSA JÚNIOR, Marcílio. O currículo e a Educação Física na Rede Estadual de Pernambuco. Pensar a Prática, Goiânia, v.16, n.1, p.1319, jan./mar.2013.

SOUZA JÚNIOR, M. O saber e o fazer pedagógicos: a Educação Física como componente curricular...? isso é história? Recife: EDUPE.1999.

SOUZA, Raquel Nascimento; FONSECA JUNIOR, Elvio. A influencia da educação física na formação moral do aluno. EFDesportes. com Revista Digital, ano, v. 15, 2010.



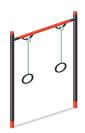
SOUZA, kellcia Rezende. Kerbauy, Maria Teresa. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099/21313. Visualizado em: 21/06/2019.

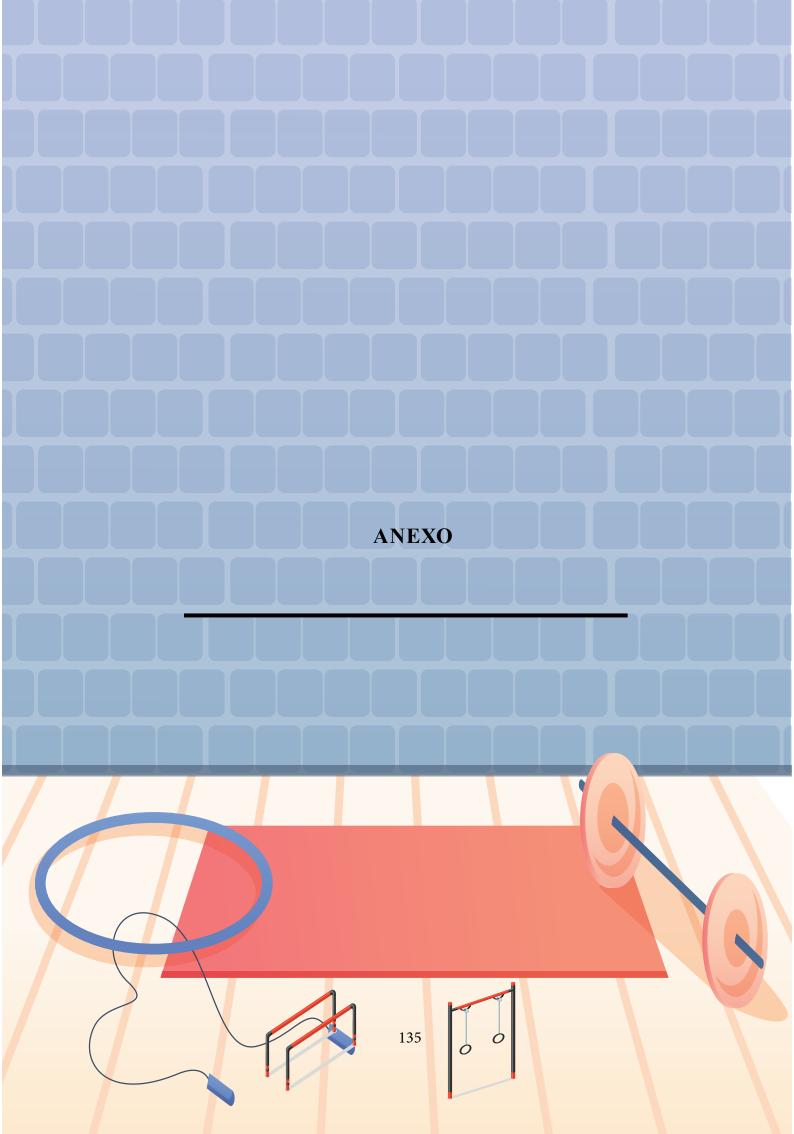
TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. Educação & sociedade, v. 21, n. 73, p. 209-244, 2000.

TUBINO, Manoel. O que é esporte. Brasiliense, 2017.

VALLADÃO, Rafael. Da pré-história à regulamentação: breve ensaio sobre a história da Educação Física.







Anexos 1

#### TEXTO-NORTEADOR PARA ORIENTAÇÃO DE RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO

Autor da Pesquisa:

Anderson Clayton Alves dos Santos

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Auricélia Lopes Pereira

No caminho investigativo da pesquisa: Educação Física no Currículo do estado de Pernambuco: operacionalização do ensino fundamental anos finais no município de Caruaru-PE. Escolhemos como universo de pesquisa as escolas da rede municipal de Caruaru-PE que possui professores graduados em Licenciatura em Educação Física lecionando nos municípios da região.

A prática da atividade física está presente na história da humanidade desde sua origem, o homem primitivo necessitava se deslocar constantemente em busca de alimentos e defender-se de predadores. Movimentos como trepar em árvores, nadar, pescar, deslocar-se, elaborar e manusear armas para apunhalar ou arremessar eram algumas das principais ações corporais vitais para sobrevivência da espécie humana. Pela necessidade evidente de sobreviver, as práticas constantes dessas ações corporais e seu aperfeiçoamento foram de suma importância para o desenvolvimento do ser humano. Com a evolução da espécie, o desenvolvimento da capacidade cognitiva e motora para realização de exercícios foi aprimorado e favoreceu a consolidação da existência humana no planeta.

É possível notar que a Educação Física passou por várias mudanças ao longo do tempo,



136

grande parte destas alterações geraram requisitos para complementação de outras abordagens mais atuais, pois por se tratar de uma disciplina que tem seus conteúdos gerados a partir dos fenômenos culturas e sociais, é necessário que esta prática sofra alterações continuas devido às transformações dos costumes e modos de vida da humanidade.

Atualmente, o governo elaborou um documento com objetivo de alcançar uma aprendizagem de qualidade no Brasil buscando dar uma base para toda a Educação Básica brasileira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde é inserida na educação após várias reuniões com especialistas em educação de todas as áreas de conhecimento para atingir um documento completo e contemporâneo que correspondesse às demandas dos alunos para prepará-los inserir-se na sociedade.

Porém, esta nova proposta para educação brasileira não foi inserida no cenário educacional de uma hora para a outra. A busca por novas concepções sobre o currículo escolar vem acontecendo há décadas. Logo, a proposta da BNCC aconteceu por volta do ano de 2015, onde se tornou pública para que a sociedade apresentasse sugestões. (GONTIJO, 2015)

A BNCC e o Currículo de Pernambuco têm como objetivo nortear a Educação Básica no Brasil, assim, contribuindo para uma definição de diversos conhecimentos de aprendizagem essenciais nas quais os alunos deverão adquirir durante sua permanência nos níveis de ensino da educação.

A Educação Física é compreendida, de acordo com a BNCC, como uma disciplina que visa desenvolver as práticas corporais produzidas ao longo dos anos pela humanidade. Corroborando com isso, o Currículo de Pernambuco complementa essa definição ao entender que o ensino da Educação Física nas escolas do Estado deve tratar "[...] da compreensão, (re)significação e usufruto das práticas corporais como instâncias de manifestação da linguagem corporal" (PERNAMBUCO, 2019, p. 195).

O Currículo de Pernambuco é embasado na LDB 9394/96, que define a Educação Física



como componente Curricular obrigatório em toda Educação Básica. Tem em um de seus artigos a possibilidade de redefinição do Currículo nacional para atender costumes culturais, regionais e locais, nos quais não foram expostos na base educacional.

Assim a LDB 9394/96, no Art. 268, estabelece que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1998).

Com essa possibilidade de uma (re)definição do currículo da disciplina de Educação Física no ambiente escolar. O Currículo de Pernambuco estabelece através do reconhecimento da Linguagem corporal derivada das práticas corporais as Unidades Temáticas a serem desenvolvida no Ensino Fundamental no Estado de Pernambuco. Sendo essas Unidades: Brincadeiras e Jogos, Esportes, Danças, Lutas, Ginásticas e Práticas Corporais de Aventura.

O presente estudo justifica-se a parte do interesse em compreender a estrutura organizacional do Currículo de Pernambuco no ensino fundamental anos finais das escolas municipais de Caruaru-PE, buscando desenvolver na área da Educação Física um debate e um maior conhecimento acerca deste documento que tem como interesse nortear toda rede de educação do estado. Desta forma, estabelecemos um questionário com o intuito de analisar a compreensão dos professores de Educação Física da rede pública acerca do currículo de Pernambuco e a BNCC.



Anexos 2



#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T. C. L. E)

Autor da Pesquisa:

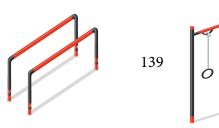
Anderson Clayton Alves dos Santos

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Auricélia Lopes Pereira

"O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupo por si e /ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa". (Resolução nº 466/12, do conselho nacional de saúde).

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_\_\_ concordo em participar, como voluntário(a) do estudo "Educação Física no Currículo do estado de Pernambuco: operacionalização do ensino fundamental anos finais no município de Caruaru-PE." recebi do(a) acadêmico(a) em mestrado em ciências da educação e multidisciplinaridade, ANDERSON CLAYTON ALVES DOS SANTOS, RG nº 12923571 77 SSP-BA, responsável pela execução da pesquisa, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

O presente estudo justifica-se a partir do interesse em compreender a estrutura organizacional do Currículo de Pernambuco no ensino fundamental anos finais das escolas municipais de Carua-



ru-PE, buscando desenvolver na área da Educação Física um debate e um maior conhecimento acerca deste documento que tem como interesse nortear toda rede de educação do estado. Desta forma, estabelecemos um questionário com o intuito de analisar a compreensão dos professores de Educação Física da rede pública acerca do currículo de Pernambuco e a BNCC.

A coleta dos dados será realizada através pesquisa de campo, com caráter descritivo de natureza quantitativa. O instrumento utilizado será um questionário pré- estruturado e posteriormente será realizada a análise dos dados, a fim de conseguir informações suficientes para a realização da pesquisa.

A execução da pesquisa não trará riscos à saúde física nem psicológica, uma vez que todas as medidas cautelares respeitando os procedimentos e preceitos éticos serão observados e obedecidos por parte dos pesquisadores.

Para responder o questionário, o participante da pesquisa contará com um ambiente tranquilo e de escolha do participante, onde ficarão somente o pesquisador e o pesquisado, para que o mesmo possa se sentir à vontade para responder as perguntas, bem como, a qualquer momento desistir de participar da mesma. Salientando que o pesquisador não poderá intervir nas respostas do participante.

A participação é voluntaria, a qualquer momento o participante poderá recusar- se ou desistir da pesquisa, bem como se negar a responder, sem que isso traga qualquer penalidade ou prejuízo. O participante não receberá nenhum pagamento pela sua participação.

Todos os envolvidos, pesquisador e participante, estão cientes de que as informações obtidas através da participação nesta pesquisa terão caráter sigiloso, bem como será respeitada a privacidade de seus participantes. Elas poderão ser divulgadas em eventos ou publicações científicas, porém preservando a identidade de seus participantes.



Por fim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar da pesquisa, estando totalmente ciente de que não receberei nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Eu li e compreendi as informações acima descritas e concordo livremente em participar do estudo em questão.

PARTICIPANTE:	
Documentação:	
Domicílio:	nº:
Cidade:	
Telefone:	
PESQUISADOR: Anderson Clayton Alves dos San	tos
Domicílio: Rua Antônio Manuel da Silva, nº 86	Bairro: Centro
Cidade: São Caitano – PE Tel: (81) 9.9302-3817	
Data: / /	
Assinatura do participante	Assinatura do pesquisador
1	41

Anexos 3

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS DOCENTES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CARUARU - PE

Prezado(a) Professor(a),

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa da dissertação de mestrado, intitulada "EDUCAÇÃO FÍSICA NO CURRÍCULO DO ESTADO DE PERNAMBUCO: OPERACIONALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS NO

MUNICÍPIO DE CARUARU-PE.". O presente estudo justifica-se a partir do interesse em compreender a estrutura organizacional do Currículo de Pernambuco no ensino fundamental anos finais nas escolas municipais de Caruaru-PE, buscando desenvolver na área da Educação Física um debate e um maior conhecimento acerca deste documento que tem como interesse nortear toda rede de educação do estado. Desta forma, estabelecemos um questionário com o intuito de analisar a compreensão dos professores de Educação Física da rede pública acerca do currículo de Pernambuco e a BNCC. Os dados serão computados através de gráficos com percentuais e inseridos nos resultados da dissertação do mestrado em Ciências da Educação e Multidisciplinaridades. Sua colaboração é muito importante e se dará através do preenchimento do questionário abaixo.

Obs.: não é necessário se identificar.



142



Att,	
Autor	da Pesquisa:
Ander	son Clayton Alves dos Santos
Orient	radora: Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Auricélia Lopes Pereira
	QUESTIONÁRIO:
1.	Qual o seu nome completo?
2.	Em que faixa etária você se encontra?
(	) 20 a 29 anos
(	) 30 a 39 anos
(	) 40 anos ou mais
3.	Quanto tempo de formado você possui em Licenciatura em Educação Física?
(	) menos de 5 anos
(	) entre 5 e 10 anos
(	) mais de 10 anos
4.	Quanto tempo de atuação profissional na área de Educação Física você possui nas escolas de

Educa	ção Física?
za(m)	o Currículo de Pernambuco para o desenvolvimento dos objetos de conhecimento nas aulas de
7.	No(s) município(s), situado no Agreste Central de Pernambuco em que você trabalha, utili-
(	) Não tenho uma posição formada sobre o assunto
(	) Não
(	) Sim
curric	ulares pelo estado de Pernambuco para subsidiar a pratica pedagógica nas escolas?
riculai	Comum (BNCC), você considera importante a criação de documentos voltados à orientações
6.	Em sua opinião, tendo em vista a existência de um documento nacional, Base Nacional Cur-
(	) Nunca utilizei nenhum dos documentos
(	) Currículo de Pernambuco (2018)
(	) Parâmetros Curriculares de Educação Física (2013)
(	) Orientações teórico-metodológicas (2010)
cumer	ntos abaixo mencionados?
5.	Na sistematização de suas aulas de Educação Física você já utilizou ou utiliza algum dos do-
(	) mais de 10 anos
(	) entre 5 e 10 anos
(	) menos de 5 anos
ensino	fundamental II?

A educação física no currículo	$\mathcal{A}$	educa	ção	física	no	currícu	lo
--------------------------------	---------------	-------	-----	--------	----	---------	----

(	) Sim
(	) Não
8.	Em sua opinião, a organização do Currículo de Pernambuco atende a complexidade das ex-
pectat	ivas no trato dos conteúdos da Educação Física?
(	) Atende completamente
(	) Atende parcialmente
(	) Não atende
(	) Não tenho uma posição formada sobre o assunto
9.	Tendo em vista que os últimos documentos do estado de Pernambuco (Orientações Teóricas
e Met	odológicas e Parâmetros Curriculares) são baseados na abordagem crítico-superadora. Você
consid	lera que essa abordagem pedagógica atende o trato do objeto de conhecimento do Currículo de
Perna	mbuco?
(	) Atende completamente
(	) Atende parcialmente
(	) Não atende
(	) Não tenho uma posição formada sobre o assunto

10. Sabemos que o Currículo de Pernambuco é um documento com caráter obrigatório e está fundamentado na BNCC. Assim, como você conceitua a proposta da estruturação do currículo da Educação Física a ser desenvolvido ao longo do Ensino Fundamental em Pernambuco?



Assinatura do pesquisador

(	) Ótima
(	) Bom
(	) Regular
(	) Ruim
Data: _	

Assinatura do participante

# Política e Escopo da Coleção de livros Estudos Avançados em Saúde e Natureza

A Estudos Avançados sobre Saúde e Natureza (EASN) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências exatas, saúde e natureza. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo de 8 páginas. A EASN irá receber também resumos expandidos entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo continuo, sendo publicado por ano 4 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em portugês, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português

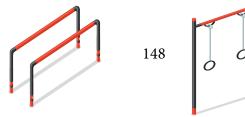


e da língua estrangeira utilizada).

O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigose dá inicialmente na submissão de artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, com o objetivo de viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a publicação de uma obra completa referente a monografias, dissertações ou teses de doutorado.

O público terá terão acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento



# Indice Remissivo



#### B

#### **BNCC**

página 27

página 36

página 41

página 43

#### $\mathbf{C}$

#### Currículo

página 60

página 80

página 100

página 112

página 114

#### E

#### Educação Fisíca

página 13

página 22

página 25

página 96

página 136



#### Escola

página 14

página 35

página 104

página 110

página 125

#### P

#### Professor

página 103

página 109

página 111

página 116

página 126





Essa obra escrita pelo pesquisador Anderson Clayton Alves dos Santos nos permite perceber a aplicação do Curriculo do Estado de Pernambuco como instrumento de elaboração dos planos de aula dos professores de educação física nos anos finais do ensino fundamental. A força desse instrumento de orientação docente para sua didática nos revela a importância da política educacional municipal ou estadual se comunicarem com a realidade da relação professor e aluno.



**Anderson Clayton Alves dos Santos** 

